



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL FERREIRA DA SILVA

**O ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR PADRE CICERO EM BARBALHA-CE:
ESPAÇO EDUCATIVO PARA APREENSÃO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E
AFRICANIDADES**

FORTALEZA

2025

RAFAEL FERREIRA DA SILVA

O ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR PADRE CICERO EM BARBALHA – CE:
ESPAÇO EDUCATIVO PARA APREENSÃO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E
AFRICANIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação brasileira.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S583e Silva, Rafael Ferreira da.
O engenho de cana-de-açúcar Padre Cicero em Barbalha-CE : espaço educativo para apreensão das afrodescendências e africanidades / Rafael Ferreira da Silva. – 2025.
120 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Henrique Cunha Junior.
1. Engenho de cana-de-açúcar Padre Cicero. 2. Africanidades e afrodescendências; . 3. Barbalha, CE.
4. Educação. I. Título.

CDD 370

RAFAEL FERREIRA DA SILVA

O ENGENHO DE CANA-DE-AÇÚCAR PADRE CICERO EM BARBALHA-CE: ESPAÇO
EDUCATIVO PARA APREENSÃO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação brasileira.

Aprovada em: 24/09/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Sandra Haydée Petit
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Cicera Nunes
Universidade Regional do Cariri (URCA)

AGRADECIMENTOS

As forças divinas, a ancestralidade que me guiou pelo caminho da escrita e da escuta. A minha mãe, Suely Carneiro da Silva, minha irmã, Cecília da Fonseca da Silva, minha companheira, Meryelle Macedo da Silva que nunca soltou minha mão, me ensinou a pesquisar, a vislumbrar e decifrar o espaço geográfico em sua complexidade sistêmica, agradeço a minha filha, afilhada, meu amor Endly Macedo da Silva.

Agradeço a minha amiga Yohanna Alencar, por ter me acolhido em sua casa todas as vezes que me desloquei do Crato para Fortaleza, oferecendo todo apoio para continuarmos juntos na pós-graduação, as boas risadas, as boas conversas sobre nossas perspectivas de vida, sonhos e alegrias.

Agradeço a existência, a parceria, as orientações da minha professora Rainha das Africanidades Cicera Nunes, que tanto me ensina e sempre acolheu minhas ideias, sobretudo em sua casa NEGRER.

Agradeço a existência do meu professor-orientador Henrique Cunha Junior que acolhei prontamente a ideia de pesquisar sobre os engenhos de rapadura, me ensinando a olhar esses locais com lentes críticas e pautadas no reconhecimento dos conhecimentos técnicos e tecnológicos de origem africana.

Agradeço todos os amigos que comemoraram minha entrada no mestrado em educação, conquista que não é só minha, mas de todo um coletivo.

UBUNTU!

“Existe uma realidade a se explicar e temos uma história das populações negras a se construir conforme nossa observação e experiência vivenciada na sociedade brasileira” (Cunha Junior, 2013, p. 3).

RESUMO

Essa pesquisa busca reinterpretar a história sociológica dos trabalhadores dos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri cearense. Os estudos de Cunha Junior (2010), Nunes (2011), Santos (2023) e Silva (2023) aponta que o território caririense é constituído de afrodescendências e africanidades que se relacionam com o continente africano. Como forma de ampliar a base do conhecimento sobre a história africana em terras do Cariri, temos como objetivo geral analisar os engenhos de cana-de-açúcar de Barbalha – CE e os objetivos específicos são examinar as trajetórias sócio-histórica-espaciais da população negra em Barbalha-Ceará; estudar os conhecimentos técnicos e tecnológicos de base africana tendo como enfoque os engenhos de cana-de-açúcar presentes no município de Barbalha e propor ampliações dos conhecimentos sobre as africanidades para o ensino de Geografia tendo como enfoque torna os engenhos espaços educativos. O engenho Padre Cícero situa-se no sítio Venha-Ver à 3,5 km de distância do centro da cidade de Barbalha – CE. Escolhemos pesquisar esse engenho devido ao fácil acesso e porque salvaguarda uma riqueza técnica e tecnológica africana. Tivemos como metodologia a pesquisa da afrodescendência articulada pelo intelectual Cunha Junior (2001) na qual nos insere no campo da pesquisa para que possamos interpretar os objetos geográficos produzidos pelas populações negras. O procedimento metodológico foi a revisão de literatura, trabalho de campo, a consulta ao material iconográfica e a história oral. Como resultado dessa pesquisa compreendemos que há uma lacuna sobre a temática das relações étnico-raciais, sobretudo no trato da história dos engenhos do Cariri, especificamente em Barbalha. Para superar isso a nossa proposta foi de torna os engenhos um espaço para o ensino das africanidades. Algo que é possível realizar devido aos marcadores africanos e afrodescendentes existente nesses locais, a saber, os engenhos e a relação que a educação deve fazer com a história africana, como orienta a Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Engenho de cana-de-açúcar Padre Cícero; africanidades e afrodescendências; Barbalha, CE; educação.

ABSTRACT

This research seeks to reinterpret the sociological history of sugarcane mill workers in Cariri, Ceará. Studies by Cunha Junior (2010), Nunes (2011), Santos (2020), and Silva (2023) indicate that the Cariri region is made up of Afro-descendants and African identities that connect with the African continent. To broaden the knowledge base on African history in Cariri, our general objective is to analyze the sugarcane mills of Barbalha, Ceará. The specific objectives are to examine the socio-historical and spatial trajectories of the Black population in Barbalha, Ceará; to study African-based technical and technological knowledge, focusing on the sugarcane mills in the municipality of Barbalha; and to propose expanded knowledge on African identities for Geography teaching, focusing on transforming the mills into educational spaces. The Padre Cícero sugar mill is located in Venha-Ver, 3.5 km from the city center of Barbalha, Ceará. We chose to research this mill because of its easy access and because it safeguards African technical and technological wealth. Our methodology was the research on Afro-descendants articulated by intellectual Cunha Junior (2001), which places us within the field of research so we can interpret the geographic objects produced by Black populations. The methodological procedure consisted of a literature review, fieldwork, consultation of iconographic material, and oral history. As a result of this research, we realized a gap in the theme of ethno-racial relations, especially in the history of the Cariri sugar mills, specifically in Barbalha. To overcome this, our proposal was to transform the mills into spaces for teaching African cultures. Something that is possible due to the African and Afro-descendant markers existing in these places, namely the sugar mills and the relationship that education must have with African history, as guided by Law 10.639/03.

Keywords: Padre Cicero sugarcane mill; africanities and afro-descendants; Barbalha, CE, education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Regionalização de África	28
Figura 2	– Regionalização da África Ocidental	32
Figura 3	– Bacia do rio Níger.....	33
Figura 4	– Embarcação Mtepe	38
Figura 5	– África Oriental	40
Figura 6	– Casa de taipa em Burkina Faso	55
Figura 7	– Casa de taipa no município de Xique-Xique (BA).....	56
Figura 8	– Regionalização do Cariri cearense	59
Figura 9	– Engenho do Parque Estadual Sítio Fundão	64
Figura 10	– Engenho do Parque Estadual Sítio Fundão	64
Figura 11	– Engenho do Sítio Lagoa Encantada	65
Figura 12	– Engenho de Madeira do Século XVII	66
Figura 13	– Engenho de cana-de-açúcar	67
Figura 14	– Feira antiga do Crato	69
Figura 15	– Feira antiga do Crato	70
Figura 16	– Feira livre na Etiópia.....	70
Figura 17	– Geomorfologia do Rio Salamanca em Barbalha – CE	74
Figura 18	– Rio Salamanca em Barbalha	75
Figura 19	– Região Metropolitana do Cariri- RMC/ Município de Barbalha	76
Figura 20	– Casarão do centro de Barbalha	77
Figura 21	– Casarão Grande Hotel – Atual Secretaria de Cultura de Barbalha	78
Figura 22	– Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio	80
Figura 23	– Feira livre de Barbalha – Ceará	82
Figura 24	– Feira livre de Barbalha – Ceará	83
Figura 25	– Feira livre de Barbalha – Ceará	83
Figura 26	– Feira livre de Barbalha – Ceará	84
Figura 27	– Feira livre de Barbalha – Ceará	84
Figura 28	– Feira livre de Barbalha – Ceará	85
Figura 29	– Sítio Venha-ver	90
Figura 30	– Rapadura embalada na palha de bananeira	91

Figura 31	– Mestre botador de fogo – Engenho Padre Cicero	92
Figura 32	– Feira livre no Engenho Padre Cicero	96
Figura 33	– Engenho de ferro (engenho Padre Cicero)	97
Figura 34	– Rodas do engenho (engenho Padre Cicero)	98
Figura 35	– Data de fabricação do motor do engenho (engenho Padre Cicero)	98
Figura 36	– Casa do Engenho Padre Cicero	99
Figura 37	– Mestre de Rapadura – Mestre Zé Carlos	100
Figura 38	– Trabalhadores no engenho Padre Cícero – Tachos de Rapadura	101
Figura 39	– Produção de Batida – Rapadura mole	101
Figura 40	– Mestre Zé Carlos – Mestre de Rapadura.....	102
Figura 41	– Oficina: Memória dos trabalhadores negros nos engenhos de Rapadura	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Sequência didática em sala de aula.....	110
Tabela 2	– Sequência didática nos engenhos de rapadura do Cariri.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
IPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEGRER	Núcleo de Estudo em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais
URCA	Universidade Regional do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
MEC	Ministério da Educação
PB	Paraíba
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos Rede Ferroviária Federal S.A.
REFSA	Rede Ferroviária Federal, Sociedade Anônima
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	20
2.1	Da graduação em Geografia à pesquisa nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri	23
3	ÁFRICA-BRASIL E O RECONHECIMENTO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES	27
3.1	África Ocidental	28
3.2	África Oriental	36
4	OS AFRICANOS NO BRASIL E AS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES DO CARIRI CEARENSE	45
4.1	O Cariri cearense.....	58
4.1.1	<i>Barbalha: sociedades africanas e afrodescendentes, técnicas e tecnologias nos engenhos de rapadura</i>	73
5	ENSINANDO E APREDENDO GEOGRAFIA NO ENGENHO PADRE CÍCERO EM BARBALHA – CE: RECONHECIMENTO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES	105
6	CONCLUSÃO	115
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil está arraigada no pensamento eurocêntrico. Embora haja pesquisadores, movimentos sociais negros, comunidades quilombolas, professores e demais grupos preocupados em combater o racismo e suplantando o eurocentrismo, ainda sim, tal pensamento continua consolidado e se ocupa em desvalorizar os conhecimentos técnicos e tecnológicos advindos de África, a exemplo da arquitetura, da mineração, da pecuária e a constituição dos engenhos de cana-de-açúcar.

O fato é que o eurocentrismo precisa ser superado na sociedade brasileira e para que isso aconteça é necessária uma renovação nas bases do conhecimento sobre a história sociológica das Américas, sobretudo do Brasil, com enfoque principalmente para as sociabilidades e os conhecimentos das populações africanas e afrodescendentes. Nesse sentido, essa pesquisa busca refletir quais os conhecimentos técnicos e tecnológicos presente nos engenhos de cana-de-açúcar que se conecta com o que existe na África.

Os conhecimentos africanos são sistemáticos e quando se trata de tecnologias africanas, devemos defini-las como “os conhecimentos tecnológicos como aqueles voltados para a produção material e do desenvolvimento de produtos artesanais e industriais. Os conhecimentos podem ser classificados como material e imaterial.” As tecnologias são formas sociais, objetos materiais e imateriais e são as técnicas que permitem a formulação das tecnologias (Cunha Junior, 2023, p.21). As tecnologias se relacionam com a essência e com as filosofias de vidas africanas. Um exemplo disso são os trabalhos técnicos e tecnológicos realizados nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri. Nos engenhos existem reprocessamentos das unidades culturais de base africana na diversidade.

Para entender as técnicas e tecnologias de matriz africana, essa pesquisa propõe repensarmos a base conceitual de colonização, problematizando quem de fato colonizou o Cariri. Para Cunha Junior (2020) os pesquisadores eurocentristas defendem que os europeus foram responsáveis em promover a colonização, o que significar dizer que o conceito colonização não merece ser ressignificado, isso na concepção desses eurocentristas. Mas como a ciência pautada na criticidade não parte da premissa de verdades absolutas, devemos refletir sobre o próprio conceito colonizar. Ou seja, essa dissertação vai refletir sobre esse conceito, defendendo a ideia de que os europeus não colonizaram e tampouco trouxeram consigo a civilização do ferro, da mineração e da arquitetura para o Cariri.

A nossa interpretação sobre história dos europeus no Brasil é que eles ao chegar nesse território, apenas se preocuparam em usurpar das riquezas da terra que não os pertencia.

Como esses mesmos europeus não dominavam técnicas e tecnologias de mineração, cultivo e pecuária, resolveram colocar em prática um projeto criminoso de sequestro de pessoas africanas para executar as referidas atividades em terras brasileira, em especial caririense. Os africanos e seus descendentes ao chegarem ao Brasil eles modificam o espaço geográfico brasileiro, difundindo um conjunto de conhecimentos técnicos e tecnológicos, filosóficos e sistematicamente complexos, nos permitindo pensar sobre a colonização africana. Pois os europeus apenas possuíam um espírito atormentado pela ganância.

O intelectual pan-africanista Querino (1918) é quem propõe esse conceito de colonização africana. Ele nos ensina que já era africano detentor da mineração, pecuária e da arquitetura em África e quando foram transferidos para o Brasil trouxeram em suas memórias esses conhecimentos e difundiram em terras brasileira. A única ação dos Europeus era a de agir com ganância, violência e deslegitimando a história dos povos indígenas, usurpando as riquezas da flora e fauna.

O sociólogo Ramos (1996) informa que a história e a sociologia do Brasil não se explicam através das relações patronal-escravizados, bastante presente na interpretação da história brasileira, principalmente quando se trata da casa grande e senzala. O intelectual Rodney (2001) reforça a nossa crítica ao eurocentrismo quando nos ensina que o único objetivo da Europa foi o de subdesenvolver a África e as Américas durante o projeto escravista. É justamente por esse e tantos outros motivos que devemos começar a repensar quem de fato colonizou as Américas.

No contexto de mudança paradigmática na ciência produzida no Brasil, em especial no Cariri cearense, região sul do Estado do Ceará, que a nossa pesquisa vislumbra no espaço dos engenhos de cana-de-açúcar novas possibilidades de repensar a história dos africanos e afrodescendentes. Essa pesquisa ocorreu especificamente no município de Barbalha, situada no Cariri cearense, sendo, este município, vizinho da cidade do Crato – Ceará e faz parte da microrregião do Cariri. Até a primeira metade do século XIX, Crato e Barbalha era constituído pelo mesmo território, sem quaisquer divisão política-administrativa entre ambas. Estudos de Feijó de Sá (2007) diz que Barbalha se torna freguesia em 1838, Vila em 1846 e cidade em 1876.

No Cariri, especialmente em Barbalha, ainda persiste uma ideia racista de que não existiu/existe um número expressivo de africanos e afrodescendentes. Essa narrativa é pavimentada de contradições, principalmente quando se trata de pessoas serem livres do escravismo e o mesmo tempo cativa e sertaneja. Afinal quem era essas pessoas sertanejas? Cativos ou escravizados? Pessoas livres? De onde vieram? Quais eram os conhecimentos

técnicos e tecnológicos que elas transferiam para Barbalha e demais territórios caririense?

As perguntas serão respondidas no capítulo que vai tratar da presença africana no Cariri cearense. Essa pesquisa parte do seguinte objetivo geral: analisar os engenhos de cana-de-açúcar de Barbalha como espaço educativo das africanidades para o ensino de Geografia. Os nossos objetivos específicos são: examinar as trajetórias sócio-histórica-espaciais da população negra em Barbalha-Ceará; estudar os conhecimentos técnicos e tecnológicos de base africana tendo como enfoque os engenhos de cana-de-açúcar presentes no município de Barbalha e propor ampliações dos conhecimentos sobre as africanidades para o ensino de Geografia tendo como enfoque os engenhos de cana-de-açúcar.

Dividimos os tópicos da seguinte forma: *PERCURSOS METODOLÓGICOS*, onde nessa seção discutimos a importância do nosso envolvimento com a pesquisa, os procedimentos teóricos-metodológicos e a importância da pesquisa da afrodescendência. Na subseção intitulada *Da graduação em Geografia à pesquisa nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri*, tem intuito de apresentar minha trajetória na graduação e meu envolvimento com a pesquisa sobre a história da África, as afrodescendências e africanidades no Brasil, em especial do Cariri. Na seção seguinte intitulada: *ÁFRICA-BRASIL E O RECONHECIMENTO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES*, aprofundamos sobre o conceito de colonização africana no Brasil e as suas implicações na formação social, cultural e econômica. No trato da história da África, separamos duas subseções intituladas: África Ocidental e África Oriental, fazendo uma breve introdução na história sociológica do continente africano para que possamos entender que o Brasil, especificamente o Cariri é uma África deslocada do continente de origem.

Na seção *OS AFRICANOS NO BRASIL E AS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES DO CARIRI CEARENSE* problematizamos sobre a importância da sociologia africana no Cariri e a constituição dos engenhos, tendo em vista que os engenhos são espaços que guarda um conjunto de conhecimentos que pertence aos africanos, bem como a organização e a execução do trabalho. Na subseção desse capítulo intitulado *O Cariri cearense*, refletimos/problematizamos a sociologia africana e o conjunto de conhecimentos técnicos e tecnológicos de matriz africana na microrregião caririense apontando na subseção *Barbalha: sociedades africanas e afrodescendentes, técnicas e tecnologias e engenhos de rapadura*, a necessidade de uma reinterpretação da organização dos objetos geográficos e o trabalho nos engenhos barbalhense, com enfoque para o engenho Padre Cicero, buscando propor novos paradigmas historiográficos e geográficos que aponte a presença africana na localidade.

ENSINANDO E APREDENDO GEOGRAFIA NO ENGENHO PADRE CÍCERO EM BARBALHA – CE: reconhecimento das afrodescendências e africanidades, nessa seção

propomos estratégias de ensinar e aprender sobre africanidades nos engenhos através de encontros com alunos da educação básica e professores. A ideia é que os docentes consigam problematizar com os alunos a importância de vislumbrar de forma crítica a história africana inserida nesses espaços, suplantando a concepção eurocentrista de que engenhos de rapadura é constituído de escravidão e incivilidade.

Para realização dessa pesquisa utilizaremos a metodologia da afrodescendência. Essa metodologia é pensada por Cunha Junior (2001) e tem como objetivo nos colocar em contato com a nossa ancestralidade através de uma nova percepção da materialidade e imaterialidade dos objetos geográficos, os quais são responsáveis em salvaguardar parte da nossa história.

Realizamos uma revisão bibliográfica com autores que dialogam sobre a história do Cariri e a presença de africanos e afrodescendentes, bem como a inserção de técnicas e tecnologias de base africana. Dentre os pesquisadores, destacamos Silva (2023) que trará uma dimensão da afroarquitetura caririense enquanto patrimônio cultural constituído pelos conhecimentos técnicos e tecnológicos de base africana. Nunes (2010) nos ensina que a região do Cariri é marcada pelas africanidades vislumbradas nas manifestações de Congo no município de Milagres-Ceará, tendo em vista que essa pesquisadora faz uma relação entre a manifestação das Congadas no referido município com a cultura Bantu-África. No que tange ao estudo das técnicas e tecnologias e a constituição das africanidades brasileira, utilizamos as reflexões do pesquisador Cunha Junior (2001,2010,2013,2015, 2022).

O engenho Padre Cícero se encontra no município de Barbalha, cerca de 3,5 km do centro da cidade, especificamente no sítio Venha-Ver, vizinho ao engenho Santo Antônio. A história do engenho Padre Cícero é constituída de controvérsias, como nos conta o Mestre de rapadura Zé Carlos. Segundo a história oral o referido engenho começou a funcionar por volta da década de 1960. Os proprietários adquiriram o espaço através de uma negociação de compras de terras, daí resolveram montar um engenho de rapadura, um alambique, cria de gado e um espaço voltado a apicultura. Após o falecimento do antigo proprietário, a gerência foi assumida pela sua companheira que até hoje comanda o espaço ao lado dos filhos.

Não foi do nosso interesse buscar mais informações com a família devido nossa ação política nessa pesquisa, a saber, não colocar sobrenomes de escravizadores ou de seus descendentes, como é o caso da família proprietária do engenho Padre Cícero. A escolha desse engenho aconteceu de forma interessante. Um dia estávamos realizando pesquisas sobre urbanismo e engenhos a partir da perspectiva das africanidades e achamos nos documentos o registro desse engenho que fica próximo ao sítio Estrela, também no município de Barbalha,

cerca de 3km do engenho Padre Cícero. O espaço do engenho pesquisado é aberto, sem quaisquer regras de entrada, daí entramos e nos deparamos com uma riqueza africana e foi ali que logo estabeleci contato com as pessoas e elas me acolheram. Essas pessoas eram as/os trabalhadores negras/os.

Comecei a frequentar o espaço mais vezes, durante mais de 6 meses, fiz uma imersão no espaço, observando os trabalhadores em sua labuta cotidiana, sendo que os dias de funcionamento do engenho varia de acordo com a demanda de pedidos de rapadura. Os dias variam entre a terça-feira e sexta-feira, tem semanas que o engenho funciona na segunda-feira e na quarta-feira ou até mesmo no sábado. Tudo depende das solicitações de rapadura e da quantidade de romeiros que passa todos os meses pelo engenho.

A fim de entender melhor a história dos engenhos de rapadura do Cariri, as técnicas e tecnologias do fazer a rapadura, entrevistamos o mestre de rapadura Francisco José da Silva, mais conhecido como mestre Zé Carlos, mestre de rapadura do engenho Santo Antônio e prestador de serviços no engenho Padre Cícero. Além da entrevista, utilizamos a iconografia para melhor identificar em registros fotográficos os momentos importantes dos trabalhadores na lida da produção de rapadura, plantio da cana-de-açúcar e comercialização. Esses registros fotográficos nos auxiliam a compreender as sociabilidades negras no espaço geográfico caririense.

Tivemos como resultado dessa pesquisa, a compreensão das técnicas e tecnologias africanas e a relação que os engenhos caririense possui com a África devido aos reprocessamentos de conhecimentos no plantio de cana-de-açúcar, na organização do trabalho, na economia da rapadura nas feiras livres e na comercialização interestadual. Podemos observar também que mesmo que as populações negras sejam as responsáveis em produzir a rapadura, a história delas não são reconhecidas pelas proporções corretas, isso é consequência principalmente do racismo antinegro e da manutenção do pensamento eurocêntrico.

Em relação a educação os engenhos ocupam papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem devido as riquezas de conhecimentos africanos, ou seja, os engenhos é um patrimônio histórico-cultural da população negra e necessita ser vislumbrado como tal. Para que isso ocorra, a nossa proposta é que os educadores entendam esse espaço como uma escola ao ar livre para apreensão das africanidades caririense.

Como parte dos resultados dessa pesquisa realizamos algumas experiências em sala de aula, inicialmente problematizando as potencialidades dos engenhos de rapadura enquanto espaço para o ensino das africanidades e em seguida realizamos uma atividade prática também em sala. Colocamos um pano africano no chão da sala e em cima dele estavam as rapaduras

empalhadas, nos plásticos, espátulas de madeira e mel de rapadura. Cada objeto foi sentido pelos alunos e a cada degustação e toques nos objetos, os alunos foram lembrando dos momentos familiares, da importância da cultura da rapadura para a região caririense e com orientação entenderam que os engenhos são parte das histórias das populações africanas e afrodescendentes, desprendendo-se da ideia de que engenhos se relaciona apenas com escravidão.

Na aula debatemos temas sobre história africana, cana-de-açúcar, memória dos trabalhadores negros, técnicas e tecnologias africanas, economia da rapadura, feiras livres, sociologia negra caririense, afroarquitetura, ofícios dos mestres de rapadura, gameleiros, cambiteiros, tacheiros, cozinheiras, lavadeiras, encaxiador, batedor de rapadura, mestre do fogo, vaqueiro dentre outros. Cada ofício desses são marcadores das africanidades como bem nos ensina Petit (2015, p. 178) que os marcadores das africanidades são “perfeitamente identificáveis na nossa história, vivência e inserção familiar e comunitária”. Ou seja, os engenhos salvaguardam a nossa história ancestral e precisamos descortiná-la. É através da educação que podemos alcançar esse objetivo.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é considerada como uma forma de apresentar novos fatos sociais e compreendê-los em sua forma concreta, vislumbrada na materialidade imbuída de uma essência social, isto é, a imaterialidade, dotada de significados filosóficos e culturais. A pesquisa abrange diversos campos de reflexão, por isso que “na prática de pesquisa estão presentes também as apropriações, pelo pesquisador, de bibliografia de ampla circulação mobilizada para a compreensão de um determinado tema, que por sua vez, impõe significados e direcionamentos.” (Valdemarin, 2010 p. 49). Nesse sentido, essa pesquisa busca apresentar um novo panorama da história dos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri cearense, problematizando quem são os verdadeiros detentores dos conhecimentos técnicos e tecnológicos empreendidos no processo de produção da rapadura e aguardente. Compreendemos que os engenhos agregam na sua organização social do trabalho uma ancestralidade que se conecta ao continente africano.

Para fim de aprofundamento nessa reflexão, utilizamos a metodologia da afrodescendência articulada pelo intelectual Cunha Junior (2001) o qual nos ensina que devemos lançar um olhar crítico para o espaço geográfico brasileiro e compreendê-lo como uma forma indissociável entre as relações africanas e afrodescendentes e os objetos materiais e imateriais fixados. Nessa concepção, dialogamos com mais duas bases conceituais, sendo elas, as africanidades brasileiras (Cunha Junior, 2013) e colonização africana (Querino, 1918), sendo a primeira o reprocessamento de uma sociologia africana que passou a modificar esse território significativamente e a segunda trata-se uma revisão na história brasileira, atentando aos conhecimentos técnicos e tecnológicos na formação urbanística, na agricultura, pecuária e no trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar.

Como procedimento metodológico realizamos uma revisão de literatura com autores que dialogam sobre a história da presença africana e afrodescendentes no Cariri, a exemplo de Nunes (2007) com pesquisas sobre “O Reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03”. Silva (2023) com a temática “patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas”, Santos (2023) com o estudo sobre “Educação escolar Quilombola na Lagoa dos Crioulos no Cariri cearense: uma perspectiva curricular de afroquilombamento” entre outras e outros autores comprometidos com a pauta étnico-racial e a história africana.

Para compreender melhor a relação que o Cariri tem com o continente africano fizemos uma breve introdução sobre a história africana, dividindo-a em África Ocidental e África Oriental. A história africana é ampla e complexa e precisa ser vislumbrada com mais

profundida, considerando os processos sociais-históricos-culturais-econômicos. Entendemos que essa relação é necessária pois nossos estudos apontam a existência de elementos no território caririense que se conecta a lugares específicos do continente africano.

Diferente de outras pesquisas de base eurocêntrica sobre o trato da temática dos engenhos, esse estudo não buscou quantificar as afrodescendências caririense, pelo contrário, nosso interesse é de fato compreender a geo-históricidade africana e afrodescendente. Dentre os municípios caririense, estudamos Barbalha, situada na microrregião do Cariri cearense. Essa localidade possui uma riqueza africana na sua formação urbanística, nas manifestações religiosas e culturais e uma formação econômica formada com base na produção dos engenhos de cana-de-açúcar, cujo trabalho era/ainda continua sendo realizado por africanos/afrodescendentes. Diante da complexidade dos conhecimentos africanos na formação cidadina, buscamos delimitar o espaço de estudo, focando no engenho Padre Cicero que fica no sítio Venha-Ver, distante, aproximadamente, 3,5 quilômetros do centro da cidade.

O interesse pelo estudo sobre os engenhos iniciou-se durante a graduação em Geografia quando realizava percurso urbanísticos pela cidade de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte. Segundo Silva e Cunha Junior (2019, p. 24) os percursos urbanos têm como objetivo o “andar pela cidade, buscando a essência social da paisagem geográfica através do nosso olhar, mas também dos gostos, sons e cheiros dela decorrente e que nos conduz a uma interpretação da realidade”. Aos poucos com auxílio da pesquisa da afrodescendência, observando o espaço e buscando na iconografia elementos que conectasse a história dos engenhos caririense ao continente africano, a vontade em reinterpretar a história sociológica dos engenhos começa a aflorar.

Os engenhos de rapadura é um patrimônio histórico cultural africano e afrodescendente devido ao conjunto de técnicas e tecnologias africanas as quais identificamos, sendo elas, o maquinário que outrora era de madeira (conhecimentos técnicos e tecnológicos do carpinteiro) e perdeu lugar para o de ferro, um modelo industrial. Observamos que mesmo diante dessa substituição do maquinário, a dinâmica do trabalho continuou a mesma, ou seja, o mestre de rapadura continuou realizando as mesmas atividades, assim como o botador de fogo ficou em sua função, o tacheiro, os gameleiros, os excaxeador dentre outros. As técnicas e tecnologias africanas continuaram as mesmas, o que nos permite vislumbrar reprocessamento da cultura africana ressignificada por pensamento pan-africanista.

Os engenhos em século precedentes foram responsáveis pela economia do Cariri cearense, sendo que alguns produtos eram comercializados fora da região, alcançando países europeus e até mesmo a África. O Cariri diferente da zona Agrestina canavieira-açucareira, aqui

se produzia a rapadura e aguardente, sendo comercializado principalmente com Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Um importante triângulo da economia rapadueira e da pecuária. Tudo que foi e é produzido nos engenhos deve-se aos trabalhadores negros, pessoas as quais são invisibilizada na história e na economia do Cariri. Era o mestre quem dava a ordem, organizava o ambiente de trabalho e determinava a produção dos períodos da economia da rapadura. Era o botador de fogo que acendia o fogo para esquentar as caldeiras, o moedor que colocava as canas para moer nos rolos, o cambiteiro que transportava as canas-de-açúcar. Fica evidente que não era o latifundiário que fabricava a rapadura.

Para reinterpretar a história africana no Cariri foi necessário desprende-se de qualquer vestígio do pensamento eurocêntrico. Longe desse ideário, buscamos através de publicações de textos em revistas científicas, eventos e congressos, exercitar nossas primeiras reflexões sobre uma sociologia afrodescendente dos engenhos, apoiados em pesquisas elaboradas por autores que nos antecede, a exemplo dos estudos supracitados.

A nossa versão da história sociológica dos trabalhadores afrodescendentes no engenho Padre Cicero foi construída por meio de observações, diálogo com os trabalhadores, incluindo o mestre de rapadura, tudo a base da oralidade, exercitando a escuta. Passamos dias após dias no espaço do engenho, observando e coletando dados de como é a dinâmica do trabalho e organização das funções de cada trabalhador. Inicialmente tivemos uma conversa de forma informal com o mestre de rapadura Zé Marcos e outros trabalhadores, como o tacheiro, botador de fogo e os gameleiros a fim de em um primeiro momento entender a história deles e como eles se ver naquele espaço. Após meses de observações, percebemos que a conversa informal não seria o suficiente para explicitar sobre a dinâmica do trabalho e as sociabilidades afrodescendentes, foi então que entrevistamos o mestre Francisco José da Silva, também conhecido como mestre Zé Marcos. Não é e não foi do nosso interesse dialogar com os donos do engenho.

Temos observado que nos últimos anos as pesquisas realizadas sobre o Cariri têm apontado que os engenhos de cana-de-açúcar são constituídos de uma significância social, da memória e histórica, entretanto, a pauta étnico-racial não adentrar de forma significativa para compreensão das afrodescendências caririense e as africanidades. Isso se amplia com falta de políticas públicas de preservação da história e memórias afrodescendente no Cariri. A reinterpretação da história sociológica africana e afrodescendente no território caririense pouco é discutido no âmbito das universidades, especialmente no trato da temática dos engenhos, com enfoque para o reconhecimento dos conhecimentos técnicos e tecnológico que liga esse território ao continente africano.

Embora exista uma Lei 10.639/03 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo educacional o ensino de história e cultura afrodescendentes, observamos que o assunto é escasso, sendo substituído por um estudo simplista e/ou até mesmo limitado sobre cultura africana e as afrodescendências. Para que haja uma mudança nas estruturas educacionais é fundamental suplantarmos o eurocentrismo e implementar a referida lei para que possamos compreender a história daqueles que nos antecede.

Nesse contexto, a Geografia enquanto ciência que estuda o espaço e as relações sociais, tem um papel fundamental na mudança de paradigma da história sociológica dos africanos e afrodescendentes nos engenhos de cana-de-açúcar. Silva (2023, p. 45) nos ensina que para alcançar uma visão crítica da geo-historicidade do Brasil, especialmente do Cariri, é necessário problematizar quem foram os responsáveis em instalar objetos geográficos que se convertem em africanidades, pois, “a geografia é a ciência de apreensão do espaço geográfico, forjado pela materialização das relações sociais condicionadas às práticas espaciais preexistentes e vigentes, cuja análise permite o entendimento crítico da realidade”.

A nossa pesquisa busca romper com os paradigmas eurocêntricos que constrói narrativas de que as populações africanas e seus descendentes são sociedades a-históricas, oriundas de tribos de homens nus, despossuído de uma racionalidade e culpabilizada pelo atraso da sociedade brasileira, mais especificamente do Cariri. A pesquisa dos engenhos vai mostrar que esse tipo de visão não passa de uma falácia construído por “intelectuais míopes” e racistas. Esse estudo não só busca alcançar uma revisão historiográfica como também é imbuído de um ato político que reivindica políticas públicas efetivas para as populações afrodescendentes do agora e para aqueles que no futuro necessitará reivindicar pelo acesso aos espaços de poder, pois, enquanto o eurocentrismo e o capitalismo racista existir, dificilmente teremos uma sociedade igualitária. Precisamos realizar o movimento Sankofa cotidianamente para então alcançar um mundo onde nós afrodescendentes consiga estabelecer um contator maior com nossa ancestralidade.

2.1 Da graduação em Geografia à pesquisa nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri

A minha formação em Geografia pela Universidade Regional do Cariri-URCA não contribuiu de forma positiva para a construção do meu ser no mundo e a descoberta das minhas afrodescendências. Cada disciplina apenas mostrava uma versão da história, o europeu como herói. Do primeiro semestre ao último não buscaram apresentar a relação que o Brasil possui com o continente africano em termos de conhecimentos filosóficos, geográficos, técnicos e

tecnológico. Os mais de quatro anos que o curso em Geografia ofereceu dialogou com o pensamento eurocêntrico.

Mas, foi no meu quarto semestre que eu encontrei a professora Cicera Nunes, apresentada pela minha companheira Meryelle Macedo da Silva. A professora Cicera, em um dos seus dias de orientações com alunos, cedeu espaço para ouvir minha pessoa. Eu já tinha anotado tudo no caderninho, estava nervoso, eu tinha lido vários textos dela, do professor Henrique Cunha também. Carregava em meu ser duas sensações, uma de ansiedade, admiração e outra a de ser julgado por estar falando coisa por coisa. Foi então que ela olhou bem nos meus olhos e disse, mas quem é você? Me conte de onde vem e o que faz. Quebrando toda preocupação de ser julgado e então a partir daquele momento iniciou-se minha formação, não só acadêmica, mas humana.

A professora Cicera Nunes coordena o Núcleo de Estudo em Educação, Gênero e Relações Étnico-Racial – NEGRER. Esse núcleo é vinculado ao departamento de educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. Esse espaço de acolhimento, comprometimento na luta antirracista e local de aprofundamento nas pesquisas sobre história africana e afrodescendente, propiciou a formação que tenho até o momento. Gosto de dizer que não me formei no departamento de Geografia, eu prefiro dizer que me encontrei no mundo através do NEGRER e da professora Cicera Nunes.

Além do acolhimento da professora Cicera, a professora Meryelle Macedo estendeu sua mão durante sua pesquisa desenvolvida no mestrado, andando juntos na pesquisa das afrodescendências no Cariri. Os estudos dessas duas intelectuais buscam delinear-se em identificar africanidades desenhados nos elementos sociais, culturais, técnicos e tecnológico que liga o território caririense à África. Ambas as professoras estão vinculadas ao departamento de educação da referida instituição, sendo que os estudos da professora Cicera se debruça sobre os Congos e Reisados caririense com sua matriz na cultura bantu e a professora Meryelle aponta a existência de uma afroarquitetura que liga o território caririense a matriz africana bantu e sudanesa.

Quando acessei o conhecimento sobre as africanidades e a história africana iniciei um tensionamento da necessidade de discutir sobre a pauta na formação em Geografia, como é de práxis nas instituições educacionais, os professores eurocêtricos não aceitaram serem contrariados e o que apresentei como proposta de mudança foi desqualificado por esses profissionais. Continuei tencionando numa tentativa de uma mudança na forma de pensar a Geografia e seu papel frente ao enfrentamento do pensamento eurocêntrico e o que encontrei,

mais uma vez, uma barreira, senti-me sozinho em um curso marcado pelas hierarquias e uma falta de compromisso em discutir sobre a presença africana e afrodescendente no Cariri.

Percebendo que o debate em sala não estava funcionando, tracejei outro caminho, a saber, publicações em formato de artigos, resumos expandidos e oficinas ofertadas aos alunos da graduação em parceria com a professora Meryelle e com apoio do NEGRER. O resultado dessas intervenções não houve grandes mudanças, concluímos que não é do interesse dos profissionais que rege o curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri em compreender e discutir sobre a pauta étnico-racial.

Isso ficou mais evidente quando fui defender meu trabalho de conclusão de curso-TCC e o colegiado do curso não acreditava que a pesquisa tinha dimensão científica. O caso agravou-se quando não permitiram que professora Cicera Nunes orientasse minha pesquisa. Quando fiz o pedido para que a professora Cícera assumisse a orientação, fui surpreendido com uma negativa do departamento de Geografia, o pedido foi negado com uma justificativa que o curso possuía orientadores comprometidos com a discussão e capacitados.

O meu TCC tinha como temática os engenhos de cana-de-açúcar do Cariri e a implementação da Lei 10.639/03. Tanto a professora Cicera não pode me orientar, apenas entrou como coorientadora no trabalho e a referida temática foi questionada por alguns professores do departamento de Geografia se realmente essa pesquisa tinha importância para o ensino de Geografia. Isso me entristeceu, senti-me desmotivado em continuar o enfrentamento e percebi mais vez que as nossas pesquisas sobre as relações étnico-raciais não era valorizada pelo referido departamento e pela própria instituição. Foi nesse momento desmotivado que a professora Cicera mais uma vez estende suas mãos e acolhe minhas intervenções as camadas racistas tanto na instituição que me formei como fora dela.

Posso afirmar que não me formei pelo departamento de Geografia e sim pelo Núcleo de Estudo em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais – NEGRER. Foi nesse espaço formativo que tive a oportunidade de participar e elaborar projetos educativos que dialogam com a minha área e com o estudo desenvolvido pelo núcleo de estudo. Desenvolvi um canal de divulgação educativa sobre a temática étnico-racial com diversos convidados onde se inclui professores vinculados a outras instituições e que estuda sobre história africana e as afrodescendências brasileira, a exemplo do professor Henrique Cunha Junior, uma pessoa que também acolhei minhas ideias e a pesquisa que pretendia desenvolver na graduação.

O professor Henrique Cunha Junior, assim como a professora Cicera Nunes e a professora Meryelle Macedo da Silva propôs que desenvolvêssemos vários textos que reafirmasse a presença africana e afrodescendente no Cariri. Quero destacar alguns deles como:

“Da construção dos engenhos de cana-de-açúcar à espacialidade negra: geografizando sobre o Crato-CE”. “O estudo das africanidades como instrumento de sistematização do ensino da história e cultura africana e afrodescendente”. “O couro e o vaqueiro enquanto legado africano no cariri cearense”. “Feira livre e tradicional do Crato-Ce: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia” e “Os engenhos de cana-de-açúcar como demarcadores das africanidades para o ensino de geografia”. Cada um desses textos articula ideias que busca reconhecer as africanidades caririense vislumbradas nas técnicas e tecnologias que são de matriz africana.

Destaquei esses trabalhos porque eles marcam minha formação e os tensionamentos que continuamos fazendo ao departamento de Geografia e aos outros departamentos vinculados a Universidade Regional do Cariri. As reflexões que fizemos nesses artigos se aprofundam nessa dissertação, ampliando o campo de visão sobre a história africana e as afrodescendências caririense. Como na graduação fui impedido de pesquisar sobre os engenhos, fiz a proposição de desenvolver essa pesquisa mestrado da Universidade Federal do Ceará – UFC e o professor Henrique Cunha acolheu a ideia.

Eu finalizo essa pequena narrativa com a seguinte frase: “Essa Universidade é pequena para o tamanho do seu potencial” (Cicera Nunes).

3 ÁFRICA-BRASIL E O RECONHECIMENTO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES

As técnicas e tecnologias dos africanos empreendidas na arquitetura, mineração, agricultura, na produção do açúcar e da rapadura e outros doces derivados da cana-de-açúcar foram introduzidos no Brasil no período do escravismo criminoso. Diante desse processo, as respectivas técnicas e tecnologias foram reelaborados no território brasileiro de forma sistemática durante o funcionamento do escravismo, constituindo as afrodescendências¹ e africanidades² brasileira (Cunha Junior, 2001, 2010).

Antes de adentrar de fato à história dos africanos e afrodescendentes no Brasil, acreditamos ser relevante introduzir a história da África Ocidental e África Oriental, como pode ser visto no mapa da figura 1. Escolhemos essa regionalização africana porque corrobora com nossa pesquisa, nos permitindo analisar quais são as técnicas e tecnologias de matriz africana no cultivo da cana-de-açúcar, no comércio e na civilização do ferro na África que se assemelha com o que existe no Brasil nesses mesmos setores, especialmente ao Cariri cearense. Não significa que a África do Norte, Central e Sul seja menos importante para essa pesquisa. A nossa intenção foi de fazer um recorte espacial para que possamos realizar um itinerário histórico e exemplificar da melhor maneira a história, cultura e economia dos povos africanos, levando em consideração a organização social, cultural e religioso, bem como a complexidade dos seus conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Dividimos essa discussão em dois capítulos intitulados África Ocidental e África Oriental. Essas regiões da África permitem que compreendamos a organização social dos povos bantus, sundaneses, fula, tuarengues entre outros. No que despeita aos conhecimentos técnicos e tecnológicos dessas populações, encontraremos algo semelhante na cidade de Barbalha na região do Cariri cearense, tais como a agricultura, pecuária, ofícios de mestres do ferro, na produção da rapadura, aguardente e açúcar. Entendemos que Barbalha é um recorte do espaço-histórico-cultural-temporal de África, ou seja, consideramos esse município uma África viva na qual salvaguarda uma cosmovisão e um conjunto de artefatos da cultura de matriz africana que necessita ser descortinado para que possamos entender a nossa história ancestral,

¹ O conceito de afrodescendência surge devido as controvérsias criadas sobre a existência ou não de uma identidade negra no Brasil. Esta identidade existe, entretanto ela não é única, não tem uma coesão monolítica (Cunha Junior, 2001, p. 11)

² É essencial ao conceito de africanidade brasileira a ideia de reelaboração. As Africanidades Brasileiras são reprocessamentos pensados, produzidos no coletivo e nas individualidades, que deram novo teor às culturas de origem (Cunha Junior, 2001, p.12).

suplantando o eurocentrismo.

Figura 1 – Regionalização de África



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/africa-2.htm>

3.1 África Ocidental

As sociedades da África ocidental salvaguardam uma magnitude técnica, tecnológica, histórica e geográfica o suficiente para suplantarem a superficialidade histórica produzido pelo pensamento racista ocidentalizado. Algumas áreas de estudo, a exemplo da geografia, arqueologia e história, tiveram um papel fundamental ao estudar a história africana, apontando importantes elementos de uma geografia física dos territórios da África Ocidental (solo, cartografia dos rios, áreas rochosas) que foram transformados pelas sociedades africanas, as quais desenvolveram a agricultura e a pecuária, bem como a técnica e a tecnologia de fabricação de objetos para o trabalho, como machado, foice, enxada e facas e as grandes construções arquitetônicas.

O processo de mudança do espaço geográfico e a produção dos objetos para a transformação da natureza se torna um conjunto indissociável entre as sociedades nas quais

confeccionaram tais objetos e os significados históricos e culturais. Nesse sentido, a técnica empreendida na materialização dos objetos e a essência são também indissociáveis, pois marca momentos sociais que podem ser vistos no presente e futuro como algo que remete ao passado e transmite um pertencimento à uma determinada sociedade que produz e reproduz o espaço geográfico em tempos desiguais (Santos, 2014).

No contexto de transformação do espaço geográfico africano, as sociedades africanas utilizam vários tipos de rochas, o solo, a cartografia dos rios, as florestas tropicais e equatoriais a fim de ampliar os conhecimentos técnicos e tecnológicos e dominar gradualmente a natureza para atender suas necessidades sociais. Não significa que esses elementos físicos-geográficos sejam determinantes para que uma sociedade utilize e modifique o espaço geográfico.

É importante não deixar se levar pela concepção teórica do determinista Friedrich Ratzel que analisou as sociedades alemã pela ótica do evolucionismo biológico, influenciado principalmente pelas teorias eugenista do darwinismo, aplicando essa teoria a nível global. Friedrich Ratzel dialoga também com as ideias racista de Emanuel Kant, quando este autor definiu que as sociedades africanas eram menos desenvolvidas devido ao clima que determinava os fatores biológicos e intelectuais, principalmente das populações das savanas africanas.

Tentar explicar como as sociedades africanas se organiza e modificar o espaço para atender suas necessidades com base no determinismo geográfico ou em teorias darwinistas, limita a compreensão da história africana e das ações dos povos africanos em diferentes territórios. Os bantus, por exemplo, são sociedades que tiveram um papel fundamental na civilização do ferro na África oriental, atravessando o centro-africano, lócus de grande concentração de calor e com uma variedade na fauna.

As teorias eurocêntricas possuem uma visão reduzida do Saara, informando que a geografia desse lugar é constituída apenas por calor e pouca vegetação, ignorando a diversidade de plantas como gramíneas e arbustos, além do clima árido e semiárido. Também desconsideram as sociedades que habitam ou transitam nessa área, estabelecendo relações sociais e econômicas independentes do tipo de vegetação e clima. O fato é que encontraremos elementos culturais, religiosos, econômicos influenciados pela África Ocidental e África Oriental no Saara e que essas relações, atualmente, permanecem existindo e complexificando o comércio transaariano.

Na África Ocidental existe uma variação climática definida por clima equatorial, tropical, subtropical e semiárido e comporta uma floresta diversificada, além de algumas áreas serem formadas por arquipélago como é o caso de Cabo Verde, sendo este território, um importante polo econômico do comércio de sal. O Benin, Togo, Nigéria e Gana são três

importantes regiões do comércio de gado e ouro e estão situados no extremo sul da África oriental, por sua vez, Camarões situado mais ao leste se beneficia da importante bacia hidrográfica do Congo. Já Burkina Fasso que se situa ao norte desses países supracitados faz divisa tanto com Gana e o Mali, importantes territórios do comércio de minerais, tecidos e da manifestação religiosa islâmica.

O Mali é marcado pelas construções arquitetônicas das mesquitas cuja prática religiosa é o islamismo. Um dos principais templos religiosos no Mali é conhecido como Djenné³ erguidas de taipa com fechamento em barro. A cidade Djenné possui monumentais equipamentos urbanísticos e constituída de um complexo comercial de diversos produtos, como alimentos, vestimentas, couro e ferramentas de trabalho. Essa cidade possui um solo fértil, adequado para o desenvolvimento da agricultura e a criação de gado. Outras atividades importantes no Mali é a mineração do ouro e a criação do gado e comercialização da carne bovina. Referente a mineração, os principais territórios que se destacam são Bambuk, Sankareni e Bure, sendo Bure localizado no afluente do rio Níger e Sankareni cortado pela rota comercial da noz de cola (Niane, 2010).

Essa organização social, cultural e econômico no Mali nos permite pensar na técnica da domesticação animal, navegação, mineração e na sistematicidade econômica dessa região. Alguns historiadores-arquitetos afirmam sob uma ótica superficial e racista que as técnicas e tecnologias construtivas empreendidas no Mali cuja matéria prima utiliza-se o barro cru e a mistura com esterco de animal ou galho seria porque não existe pedra para elaboração da arquitetura e/ou conhecimento social o suficiente para o trabalho com a pedra. Em outro caso irão chamar as técnicas africanas de “rústicas”, termo este que gera uma série de problema devido sua conotação simplista e eurocêntrica.

Entretanto, a técnica e tecnologia de construção na África com a utilização do barro não seriam por falta de conhecimento com a pedra e/ou pela inexistência dessa pedra no local, tampouco os conhecimentos africanos poderiam ser considerados “rústicos⁴”, pois não existe

³ “Grande Mesquita de Djenné é um grande edifício de adobe (argila misturada à palha e seca ao sol) que é considerado por muitos arquitetos uma das maiores obras do estilo arquitetônico Sudano-Sahel.” Disponível em: <https://quatrocantosdomundo.wordpress.com/2015/06/21/grande-mesquita-de-djenne-mali-arquitetura-espetacular/>

⁴ “Rústico” é uma terminologia amplamente utilizada pelos historiadores, principalmente os eurocentristas e racistas para definir que existe uma limitação do conhecimento sobre determinados objetos produzidos, a exemplo de uma casa de taipa de mão ou taipa de pilão, o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, a domesticação do gado dentre outros. Veja que as técnicas empreendidas nas construções das pirâmides egípcias são técnicas construtivas rústicas na concepção desses cientistas, ou até mesmo a forma de se produzir o instrumento Kora é rústico. O capitalismo se apropria dessa terminologia para vender mesas de madeiras por exemplo à preços absurdos, porque é rústico. Dificilmente haverá uma preocupação com quem fez a mesa, um carpinteiro? marceneiro? No final de tudo, a mesa continuará na dimensão rústica e se perderá as técnicas

simplismo ou pouco domínio de conhecimento sobre a matéria prima a ser trabalhada. Devemos perceber que existe uma especificidade e uma especialização do trabalho africano nesses tipos de construções que de maneira geral se diversificam em várias partes da África, atendendo principalmente a questão climática, um urbanismo próprio e um modo de vida filosófico-comunitário. Para Cunha Junior (2010) uma das funções físicas-químicas do barro é diminuir o calor para o ambiente interno, tanto das casas, como também dos ambientes de trabalho, como é o caso das casas de engenhos de cana-de-açúcar na África e no Brasil.

Além dos conhecimentos técnicos e tecnológicos na produção arquitetônica, as populações africanas buscavam ocupar sempre os leitos dos rios devido ao solo ser propício ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Não significa que essas populações não ocupassem outros territórios para desenvolver essas atividades. No mapa da figura 2 podemos vislumbrar a divisão regional da África ocidental e no mapa da figura 3 a importância da Bacia do Níger e sua rede de distribuição hidrográfica que abrange o Benin, Nigéria, Guiné e o Mali. Essa rede hidrográfica favorece o desenvolvimento econômico das sociedades africanas e amplia os setores do trabalho.

sofisticadas de origem africana ou asiática e até mesmo europeia para dar lugar mais uma vez ao rústico. Essa palavra virou modismo científico e um dispositivo que auxilia as práticas racistas na forma de produzir ciência.

Figura 2 – Regionalização da África Ocidental



Fonte: <https://www.guiageografico.com/mapas/africa-ocidental.htm>

Ainda sobre o mapa, no Oeste estão localizados os seguintes territórios: Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Gâmbia, Senegal, Bissau, Cabo Verde, Mauritânia e no Oceano Atlântico está a Ilha da Madeira que segundo Silva (1992, 2021) foi uma ilha que teve um importante papel na produção do açúcar, comercialização desse produto e uma organização do trabalho nos engenhos sob o comando dos mestres de açúcar, os quais, após a expansão do escravismo, foram enviados primeiro para São Tomé e Príncipe e posteriormente ao Brasil com o propósito de ensinar novos trabalhadores as técnicas de moagem, colheita e o preparo do açúcar e aguardente. Com os ensinamentos desses mestres, foram se formando novos mestres de açúcar.

A escolha do local para o cultivo da cana é feita pelo mestre de açúcar. Ou seja, tudo que despeite a produção do açúcar na Ilha de São Tomé e Príncipe deve passar pela avaliação do mestre. Nesse sentido, os mestres ao serem enviados para São Tomé e Príncipe, certamente observaram que a ilha era beneficiada por um tipo de solo de origem vulcânica, bem como uma distribuição hidrográfica propícia o desenvolvimento da agricultura. Em uma carta de solos do continente africano produzida em 1957 consta que o tipo de solo na região da Ilha de São Tomé e Príncipe contém os mesmos tipos de solos da Ilha da Madeira, a saber, andossolos húmicos.

Esse solo é importante para agricultura devido ao seu armazenamento de compostos minerais onde se inclui a ferrihidrita. Esse mineral está em maior concentração na região sul da ilha.

No mapa da figura 3 observa-se a distribuição hidrográfica da bacia do Níger, importante rio que contribui para o desenvolvimento da pesca, agricultura e pecuária dos povos Hauças, Zarma, Tuarengues, fulas entre outros grupos.

Figura 3 – Bacia do rio Níger



Fonte: <https://animalia.bio/pt/niger-river>

O rio Benué situado em Camarões e o rio Lokaja na Nígeria são dois principais rios que deságua na bacia do rio Níger. No rio Benué atualmente ainda é comum a atividade de extração de areia do fundo do rio onde homens mergulham em busca da areia e despejam em canoas ou barcos a motor e transportam até as margens do rio, local de descarga, cujo trabalho é realizado pelas mulheres. Além da pesca, retirar a areia do fundo dos rios se torna mais um dos meios econômicos comunitários dessa região. A atividade de retirada de areia do fundo do rio é uma prática, também, dos povos ribeirinhos de Pindaré-Mirim no interior do Estado do Maranhão-Brasil. Segundo um panorama do Setor Mineral do Estado do Ceará (ADECE, 2022) o Ceará representa 0,54% dessa atividade, ou seja, existe um setor do trabalho de mineração, mesmo que atualmente boa parte seja mecanizado para atender aos processos da indústria, ainda existe ribeirinhos no Cariri realizando esse trabalho de forma manual.

A distribuição de água da bacia do Níger alimenta as lagoas de Gana formados a

partir dos rios volta negro e volta branca de Burkina Fasso. Se voltarmos ao mapa acima que trata da hidrografia é perceptível que existe uma grande concentração de água no sul de Gana, essa porção geográfica é conhecida como o grande Lago Volta e foi construído para atender aos interesses do setor energético. A maioria das barragens são construídas no intuito de manter os interesses econômicos capitalista, gerando um descontrole no fracionamento da água e uma agressão a fauna e flora. Nesse sentido, a construção da barragem no Lago Volta não poderia ser diferente, gerando impactos negativos na vida das populações ribeirinhas que vivem da agricultura, pecuária, pesca e da extração do ouro e areia.

Antes da atuação dos escravizadores europeus e a constituição do capitalismo racista, Gana era um dos impérios mais poderoso do continente africano, guardando nos subsolos jazidas de ouro. Lopes (2021, p. 27) afirma que durante a era cristã “Gana-Uagadu era tão rico em ouro que seu imperador – adepto da religião tradicional, assim como seus súditos – era chamados justamente de “senhor do ouro”.

A mineração, agricultura e a pecuária em torno dos rios e lagos na África desempenharam/desempenham um papel fundamental na organização social e ampliação dos setores econômicos nas sociedades africanas. Apesar da prática criminosa do escravismo criminoso e do capitalismo racista, essas sociedades continuam organizadas, reconfigurando seus territórios e estabelecendo novos significados sociais e culturais. No que se refere à movimentação social dos povos africanos não ocorreu somente durante o escravismo, antes mesmo da era cristã, populações do leste contribuíram com técnicas e tecnologias no sul, oeste e norte africano.

Os africanos sempre mostraram sem o menor esforço a sua existência e os seus conhecimentos técnicos e tecnológicos através da materialização dos objetos no espaço geográfico, vejamos o exemplo das pirâmides, as mesquitas do Mali, as grandes construções em pedra nas civilizações Nok e as magníficas embarcações dos Swahilis, iremos retomar a discussão dessas embarcações no capítulo dedicado a África Oriental. Mesmo que haja toda uma comprovação dos conhecimentos técnicos e tecnológicos na África, devemos concordar com Cunha Junior (2020) que a única intenção dos europeus não era o de colonizar a África, como muitos eurocentrista defendem, o real intuito dos europeus era de sequestrar pessoas e se apropriar dos conhecimentos milenares de matriz africana.

Para combater o eurocentrismo e a desinformação sobre a história da África, foi elaborada uma importante coletânea de textos que estão agrupados em volumes destintos intitulados História Geral da África publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) entre 1980 e 1990 em 4 línguas, a saber, Francês,

Inglês, Árabe e Português. Essa obra distribuída em 8 volumes foi republicada no Brasil pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com apoio do Ministério da Educação (MEC) e a própria Unesco em 2010. A primeira coletânea aponta estudos da pré-história e as últimas procurou mostrar o atual contexto africano. Nessa coletânea de 8 volumes reuniu-se escritos de pesquisadores da arqueologia, história, geografia e demais áreas que se dedicou a descortinar o passado e o presente social africano.

Os pesquisadores da História Geral da África apontam em suas pesquisas quais foram os grupos a ocupar determinadas áreas considerada pelo o eurocentrismo inóspita a exemplo do Saara e como se deu o processo de organização social, cultural e econômico, bem como o empreendimento das técnicas e tecnologias da produção de ferramentas para caça, a atividade da agricultura e a pesca, a domesticação do gado, a construção de currais para abrigar o gado, a escrita, a oralidade, a filosofia, a organização urbanística, a civilização do ferro, a agricultura, o tipo de cerâmica fabricada, o trabalho com a pedra e as embarcações.

Dentre as sociedades que atuaram no espaço geográfico africano, destacamos os Bantus, populações que tem seu núcleo embrionário social na África Ocidental e se expande em direção à África Central e Oriental, transferido consigo a civilização do ferro, transmitindo para as populações Nilotas e Swahilis ensinamentos técnicos de fundição do ferro e fabricação de machado, enxada, foice e uma variedades de facas. Já os Nilotas ensinavam aos Bantus como extrair e trabalhar o cobre e o latão. Os Bantus, assim como Noks, buscavam um aperfeiçoamento da técnica em diversos setores da produção da agricultura, a domesticação animal e a fabricação de ferramentas de pedra e ferro. Essas populações buscavam semelhanças e diferenças entre outros territórios fora de suas zonas de ocupação, passando pelo Leste, centro e Oeste africano. Era do interesse dos Bantus colonizar a África oriental, principalmente nas partes em torno da bacia do Congo, pelo baixo Níger e os Lagos Vitória e Tanganika, a fim de ampliar os conhecimentos técnicos e tecnológicos (Wai-Andah, 2010).

Estudos da paleontologia, da botânica, ecologia, etnográfico e arqueológicos indicam que existia um complexo de produtos alimentares e a atividade pastoril com a presença de uma diversidade de animais inclusive de raças que são de origem egípcias, com chifres longos e outros com chifres curtos e propensos a se adaptarem ao clima equatorial de savanas durante a pré-história e as primeiras organizações sociais, culturais, econômicas e urbanísticas. Alguns dos animais, a exemplo do gado, eram utilizados para o desenvolvimento da agricultura e para o transporte (Wai-Andah, 2010).

Ainda sobre os estudos Wai-Andah, eles mostram que existia:

uma criação de gado muito antiga no Saara setentrional e oriental; complexos primários de culturais de gramíneas, talvez permanentes, nas encostas e escarpas das terras altas do Saara central; complexos de culturas de gramíneas em certas regiões do Sahel e das savanas setentrionais, sujeitas a influências provenientes do Norte e do Sul (Wai-Andah, 2010, p. 659).

Wai-Andah (2010) observa que no império de Gana, há extração de ouro nas minas, enquanto nos leitos e nas montanhas há cultivo de inhame e milho, já em relação ao comércio transaariano a venda do camelo, gado e caprino é predominante. Nesse contexto de organização social e comercial, o tipo de agricultura desenvolvida, a cerâmica fabricada, o trabalho com a pedra (seja na pré-história ou não), a civilização do ferro, as construções de embarcações, os especialistas ferreiros de Nok são outros conjuntos de conhecimentos das sociedades africanas da região ocidental que foram introduzidas no Brasil durante o escravismo criminoso.

Esse panorama sobre a África Ocidental nos faz acreditar que é preciso ampliar nosso olhar sob o continente africano, principalmente quando se trata de técnicas e tecnologias. Há muitos aspectos sobre a África Ocidental que podem ser problematizado. A nossa intenção foi a de fazer uma síntese mais geral, mostrando possibilidades de estudos mais aprofundados e que podem se relacionar com a história das américas, especialmente do Brasil e do Cariri cearense. É importante compreender que a África não é um país, uma noção muitas vezes incorretamente difundida pelo o eurocentrismo. Além dessa porção geográfica, iremos fazer também uma introdução sobre a África Oriental a fim de relacionar esses dois lados africanos e conectar ao Brasil, especialmente ao Cariri cearense.

3.2 África Oriental

A ciência ocidentalizada-europeizada não está preocupada em compreender a história africana. As grandes construções arquitetônicas, como é o caso do complexo de Gizé (pirâmides), o mortuário Djoser-Djeseruas da rainha Hatshepsut localizado na margem ocidental do Nilo, a esfinge de Tânis esculpidas em pedra, embora essa última esteja no museu de Louvre – França, as construções em barro e pedra na Somália, as embarcações Swahili, a tecnologia do ferro e as técnicas arquitetônicas dentre outros demarcadores do passado da África que representam uma imponência do poder africano não são considerados relevantes na ótica europeia para compreender a formação social dos territórios africanos. Cabe enfatizar que nada que desrespeite a história da África é relevante para a ciência eurocêntrica e mais ainda

não estão preocupados em admitir que usurparam das técnicas e tecnologias de matriz africana e patentearam como sendo deles.

Nos estudos de Obenga (2010) é notório os grandes feitos que a poderosa rainha faraônica Hatshepsut realizou na história. Primeiro ela governou o Egito durante 21 anos, precisamente entre 1504 – 1483 a.c, e em segundo, organizou várias expedições comerciais, incluindo sua passagem pela região de Punt na costa da Somália, cujos somalianos já possuía relações comerciais com as populações da China e Índia. O grande objetivo dessas expedições era estabelecer novas rotas do comércio no oceano Índico rumo a outras costas africanas e Ásia, bem como expandir suas rotas comerciais pelo mediterrâneo, especificamente pelo território do Saara.

Já na porção da África oriental existia um complexo comercial de especiarias, trocas de técnicas construtivas, mineração do ferro e confecção de ferramentas, domesticação do gado, produção de artefatos de cerâmica, a incorporação do islamismo ao modo de vida costeira, a introdução étnico-linguístico das populações bantus e as construções de navios, a exemplo de um dos navios mais famoso da costa africana, a saber, “*dau la mtepe*”, ou apenas mtepe. Esse tipo de embarcação se fazia presente no norte e sul da costa oriental africana e guiado pelas populações Swahili, transportando minerais, especiarias e cana-de-açúcar (Masao; Mutoro, 2010).

É impressionante os detalhes de produção da embarcação mtep, bem como a utilização da madeira para a amarração do navio. Essa embarcação configura-se em uma grande cavilha que serve para unir as estruturas laterais e o mastro central o qual é fixado na quilha e carlinga, além de sustentar a inclinação da proa no sentido superior, condicionando um controle das correntes marítimas no processo de navegação. Na parte traseira tem uma grande haste acoplada ao leme, por sua vez o leme está acoplado a popa, possibilitando o controle do direcionamento do navio, como pode ser observado na figura 4.

Figura 4 – Embarcação Mtepe



Fonte: <https://www.rafikiproductions.com/films/>

O navio é constituído de detalhes que nos leva a problematizar várias questões importantes, especialmente as técnicas empreendidas na construção do navio, envolvendo conhecimento matemático e uma especialização da mão de obra do carpinteiro. Inferimos que além da fabricação do navio, as técnicas de navegação que os Swahilis e de outras populações da costa oriental africana foram importantes para a expansão marítimas e as confluências comerciais e étnico-linguístico no território, tanto nas porções internas, como nas externas, especialmente entre a Somália (Cuxita, Bantus), Quênia (Suaíli, Bantus), Etiópia (protoetiope; aramaico) e mais ao sul da costa têm-se a Tânzania (Swahilli, Bantus) e na Ilha de Comores (Suaíli).

Os asiáticos, assim como africanos, velejavam pelo oceano, inclusive com embarcações de grande porte. “Os veleiros árabes e indianos foram capazes de empreender expedições rumo à África e retomar aos portos de origem, graças ao regime de alternância das monções do oceano Índico”, chegando a Somália para comercializar diversos produtos, incluindo o setor da agricultura e ferramentas de trabalho (Diarra, 2010, p. 350-351).

As técnicas de navegação e fabricação de embarcações faz parte da maioria dos territórios africanos. Algumas sociedades africanas utilizam técnicas e ferramentas mais complexas para fabricar determinados artefatos de madeira como é o caso das populações bantus que dominava os conhecimentos da forja do ferro e a fabricação de ferramentas de trabalho, viabilizando de modo prático o corte da madeira e a plenagem da madeira. Esses

conhecimentos foram transferidos durante a colonização dos povos bantu na África oriental e expandido para o leste e centro asiático, permitindo de forma sistemática a inserção de novas técnicas e tecnologias. Outra importante contribuição dos bantu foi o aprimoramento das técnicas de repicagem para o cultivo das plantas e o inhame nas montanhas da Tanzânia. Com a chegada e expansão comercial bantu, os povos Cuchitas que habitava na parte meridional da África oriental passaram a estabelecer relações econômicas e trocas de conhecimentos a fim de aprenderem e aprimorarem as técnicas e tecnologias da forja e a confecção de ferramenta, uma vez que o ferro para os Cuchitas e Nilotas não possuía a mesma finalidade que era para os bantus (Sherif, 2010).

Podemos inferir que se existiu um processo de colonização dos africanos ocidentais sob os africanos orientais é provável que aconteceu confluências sociais, econômicas, técnicas, tecnológicas e étnico-linguístico na região africana oriental, considerando que na África oriental existe pouco mais de 200 línguas e múltiplos dialetos, embora a predominância linguística seja o Swahili, Oromo, Somaliano, Aramaico e Árabe. Enfatizamos que o povo da África ocidental dominava uma diversidade de técnicas de fabricação de cerâmica, construções arquitetônicas de barro, pedra e os cultivos e a domesticação do gado.

Ainda sobre a prática da agricultura dos Bantus no oriente, principalmente nas margens do lago Rift e nas montanhas da Tanzania, Ehret (2010, p. 739-40) destaca que eles:

Permaneceram, em ampla medida, especialistas de um sistema de cultivo diferente, o sistema de repicagem, assim batizado porque as principais plantas cultivadas não se reproduzem a partir de sementeira direta, mas de uma parte da safra que é plantada de novo. As sociedades bantas, conheciam e cultivavam também diversas plantas de sementeiras direta como o sorgo e, nas terras altas, o milhete; muitas vezes criavam também o gado.

Existe vários setores do trabalho na África ocidental nos quais demostramos no capítulo anterior, que foi/são fatores de desenvolvimento/aprimoramento econômico na África oriental. Em relação ao cultivo da cana-de-açúcar, algumas pesquisas sugerem, enquanto outras discordam, que a origem da cana seja asiática. Posnanky (2010) alerta que é preciso ter cuidado com algumas certezas, especialmente quando se trata de agricultura e as relações comerciais na África e na Ásia, pois, os estudos da arqueologia, botânica e étnico-linguístico tem comprovado que a civilização do Nilo possuía um grande desenvolvimento na agricultura com múltiplas espécies de plantações, inclusive a cana-de-açúcar e na Somália há variadas espécies de canas, enquanto na Ilha de São Tomé e Príncipe, o plantio de cana tenha sido influenciado pela Ilha de Guiné- Bissau e a Ilha da Madeira.

Os Bantus ao colonizar a África oriental, certamente eles transferiram consigo os conhecimentos do cultivo da cana-de-açúcar. Os estudos de Silva (1992, p. 392) aponta que os bantus iniciaram sua jornada pelo índico e o mediterrâneo e alcançando a Eritreia com “pequenos entrepostos comerciais, onde vinham ter navios de nações distantes — romanos, árabes, persas. Vinham esses barcos buscar incenso, marfim, carapaças de tartarugas, chifres de rinoceronte, peles de pantera”. E um dos produtos que eles tinham interesse era ““o mel extraído de uma cana””, e/ou o açúcar, que já fazia parte das mercadorias do Eritreu no norte oriental.

O deslocamento dos bantus em direção ao lado leste africano além de permitir a ampliação da tecnologia do ferro, incluiu-se nesse itinerário, a troca das técnicas de criação do gado no Quênia, na Etiópia e na Tanzânia, passando às margens do lago Rift e o lago Vitória (Enret, 2010). É importante observar o mapa da figura 5 para que possamos nos situar na geografia da África oriental e entender a dinâmica comercial e o processo de colonização dos bantus.

A bacia do Congo e do Nilo banha o lago Vitória e beneficia as populações Nilotas e bantus que residem ao norte do lago, especificamente em Kampala, no oeste em Kigali e em Mwanza que estão ao sul do lago que antes/agora viviam/ continua vivendo da pesca, agricultura e pecuária.

Figura 5 – África Oriental



Fonte: https://espanol.libretexts.org/Educacion_Basica/Geografia/

Segundo Ehret (2010, p. 727) “por volta do fim da era pré-cristã, algumas comunidades bantas orientais, sob influência de seus vizinhos centro-sudaneses e dos Cuchitas meridionais do sul do Lago Vitória, praticavam a criação de rebanho”, isto é, o gado, levando em consideração a existência de uma criação de camelos e a comercialização desse animal com a Ásia e fortalecendo o comércio transaariano. Ainda sobre o mapa, observe que a região sul, especificamente no lago Malawi tem saída para o oceano Índico, que nos permite deduzir as relações comerciais existente entre Dadoma, Zanzibar, a pequena ilha de Dar es Salaam, Mombasa e Nairobi no Quênia.

A Somália que faz divisa com a Etiópia, Eritreia e o Quênia é muito provável que existisse uma comercialização do gado e do ferro, considerando o grande interesse dos quenianos pelos ferretes (ferramenta de marcar o gado). Esses territórios fronteiriços nos permitem analisar a comercialização de ouro, ferro, gado, cerâmica e as técnicas e tecnologias arquitetônica, assim como a agricultura com o cultivo da banana, inhame, sorgo e cana-de-açúcar.

Os estudos da arqueologia vão nos mostrar que esses produtos eram comercializados entre os Swahili e os Bantus, onde se inclui também os chineses e os indonésios. No que se refere a arquitetura, os etíopes são especialistas em construções em pedra, basta observar a igreja de Lalibela, escupida em pedra e com cortes simetricamente calculados. Como em toda construção e/ou trabalho em pedra, cada detalhe exige um conhecimento técnico do corte correta da pedra para que não comprometa a estrutura. Dentre inúmeros detalhes dessa igreja, uma coisa que é interessante e que nos permite elencar diversos questionamentos, dentre eles, destacamos a seguinte pergunta: como escupir uma igreja gigantesca no subsolo?

A resposta para essa pergunta poderia ser a seguinte: o conhecimento não se limita apenas em escupir, que também é um ofício extremamente complexo, mas, além disso, devemos perceber que os profissionais compreendiam os tipos de solo e o tipo de rocha, bem como sua profundidade e espessura. Não se trata de uma estrutura que dure poucos anos, mas de algo que permanece contando a história de gerações, corroborando para a construção de um olhar pautado na criticidade da realidade percebida e da paisagem relida, bem como a essência imbuída nos objetos materializados no espaço geográfico africano.

Para Santos (2012, p. 35) “a paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda”. Isto é, não devemos entender os objetos geográficos desconectado de sua essência e de seu significado histórico-social-cultural, bem como técnico e tecnológico.

Os objetos geográficos carregam e transmite uma energia que poderia ser explicada

através das filosofias africanas, a exemplo do Ntu⁵. Cada casa, curral, relações comerciais, domesticação dos animais, vilas dos ferreiros, expansão das técnicas de agricultura, feiras livres, danças, cânticos, toques dos instrumentos musicais, vestimentas, organizações comunitárias, filosofias, escrita, oralidade, caça, pesca, navegação, construção das embarcações dentre outras formas sociais e a produção de objetos geográficos carregam a essência das pessoas e reflete os conhecimentos técnicos e as tecnologias. Tudo isso é invisibilizado pelo eurocentrismo que constrói um imaginário racista e reducionista da história dos africanos dentro e fora da África.

Os estudos de Masao e Mutoro (2010) reforça que devemos sermos cauteloso sobre as narrativas que contam a história da África Oriental nas quais informa que os primeiros a ocuparem essa porção geográfica foram os árabes e europeus durante o século III da era cristã, transferindo conhecimento e a civilização. Historiadores reforçaram essa narrativa, apresentando uma possível comprovação de um tipo de cerâmica produzida por Persas no mesmo período supracitado. Entretanto, pesquisas realizadas pela arqueologia mostra que as populações da Somália, Quênia, Etiópia e Camarões já possuía uma rede comercial pelo indico em direção ao interior africano e posteriormente iniciam uma relação comercial e aceitam a chegada dos indonésios, chineses e iraquianos aos seus territórios, sobretudo com interesse em comprar o tecido chinês e as cerâmicas pintadas e exportadas da Indonésia que datam do século I da era cristã. Ou seja, antes dos Persas, já existia uma demanda de produtos comercializado entre esses países e o comércio marítimo pelo oceano Índico estava se expandindo de norte a sul da costa africana.

Navegar não era uma coisa distante da realidade dos africanos, quase todos os territórios possuíam um comércio marítimo, com exceção dos países da África central, cuja economia se concentrava no mediterrâneo, principalmente no setor comercial de camelos, tecido, couro, gado e ouro. Não significa dizer que a população centro-africano não dominasse as técnicas marítimas, mas se trata de configurações sociais, étnica e econômica diferentes daquelas próximas ao oceano Índico. Por exemplo, os mesmos Swahili que navegam pelo oceano Índico, ocupavam o comércio no mediterrâneo. Há indícios que eles atuavam no comércio transaariano e no mar vermelho, local onde existia o comércio do marfim entre as populações do Egito, Somália e a Índia (Sherif, 2010).

A presença de asiáticos na África era recorrente antes mesmo da era cristã e

⁵ NTU é a força do universo, que sempre ocorre ligada à sua manifestação em alguma coisa existente no campo material ou do simbólico ou do espiritual, nomeados nas formas de muntu, kintu, hantu e kuntu. O NTU, embora não exista por si próprio, transforma tudo que existe com elementos tendo uma mesma natureza em comum. Tudo tem o seu NTU (Cunha Junior, 2010, 26-7).

fortificou-se durante a era cristã. Os sauditas possuía uma relação econômica com os indianos e egípcios no mar vermelho, embora existisse uma interferência dos sauditas em relação a comercialização do marfim, cujo objetivo era um controle econômico sob o referido produto, mesmo que eles soubessem que os egípcios possuíam um complexo econômico de diversos produtos, especialmente o ouro de Gana e a mineração em Núbia, os sauditas também tinham interesse nos respectivos produtos, já que “uma das causas da expansão comercial ptolomaica ao longo do mar vermelho foi o crescimento da demanda de mercadorias de luxo provenientes do Oriente, como o marfim” e o incenso (Sherif, 2010, p. 616).

Essa introdução sobre a África Oriental aponta que existe coisas a serem descortinadas e que deveria ser de interesse dos diversos pesquisadores brasileiros, especialmente os que se propõe a reconta a história do Brasil. Nesse sentido, somos um desses pesquisadores interessados na história africana para que possamos entender nosso lugar no mundo e nas relações sociais e culturais, as quais não são fundadas no passado escravista e na Europa. Pelo contrário, estamos conectados diretamente com a ancestralidade africana.

Na concepção de Ki-Zerbo (2010) a história africana não se explica através de simplismo teórico que dicotomize as relações sociais, linguísticas e geográfica de África. É preciso um aprofundamento e um compromisso com a história, algo que os arquivistas, os paleontologistas, os arqueólogos, os egiptólogos e paleobotânicos longes do universo de um pensamento europeu têm contribuído para desvendar a história africana.

Segundo Obenga (2010, p.65) a ciência ocidentalizada – europeizada costuma estereotipar a história africana, sobretudo construindo um imaginário limitado e negativo sobre o passado da África. É difundido questionamentos como ““Onde nasceu o homem? Há quanto tempo?””, perdendo de vista o real significado da pesquisa e a produção da ciência. Ou seja, na concepção desse autor, seria mais viável a busca por respostas de como os africanos produziram as pirâmides, como era as técnicas de mineração, a produção de cerâmica, a comercialização de tecidos entre Ásia e África e Europa dentre outras coisas. Obenga não desconsidera a importância de entender a origem das sociedades, pelo contrário, é extremamente relevante compreender a pré-história, o que não se deve fazer é promover o simplismo e se pautar no evolucionismo darwinista.

Na perspectiva de Cunha Junior (2023) devemos nos preocupar em entender os conhecimentos africanos e a complexidade dos conhecimentos técnicos e tecnológicos que datam mais de 6.000 anos. São anos de produção e modificações espaciais materializando objetos geográficos que data a civilização do ferro, da arquitetura, da medicina, da filosofia, da política e economia. Santos (2012, p. 59) reforça essa reflexão quando nos ensina que o

funcionalismo do espaço é conduzido pela sociedade que instala interesses no território e produz paisagem que na temporalidade irão confluir com novas funções e novas paisagens. Não basta observar a paisagem e o que nela existe no dado momento sem considerar os objetos fixos de outro momento. “A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado”.

É com o passado que a África se relaciona com o presente, um movimento filosófico Sankofa – povos Akan. Ressaltamos mais uma vez que a intenção desses dois capítulos foi o de realizar um panorama/síntese sobre essas duas porções geográficas que se relacionam entre si e como isso é percebido no Cariri cearense através da constituição das africanidades. Apontamos a importância das técnicas de agricultura com o cultivo da cana-de-açúcar e os de mestres de açúcar os quais foram enviados para a América durante o escravismo criminoso. Discutimos também sobre as feiras livres, navegação, o comércio do couro, domesticação do gado e a civilização do ferro com os povos bantus que influenciaram a África oriental e os centro-africanos.

Acreditamos que esse itinerário pela história da África ocidental e oriental amplia nosso olhar para o espaço geográfico fazendo com que possamos entender de forma crítica o porquê defender que os verdadeiros colonos no Brasil foram os africanos e não os europeus escravizadores-usurpadores. O processo de colonização africana permitiu a inserção dos conhecimentos técnicos e tecnológicos no Cariri cearense, especialmente no município de Barbalha, *locus* do nosso estudo. Temos observado que o espaço geográfico barbalhense é constituído por uma riqueza de conhecimentos de origem africana. Não há como falar de urbanismo sem fazer referência aos conhecimentos de arquitetura africana, não há como entender economia se não fizermos alusão à atuação do trabalho dos africanos nos engenhos de cana-de-açúcar e na produção de rapadura, ao conhecer a história da rede ferroviária e não se referir aos ferreiros e os trabalhadores que construíram as linhas férreas, seria como negar uma parte da história do Brasil, especificamente do Cariri.

Nesse contexto, no próximo capítulo faremos um adendo na história do Brasil e uma imersão na história do Cariri, especialmente lançando o olhar para o município de Barbalha, mostrando as afrodescendências e a existência de um conjunto de africanidades, responsável pela reconfiguração do território brasileiro. Como já dissemos anteriormente, faremos uma relação da história social africana e afrodescendente do *lôcus* de estudo dessa pesquisa, a saber, Barbalha com a África Ocidental e Oriental.

4 OS AFRICANOS NO BRASIL E AS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES DO CARIRI CEARENSE

A história do Brasil sempre esteve pautada na negação dos conhecimentos das populações africanas durante o escravismo. Essas populações sempre foram vistas na história apenas como mercadorias e mão de obra destinadas as *plantations*, a produção do açúcar nas zonas canavieiras, rapadura no Nordeste e a lida com a pecuária (Nascimento, 2019). É preciso, portanto, revisar a história brasileira, coisa que os pensadores pan-africanistas tem feito durante e o pós escravismo criminoso, apresentando uma versão diferente e buscando suplantando o eurocentrismo que colocou as populações africanas e afrodescendentes em um lugar de subalternização social, enquanto o europeu escravizador se constituiu enquanto protagonista e o grande civilizador.

A ciência brasileira arraigada no eurocentrismo têm colaborado com a permanência dessa narrativa racista, criando no imaginário social novas histórias, cuja afirmação dos escritores e economicistas racistas do final do século XIX e início do século XX era de que africanos são o atraso social do Brasil e os europeus são os detentores dos conhecimentos técnicos e tecnológicos necessário à formação de uma sociedade. O problema é que essa história não era novidade, isso já era parte do projeto dos europeus, produzir inverdades sobre os africanos.

Para que o pensamento eurocêntrico-eugenista ficasse impregnado na sociedade de tal modo que não fosse fácil romper com esse tipo de pensamento, foi preciso que todos os europeus se unissem no processo de escravização dos africanos, onde incluísse um papel fundamental da igreja católica – jesuítica. E foi justamente nesse momento que a igreja católica se comprometeu em apoiar os navegadores e a expandir seu império rumo a outros territórios, chegando a África e as Américas. Os jesuítas, carmelitas e outros grupos ligados a igreja começaram a dominar terras e dismantelar as comunidades da costa africana, invadindo ilhas e estabelecendo leis do uso da terra (Alencastro, 2000).

A ordem da igreja durante o escravismo era que toda terra encontrada fora da Europa deveria ser ocupada e se instaurasse um regime de controle, cercando o território e produzindo bens e que parte da produção deveria ser dividido com a igreja. A própria igreja comandava os crimes que fora cometido contra populações na África e indígenas nas Américas. Com vista nas riquezas africanas e os conhecimentos técnicos e tecnológicos, o clero e os navegadores – reis – europeus resolveram colocar em curso uma das maiores práticas criminosas já vista na história da humanidade, a saber, o tráfico de africanos pelo atlântico, modificando

sistematicamente os modos de vidas africanas e suas organizações sociais, culturais e econômicos que eram milenares de Norte a Sul e de Leste a Oeste do continente africano (Alencastro, 2000).

Além da ideia de que europeus eram civilizadores/colonizadores, eles também são vistos de modo positivo por ter catequizado aqueles (africanos) que os consideravam “bárbaros” e sem “alma”. Alencastro (2000) afirma que os jesuítas, companhia fundada por Inácio Loyola e padres capuchinhos foram enviados para catequizar as populações indígenas no Brasil e africanos na África, especialmente no Congo e Angola. O principal objetivo do projeto de catequização católico europeu era deslegitimar as práticas religiosas africanas e o próprio cristianismo africano a fim de ensiná-los a verdade sobre o mundo ideal cristianizado europeu. Embora em algumas partes da África tenha funcionado tal projeto, em tantas outras não teve êxito.

No contexto do tráfico de africanos para o Brasil, os congoleses e angolanos ao serem transferidos junto de outras populações também de países africanos como de São Tomé e Príncipe, Ilha da Madeira, Quênia, Guiné Bissau entre outros locais, conseguem ressignificar as práticas culturais e religiosas no território brasileiro, formando Irmandades Negras do Rosário, terreiros de Umbanda e Candomblé. Os estudos de Nunes (2010) apontam que as manifestações culturais – religiosas das congadas e a fundação das irmandades negras do rosário no Brasil estão conectadas com a matriz bantu Congo – Angola.

Para superar as inúmeras inverdades que os europeus construíram sobre a história dos africanos no mundo, é importante conhecer um outro lado da história, uma versão onde os protagonistas sejam os próprios africanos, responsáveis em modificar e ressignificar o território brasileiro. Nesse sentido, a forma como africanos se ressignificaram no Brasil durante e pós escravidão criminoso se relaciona com os modos de vidas de origem africana, isto é, a organização e formação dos quilombos, as centro-urbanos (bairros negros⁶), na dança, na economia, na religiosidade das irmandades negras do rosário, nas congadas e nos reisados, nas sociabilidades das feiras livres, nas vestimentas, na agropecuária e demais aspectos que se assemelham com o que ainda permanecesse existindo na África.

O eurocentrismo e a ciência produzida a partir da concepção do darwinismo da evolução das espécies justifica que africanos foram escravizados porque podiam realizar determinados trabalhos na agricultura e na exploração da flora brasileira devido a sua força

⁶ “Bairros negros é um conceito que especifica a presença das populações negras na produção das cidades brasileiras e propõe que os elementos da cultura negra e do protagonismo social dessas populações sejam elementos da análise do urbanismo” (Cunha Junior, 2023, p. 284).

física já que os indígenas não suportavam as atividades laborais. Vê-se nesse sentido uma dissolução do pensar em relação ao fazer, ou seja, é como se as populações africanas não soubessem o que estava fazendo.

O escravismo criminoso no Brasil não se explica com a divisão do trabalho no mundo capitalista e posteriormente a ampliação dessa divisão na fase do capitalismo-industrial, resultante das transições ocorridas no contexto europeu. Os estudos de Karl Marx⁷ tentou explicar essas transições, entretanto, discutir a categoria trabalho e a formação de uma divisão de classes sociais nos moldes das sociedades capitalistas, sem incluir a análise do escravismo criminoso em curso, dificulta entender os crimes cometidos pelos europeus contra as sociedades africanas. A crítica a Marx e ao marxismo se faz necessário, pois o capitalismo é resultado do escravismo, portanto, trata-se de um projeto criminoso como afirma Cunha Junior (2013).

Se analisarmos a história brasileira baseada na categoria trabalho – trabalhador – proletariado e as sociedades capitalistas assim como foi proposto por Marx e pelos marxistas, ampliaremos as lacunas na história sociológica brasileira, deixando a entender que os africanos apenas possuíam a força braçal desconectada de um conhecimento técnico e tecnológico.

O pensamento eurocentrista, mesmos os desses que se diz progressistas, pouco importa se africanos foram transferidos forçadamente dos seus territórios e obrigados a inserir suas técnicas e tecnologias no espaço geográfico brasileiro. Importa menos ainda para os eurocentristas se africanos conhecia ou não alguma técnica e tecnologia. Quanto as bases conceituais, apenas é relevante para o eurocentrismo, as teorias marxistas, darwinistas, positivistas e o plano cartesiano. Em resumo, pensamento pan-africanista quilombola, das comunidades negras rurais, dos bairros negros e até mesmo a proposta do Querino de 1918 sobre um colono preto, não é válida.

O marxismo aponta que nas sociedades capitalista o que ocorreu foi apenas um fracionamento das classes sociais onde o europeu foi o grande vitorioso e os vencidos são os trabalhadores – proletariados, sem questionar quem são esses proletariados e de onde vieram esses trabalhadores que executaram/executam suas atividades laborais nas lavouras de café, no plantio de cana-de-açúcar, na produção de rapadura e na produção de outras coisas importantes para a constituição da economia brasileira, inclusive para a consolidação e manutenção do capitalismo europeu.

⁷ Cabe ressaltar que esse autor e seus admiradores se prenderam à uma realidade social do feudalismo europeu e um processo transitório dessas sociedades para as sociedades capitalistas, sem considerar o fato de que existiu um projeto escravista europeus apoiados pelas instituições religiosas e que formou as próprias sociedades capitalistas, isto é, não há como falar de capitalismo sem entender as relações étnico-raciais, especialmente quando se trata da história social e a econômica do Brasil.

As técnicas de base africana foram relevantes nos mais diversos setores do trabalho, a exemplo da agricultura, pecuária, elaboração de ferramentas (ferreiros), arquitetura e na mineração. E quando o trabalho era realizado, a única preocupação dos europeus criminosos era divulgar que africanos não possuía civilização e mais, eles eram os responsáveis em atrasar o desenvolvimento social das Américas, especialmente do Brasil.

Essas ações criminosas dos europeus até hoje não foram responsabilizadas e prevemos que jamais serão. O que se observa após a abolição do escravismo criminoso é uma ampliação da violação dos direitos sociais dos africanos e de seus descendentes através de impedimentos ao acesso às políticas públicas mínimas, a exemplo do direito de transitar pelo espaço geográfico sem sofrer uma violência racista e/ou acessar os espaços institucionais-educacionais que dizem ser pública e democrática da sistematização do conhecimento. Para que haja uma mudança estrutural do pensamento da sociedade brasileira precisamos suplantar o eurocentrismo, repensando a história sociológica e cultural africana e reconhecendo as africanidades.

A nossa sugestão de mudança de paradigma educacional é se questionar sobre as seguintes coisas: será que realmente os colonos nas Américas foram os europeus? Seria possível entender que os africanos foram os verdadeiros colonizadores das Américas? De qual porção geográfica da África os africanos foram transportados? Qual o real motivo que os levaram a ser escravizados por europeus? Quais são os conhecimentos técnicos e tecnológicos que modificaram o espaço geográfico americano, especialmente brasileiro? Como podemos identificar esses conhecimentos? Na perspectiva de Cunha Junior (2019, p.65), “nós nunca fomos colonizados pelos europeus, fomos invadidos e destruídos, mas não colonizados”.

Esses questionamentos nos levará as especificidades da história dos africanos que mesmo na condição de escravizados conseguiram empreender quilombos, formaram um tipo de urbanismo que pertence à configuração urbanística africana, ressignificaram a religiosidade, a dança, as artes, complexificaram os conhecimentos técnicos e tecnológicos do ferro, mineração, arquitetura, formaram feiras livres e contribuíram com uma formação econômica no Brasil. Isso tudo não é colocado na história porque o interesse do eurocentrismo é continuar invisibilizando os africanos e seus descendentes.

É preferível para a educação, as ciências sociais, a filosofia, a geografia e demais áreas da produção do conhecimento dialogar com Hegel que fala sobre um mundo das ideias e um atraso na “África negra” e logo depois se aprofundar no que Marx discorda dos mundos das ideias de Hegel devido existência de uma suposta materialidade sem essência, sustentada por uma divisão de classes sociais que se estruturou a partir do período transitório do feudalismo-

burgueses para a economia capitalista-industrial europeia no século XVII e XVIII, que como já dissemos anteriormente, o Marx e o marxismo desconsidera em sua análise que existia um escravismo criminoso em curso e a existência de um complexo econômico da África e Ásia que antecede a própria formação do espaço geográfico europeu.

Ou até mesmo preferem seguir os questionamentos de Marilena Chaui (Chaui, 2000) em seu livro intitulado “Convite à Filosofia” onde essa autora justifica do porquê que a filosofia ocidentalizada é importante e como ela é relevante para compreender a formação e organização das sociedades gregas-romanas. Chaui e outros autores ainda indicam em outras escritas que a Roma colonizou quase todo o Norte da África. Muitos pesquisadores – filósofos eurocêntricos ovacionam e acham magnífico a introdução de Chaui. Quando há uma narrativa contrária a essa, afirmando que a filosofia não nasce na Grécia e sim na África e que a ideia de que romanos invadiram o norte da África são apenas histórias falaciosas, a contrariedade passa a ocupar um lugar de blasfêmia no campo da produção do conhecimento.

A ciência eurocêntrica nos impõe que devemos aceitar esse tipo de verdade e não satisfeita com isso, criam, na ciência brasileira, um Nina Rodrigues (Rodrigues, 2010) que reforça o pensamento eurocentrista e constrói uma narrativa racista de que o problema do Brasil é a “raça negra”. Essa mesma ciência nos diz que esse autor é um clássico e por ser reconhecido como tal é obrigatória a leitura para que se compreenda a verdadeira história brasileira. Mas ao resgatar o pensamento do intelectual baiano Juliano Moreira (Moreira, 1891) que nos diz que Rodrigues está completamente equivocado além de ser um racista, imediatamente surge um movimento que se ocupam em justificar ou/ injustificável do racismo presente nas teses de Nina sobre a história de africanos e afrodescendentes no Brasil.

Outro intelectual e importante no combate ao racismo científico de Nina foi o Manuel Querino (1918, p.11) o qual elabora uma tese de que os africanos foram os reais colonizadores das Américas. O colono preto é aquele africano que “já conhecia o trabalho da mineração, pois lá (**África**) abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro”. Logo após as suas publicações, o eurocentrismo inicia mais uma retaliação do pensamento negro brasileiro. Como dispositivo dessa retaliação criam na década de 1930 um Gilberto Freyre que publica o livro intitulado “Casa Grande e Senzala” com mais de 50 edições ao longo dos anos. O livro começa falando de um colono português e a união deste com indígenas e a formação agrária com base no escravismo de africanos. Uma verdadeira fila harmônica das raças onde os africanos e indígenas passam a ocupar o lugar de passividade e finalmente a ideia de civilização atinge uma sintonia perfeita no início do século XVI e final do século XIX com a suposta colonização europeia e uma economia baseada no escravismo criminoso.

É justamente esse tipo de história que estamos acostumados a ouvir e vivenciar nas universidades e na educação básica e pouco ou simplesmente não reagir a nada disso. O comodismo científico e o modismo na educação amplamente divulgado no processo de formação de pesquisadores/professores e em teses, dissertações e livros produzidos nas universidades brasileira, os arrasta para um submundo sem que perceba onde estão adentrando ou conscientemente já sabem onde estão e por onde querem trilhar caminhos, realizando uma imersão em ideias racistas e produzindo novos pensamentos racistas sem qualquer preocupação.

Pesquisadores – professores estão sendo formados nas universidades brasileira na concepção eurocêntrica e racista, embora haja disciplinas que trate da história e cultura africana e afrodescendentes, ainda não é o suficiente para uma mudança nesse tipo de pensamento. Por exemplo, o curso de Geografia e História vinculados às universidades públicas que forma professores para atuarem na educação básica ensinam aos seus alunos que história do Brasil passou por um processo de civilização com a chegada dos europeus e que o escravismo criminoso nas Américas e o capitalismo racista é consequência do processo “evolutivo” das sociedades. Esses mesmos profissionais formados em universidades racistas, justificam o injustificável questionando a seguinte coisa: mas em toda sociedade existiu escravismo. Por que o escravismo “moderno” foi diferente? A resposta a isso é a de que embora toda sociedade tenha escravizado, o escravismo criminoso europeu reverteu-se em racismo antinegro.

Vejam que sempre há uma justificativa apoiado em teorias racistas do positivismo-darwinista para os crimes dos europeus. Enquanto pesquisador/professor me coloco nesse lugar de querer mudar as estruturas racistas e não apenas permanecer escutando que o europeu foi o grande responsável pela formação da sociedade brasileira. É comum na educação básica ouvir de professores que os portugueses, isso nem inclui os outros europeus, apenas os portugueses, como os grandiosíssimos detentores da cultura, produtor do pensamento, cristalizando nas mentes dos alunos negros e indígenas que as suas tataravós, bisavós, avós e pais passaram a ser civilizados a partir desse contexto, portanto, esses alunos devem ser passivos e se comportar de acordo com os status quo da sociedade capitalista.

Enquanto isso o empreendimento dos conhecimentos técnicos e tecnológicos que forja um patrimônio histórico-cultural da população africana e afrodescendente é colocada na história do Brasil em um lugar onde jamais será reconhecida. Diante do que foi exposto ao longo dos capítulos anteriores sobre história africana e os questionamentos elencados nesse capítulo sobre os africanos serem os grandes responsáveis em metamorfosear o espaço geográfico brasileiro, corroborando de maneira sistemática com novos significados sociais, transmitindo para os objetos geográficos uma essência, compreendemos que africanos e seus

descendentes são os verdadeiros colonizadores e os europeus são meros parasitas criminosos e consumidores dos conhecimentos de matriz africana.

Colonizar não é um ato de destruir e sim de modificar o espaço geográfico com aprimoramento⁸ de técnicas e tecnologias e com uma forma social que contribua com a sociedade já existente em um determinado território. Isso não foi algo realizado pelos europeus, por exemplo, os franceses não chegaram no Quênia para realizar troca entre o gado de origem europeia pelo gado Zebu de origem queniana, os franceses chegaram na costa para dizimar as populações e escravizá-las e aqui não se trata de escravizados de guerra, trata-se de um projeto criminoso escravista que toda a Europa colocou em curso por mais de 400 anos.

Querino (1918) ao apresenta a ideia de “colono preto como fator da civilização brasileira” de início, gera um certo espanto para alguns pesquisadores, especialmente os eurocêntricos que não estão prontos para enfrentar uma mudança nas estruturas teóricas eurocêntricas da ciência brasileira. Daí surge um principal questionamento, a saber, como assim colonização africana se eles eram os escravizados? Esse autor não estava preocupado se iriam questioná-lo ou não, a preocupação de Raimundo Querino era criar novas teorias que recontasse a história brasileira e o africano se torna-se protagonista dessa história. Este autor estava escrevendo em um período marcado pelas teorias eugenista de Nina Rodrigues, que como já foi dito, um racista, que produziu inúmeros escritos que afirmava que a populações africana e afrodescendente eram menos inteligentes do que europeus devido ao tamanho do crânio e da regionalização africana os quais foram deslocados durante o escravismo.

Essas ideias racistas estavam vigorando durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, influenciando o eugenista Gilberto Freyre que coloca em seu livro “Casa Grande e Senzala” que havia uma harmonia entre as raças nesse período. Retomamos novamente a esse livro porque ele é amplamente divulgado na atualidade pelos historiadores e sociólogos e sendo leituras obrigatórias nos cursos de sociologia e história e nas pós-graduações de mestrado e doutorado das universidades brasileira a fim de fazer com que os alunos compreendam a história do Brasil. Como iremos compreender a história brasileira se estamos lendo e relendo um racista e/ou racistas? A resposta a esse questionamento é que não iremos compreender a história do Brasil.

A mudança na história social brasileira só irá acontecer quando estivermos dispostos a construir uma nova ótica, desprendendo-se de ideologias racistas. Por esse e tantos outros

⁸ Percebam que não utilizamos a ideia de evolução ou desenvolvimento de técnicas, mas, aprimoramento, o que significa que já existia conhecimentos técnicos e o ato de colonizar permite a troca e o aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias.

motivos que já apontamos que não acreditamos em uma colonização europeia e tampouco acreditamos que os europeus sejam os primeiros a navegar pelos mares. A nossa intenção sobre o capítulo sobre África Ocidental e África Oriental é que se faça entender que africanos já realizava colonização pela África e Ásia. Existia uma rede comercial da cana-de-açúcar, chás e gado na costa africana que tinha a presença de alguns comerciantes asiáticos que antecedia o escravismo europeu.

A Europa percebendo que não conseguia acompanhar os desenvolvimentos técnicos e tecnológicos na África, constrói então o projeto escravista criminoso e chegam às américas com intuito de explorar as riquezas, entretanto, eles não esperavam que ao transferir pessoas escravizadas das costas africanas para realizar o trabalho de mineração, arquitetura e demais setores, iniciasse um processo de colonização africana (Querino, 1918) e depois uma africanização brasileira, constituindo nos objetos geográficos uma forma-essência africana e outras manifestações culturais que Cunha Junior (2001) nos diz que são africanidades.

O europeu não dominava a civilização do ferro, a arquitetura, as navegações e filosofia (Cunha Junior, 2020) e não suportavam serem colocados como sociedades do atraso, principalmente em um período que o catolicismo europeu estava em ascensão e o mundo das ideias filosóficas gregas estavam se reestruturando, trazendo para cerne das discursões filosóficas as reflexões platônicas, aristotélicas e de Parmênides, amplamente utilizadas pela igreja católica, especialmente por Santo Agostinho, para explicar a relação entre a metafísica e o mundo concreto. O eurocentrismo nega até mesmo a origem de Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, ambos africanos.

O pensamento eurocêntrico se consolida com negações e subalternizações das populações africanas e não admite que os seus tenham elogiado as riquezas do continente africano, como fez Estrabão que descreveu Alexandria-Egito como uma das cidades mais bela em termos de organização comercial no mediterrâneo e marítimo, além de se surpreender com o conjunto arquitetônico, sobretudo com a construção de um farol (Riad; Devisse, 2010). Estrabão era grego, reconhecido enquanto geógrafo e filósofo e influenciados pelas ideias dos mosteiros e admitiu a grandeza dos conhecimentos africanos na arquitetura, entretanto, a única preocupação do pensamento europeu no contexto do escravismo e no pós-abolição é negar qualquer existência de comércio ou rotas marítimas egípcias, bem como a consolidação econômica africana.

Segundo Pinheiro (1995, p. 445) Heráclito de Éfeso de Mileto (filósofo da era pré-socrática) e Heródoto estudaram no Egito e reconheceram que os egípcios são sociedades altamente sofisticadas na arquitetura, matemática, filosofia, religião e guarda artefatos culturais

que conta parte da história da humanidade. O Egito para os gregos Heráclito de Mileto e Heródoto é “fonte inspiradora das suas obras de teor histórico e geográfico e a manifestarem uma fonte de saber, uma capacidade de assombro, um entusiasmo pela multiplicidade e diversidade dos fenómenos do mundo exterior”. Quando os próprios gregos admitem que as sociedades africanas são civilizadas, a ideia de “grandes navegações” e colonização europeia do século XV deve ser questionada.

Há contradições no próprio pensamento eurocêntrico que nos leva a problematizar sobre a sua história construída com base em transitoriedade temporal. Diante da contradição eurocêntrica a qual demonstramos acima que em um determinado momento admite a complexidade dos conhecimentos africanos e logo depois constrói um projeto de negação das civilizações africanas, pressupõe que os europeus possui um conflito entre si e que necessita ser resolvido, enquanto isso não se resolve é importante entender que a história da África precisa ser estudada com comprometimento e profundidade, pois, dizer que africanos existe não é suficiente para suplantarmos o eurocentrismo que simplifica e/ou apaga a história de africanos, especialmente no Brasil. Superar o eurocentrismo não tarefa fácil, mas, necessária para que haja uma ampliação do conhecimento sobre nossa história e a estrutura social e cultural que não surge no capitalismo e tampouco no escravismo criminoso europeu.

A África é um manancial de coisas importantes que precisam ser vislumbradas na sua complexidade sistêmica, buscando em novas fontes historiográfica e na oralidade informações que permita refletir sobre a história de africanos na África e no Brasil. Não é porque um sociólogo-positivista-racista como o Émile Durkheim fala que as sociedades precisam se ver enquanto ser social que devemos ovacionar, primeiro porque as sociedades africanas já experienciavam o que é sociedade e as filosofias de vida antes mesmo da era cristã. Os estudos de Durkheim não explicam a realidade brasileira, como muitos sociólogos costumam utilizá-lo para compreender a organização social do Brasil com base nas relações de classes e fatos sociais. Esse autor se debruçou sobre a análise dos fatos sociais no contexto europeu do final do século XVIII e início do XIX. Em seu livro, o qual consideramos racista, a saber, “A Divisão do Trabalho Social” dialogou com pesquisadores da medicina europeia que estavam estudando sobre os crânios de indígenas americanos e os comparando com crânios de egípcios, a fim de construir uma narrativa que pressupõe que os africanos eram menos civilizados em relação aos europeus e por esse motivo foram escravizados. Veja que mais uma vez o evolucionismo darwinista ocupa um lugar de debate nas teorias racistas, justificando o motivo do escravismo criminoso contra africanos e indígenas.

Compreendemos que autores racistas em nada contribuí para conhecermos a

história africana nas Américas, especialmente no Brasil. É preciso superar a ideia de que Émile, Marx e Hegel e tantos outros autores eurocêntricos explicam toda a realidade das sociedades. É preciso suplantar, também, o imaginário de que esses autores são os clássicos da ciência, deixando de conhecer intelectuais caribenhos e revolucionários africanos e afrodescendentes os quais foram importantes no processo de reorganização social e da retomada das bases civilizatórias africanas, como é o caso que aconteceu na revolução Haitiana de 1804.

O europeu não satisfeito com seus crimes contra africanos durante o escravismo e a produção de uma ciência pautada no eugenismo, criando sistemas racistas que no século XVIII e início do XIX se interliga mais diretamente com o capitalismo-industrial racista, criam uma história de que técnicas e tecnologias só surgem com advento da industrialização e da divisão do trabalho fabril. Ou seja, o trabalho de um ferreiro que produz uma enxada e leva até 1 dia para ser confeccionada, na fábrica, em poucas horas se produz 50 enxadas e isso é considerado a verdadeira técnica, resultado das tecnologias chamadas de aparelhos eletrônicos e máquinas, enquanto a técnica e tecnologia que o ferreiro utiliza para fazer a mesma enxada, já não se pode dizer dentro da lógica do capitalismo industrial racista que é uma técnica e tecnologia porque não é supostamente avançado, ou não se transformou no tempo, seria como se estivesse estática ao tempo, ocupando o lugar concomitantemente chamado de rústico.

Se antes para produzir tijolos de adobe⁹ levava o barro, os galhos, o esterco e outros materiais vegetais, atualmente, na lógica fabril, o tijolo leva apenas poucos materiais, sendo o essencial, o barro, cuja produção atende a lógica da rapidez, enquanto a preocupação com a qualidade passa a ser colocado de lado, sendo, portanto, menos importante, isto é, tijolos de baixa qualidades e bem inferiores aos de produção de adobe que é seco ao sol e com espessuras bem maior em relação aos chamados tijolos de blocos de 6 e 8 furos.

A nossa intenção com esses exemplos e levantar a seguinte tese, as técnicas e tecnologias não são resultados apenas das transformações sociais e dos modos de vida industrial-capitalista na forma de produção das coisas materiais, como é o caso das arquiteturas. As técnicas e as tecnologias usadas no mundo capitalista diferem no modo como as sociedades africanas se relaciona com os objetos produzidos. Muitas das arquiteturas africanas atualmente utilizam as mesmas técnicas e tecnologias de milhares de anos atrás. Em Burkina Fasso, por exemplo, ainda se constrói casas de tijolo de adobe e casas de taipas, técnicas construtivas que

⁹ “O adobe é um tijolo de terra crua, geralmente muito grande com relação aos tijolos de hoje, cuja técnica de produção implica ser seco inicialmente à sombra e depois ao sol. este tijolo é muito utilizado na África do Rio níger. Para constituição do tijolo de adobe se misturam argila, fibra vegetal, estrume de gado e óleos vegetais ou animal” (Cunha Junior, 2010, p. 28-9).

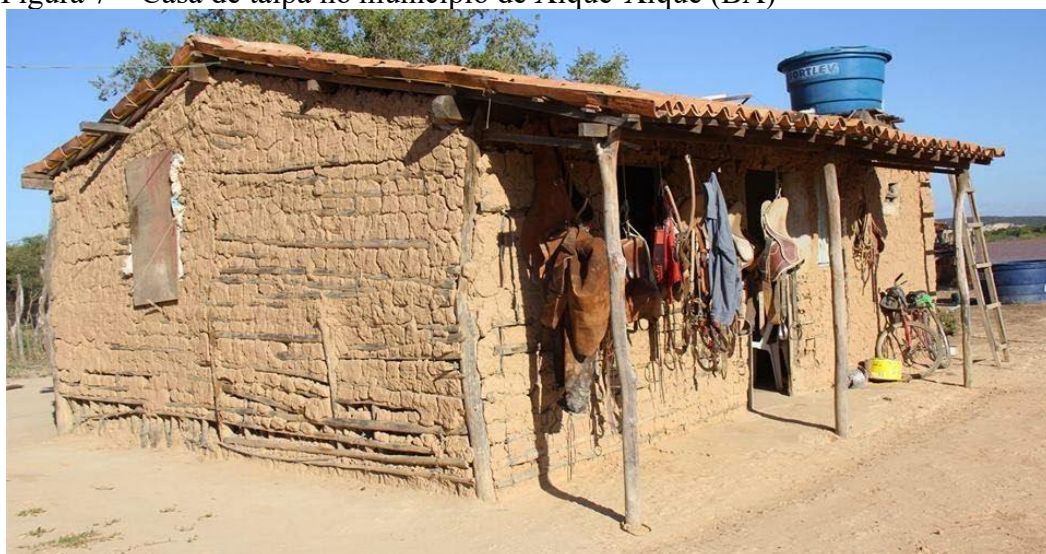
se reprocessam no Brasil, como pode ser observada na figura 6 e 7.

Figura 6 – Casa de taipa em Burkina Faso



Fonte: https://sustentarqui.com.br/casas-de-terra-gurunsi-burkina-faso/#google_vignette

Figura 7 – Casa de taipa no município de Xique-Xique (BA)



Fonte: <https://xiquexiquense.blogspot.com/2014/04/foto-interessante-casa-de-taipa.html>

A produção do tijolo de qualidade inferior serve para o capitalista-racista no Brasil, apenas para acumular riqueza, perdendo a essência e a preocupação em salvaguardar as memórias coletivas e individuais. As populações negras resistiram por muito tempo ao processo

de “modernização” das arquiteturas na cidade e nas zonas rurais. Atualmente ao chegar nas comunidades negras e quilombolas, ainda vislumbramos casas feitas de tijolos de adobe e taipa de mão.

Compreendemos que o ato de fazer condiciona a concretude da técnica. Para Santos (1990 apud, Santos 1996, p. 19-20):

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social seja, como antes, hierárquico. Mas, pela primeira vez na história do homem, nos defrontamos com um único sistema técnico, presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política.

As técnicas africanas do passado se reprocessaram durante a colonização africana no Brasil e podem ser vislumbradas nos modos de cultivos, pecuária e na arquitetura. Um exemplo disso são as casas de taipa de mão, cujo processo de construção acontece da seguinte maneira: primeiro escolhe o local, monta-se um projeto arquitetônico, as pessoas saem em busca das matérias-primas, depois amarram os galhos e o por fim o fechamento com o barro, embuçam as paredes (reboco das paredes) e fazem pinturas ou desenhos de adinkras. Após essas etapas a casa está pronta, e somente depois disso podemos dizer que existe uma tecnologia. Outro exemplo, são as feiras livres, local onde existe técnicas de comercializações e tecnologias das socializações e oralidades.

E por que as técnicas africanas diferem das que são utilizadas pela “economia e política” capitalista? A resposta a essa pergunta é simples, antes da consolidação do capitalismo racista, produzia-se um tijolo com concepções filosóficas, sociabilidade e ritualidade, bases estas que Oliveira (2021, p. 68) define como “a formação da pessoa africana, então, é um processo coletivo; uma responsabilidade social” onde se conecta mulheres, crianças e homens à natureza, o respeito ao conhecimento técnico e tecnológico ancestral e a transmissão da oralidade na forma de se relacionar com os objetos geográfico produzido. A “terra é o principal elemento da produção” entre as sociedades africanas e se devolve a ela o respeito ao seu tempo de processamento da vida.

Os pais ensinavam aos seus filhos como preparar o barro, o tamanho correto de

cada tijolo, quais vegetais eram necessários para a produção do tijolo e quanto tempo era preciso para secar ao sol. No mundo capitalista a máquina passa a executar a tarefa de produção e tudo que precede a conexão social-materialidade-essência já não faz mais sentido, a dialética relacional humanos-objetos-essência-filosofia perdeu lugar para a lógica do acúmulo e do imediatismo, isto é, agora devemos atender as demandas econômicas, produzindo milhares de tijolos em questão de pouquíssimo tempo.

O tijolo que antes possuía uma função que era oferecer aos moradores de uma determinada casa, ou casarões dos centros e da zona rural das cidades brasileira, ou as casas de engenhos de cana-de-açúcar e de rapadura e demais equipamentos arquitetônicos, uma durabilidade e impedir a impermeabilização dos raios solares que resulta em grandes massas de calor, deixando o ambiente com ar ameno, foi substituído por tijolos de blocos com menos resistência ao tempo e catalizador de calor para o ambiente interno das casas, fábricas e outros equipamentos urbanísticos.

São por esses e tantos outros motivos que a produção atual das materialidades invisibiliza as formas como as sociedades africanas e as sociedades afrodescendentes no Brasil continuam a produzir as coisas conectadas ao passado, sem perder a matriz do conhecimento. A indústria racista não está preocupada com o bem-estar das pessoas, apenas enxergam a rapidez e a estética das arquiteturas e do setor alimentício. O consumismo da rapadura, aguardente ou açúcar com as mesmas qualidades de 200 anos atrás, não é a mesma de hoje. O mestre de rapadura, que era respeitado pelo seu saber-fazer os produtos dentro do engenho, já não era/é reconhecido pelo pensamento capitalista-racista como detentor de um conhecimento técnico e tecnológico. São várias questões que necessitam ser problematizado e devemos observar que tudo isso é parte do projeto criminoso europeu, que tem por objetivo a perpetuação da desinformação sobre a história dos africanos e afrodescendentes.

O trabalho nas sociedades africanas não se relaciona com a categoria trabalho proposto pelos europeus no escravismo criminoso e no capitalismo racista, primeiro porque os africanos se relacionam com a natureza e respeitam o passado e se ressignificam no tempo. Ao se ressignificar eles não perdem sua conexão com a matriz de origem, um exemplo disso são os quilombos, reerguidos no tempo, as religiosidades, as técnicas construtivas e as tecnologias foram ressignificadas. As vestimentas, o trabalho dos ferreiros e os conhecimentos com as ervas medicinais, a mudança da flora e fauna, tudo está conectado à matriz africana.

Os africanos nunca tiveram estáticos ao tempo, não foram passivos ao processo de violação dos seus direitos durante o escravismo, resistiram e enfrentaram o sistema criminoso europeu. Mesmo diante da violação das comunidades africanas, os africanos na África

desenvolveram inúmeros métodos de soerguer seus sistemas econômicos diante do processo de subdesenvolvimento que a Europa os colocou (Rodney 2022) e esse processo perdura-se até os dias de hoje, ou seja, uma África resistindo as intervenções dos grandes blocos econômicos norte americano e da união europeia.

Difícilmente se fala que foram os africanos que mantinha a riqueza europeia com o trabalho realizado nas américas e se existiu máquinas de ferro na industrialização inglesa, foram os africanos os primeiros a dominar as técnicas e tecnologias do ferro e os conhecimentos necessários para desenvolver ferramentas. Precisamos refletir criticamente sobre esses detalhes, porque isso faz parte das nossas relações sociais cotidiana e da nossa relação com os objetos produzidos.

Com base na discussão sobre conhecimentos técnicos e tecnológicos de origem africana, lançamos um olhar para o que existe de africanidades nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri cearense, com o objetivo de relacionar com à África. Compreendendo que a sociologia caririense foi transformada devido ao processo de colonização africana, constituindo uma sociologia afrodescendente nos engenhos de rapadura. Nessa perspectiva de colonização africana afirmamos que o Cariri foi colonizado por africanos e invadido e saqueado por europeus. No tópico sobre o Cariri discutiremos sobre a história da população afrodescendente apontando as africanidades que forma o espaço geográfico-regional caririense, olhando para o município de Barbalha.

4.1 O Cariri cearense

O território caririense salvaguarda um patrimônio-histórico-cultural da população africana e afrodescendente que nos permite afirmar que essa porção do espaço geográfico brasileiro é uma África deslocada do continente africano. O Cariri é um território desenhado por conjunto indissociável entre as sociabilidades africanas e as organizações dos objetos geográficos amplamente difundidos durante o processo de colonização africana no Ceará. Esse lugar é constituído de uma riqueza de conhecimentos técnicos e tecnológicos de matriz africana, vislumbrados na formação dos quilombos, na arquitetura, nas artes, na dança, na religião, na economia e na organização do trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar.

O Cariri está localizado no extremo sul do Estado do Ceará e formado por 29 municípios que segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE se divide entre os municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim,

Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea-Alegre, como pode ser observado no mapa da figura 8 (IPECE, 2020).

Figura 8 – Regionalização do Cariri cearense



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/292382200809719653/>

O nosso estudo sobre os engenhos de cana-de-açúcar se insere na mesoregião do Cariri cearense que engloba os municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Novo Olinda, Porteiras e Santana do Cariri. Ressaltamos que dentre esses municípios, apenas, estudaremos a história sociológica africana e afrodescendente de Barbalha que compõe a microrregião do Cariri, com enfoque principalmente para os trabalhadores afrodescendentes do engenho de cana-de-açúcar Padre Cicero que fica localizado no sítio Venha-Ver, aproximadamente 3,5 quilômetros do centro de Barbalha.

Os africanos e seus descendentes que chegaram ao Cariri durante a primeira metade do século XVIII possuíam especialidades nos mais diversos setores do trabalho, especialmente na mineração e na agropecuária. Um grupo de africanos na condição de escravizados foram destinados aos primeiros trabalhos nas minas de São Jose dos Cariris Novos no município de Missão Velha e outra parte ao cultivo e criação de animais, principalmente o gado (Silva, 2023). Diferente da região de Minas Gerais, a mineração no território caririense não teve êxodo, mas, sendo substituído pela criação de gado e a agricultura. O Cariri com suas terras férteis passa a ser modificado para atender as demandas econômicas europeia, principalmente com a produção de

rapadura, cujo produto teve grande destaque na economia caririense, ampliando cada vez mais no final do século XVIII e início do século XIX com a transição dos engenhos de madeira para os movidos a vapor e posteriormente no século XX com os movidos a eletricidade (Cortez; R.p Cortez; Irffi, 2011). Segundo Brígido (2001, p. 40 apud Cortez; R. P Cortez; Irffi, 2011, p. 2), em 1756 “o cultivo de cana-de-açúcar estava muito adiantado no Cariri e contaram-se 952 fazendas de criar”.

Ou seja, a economia do Cariri estava em crescimento e os conhecimentos para executar as atividades laborais nos engenhos era de origem africana. Nas mais de 300 instalações de engenhos de cana-de-açúcar no Cariri durante o final do século XVIII e XIX, cujos trabalhadores era composto por um grupo expressivo de africanos e afrodescendentes na condição de escravizados, os quais eram responsáveis em executar as atividades laborais nesses espaços. Produzia-se o açúcar, rapadura, aguardente e outros produtos derivados da cana. Mesmo existindo uma sociabilização dos trabalhadores africanos e seus descendentes, a principal preocupação dos escravizadores era de negar que os trabalhadores dos engenhos do Cariri cearense eram de origem africana.

Para negar a existência de africanos no Cariri, os europeus construíram uma narrativa pautada na ideia de sertanejos, pessoas pobres que estavam em busca de melhores condições de vida e encontraram no oásis caririense um lugar de sobrevivência. Essa história construída pela literatura eurocêntrica romantiza o escravismo criminoso e desqualifica os conhecimentos de matriz africana.

Convém ressaltar que essa narrativa se baseia tanto na negação de africanos em terras caririense como também viabiliza a manutenção do pensamento eurocêntrico. Os estudos de Nunes (2011), Cunha Junior (2010), Santos (2023) e Silva (2024) aponta que no Cariri a presença de africanos se manifesta em diversos espaços, como nos reisados, na formação de Irmandades Negras do Rosário, na formação dos quilombos e na constituição da arquitetura e dos engenhos de rapadura.

O fato é que o escravismo criminoso existiu no Cariri e a história de que os trabalhadores africanos foram bem recebidos pelos donos de extensas terras, onde foi oferecido a essa população moradia e alimentação, não passa de uma narrativa falsa. Os denominados “cativos” e os “cativos livres”, são africanos e afrodescendentes que viveram as angústias e as violências do escravismo criminoso e alguns tiveram suas liberdades de forma parcial, pois, necessitava trabalhar nas fazendas de cria de gado e no cultivo da cana para a produção da rapadura, a exemplo dos vaqueiros. Esses trabalhadores livres eram também conhecidos como escravizados de ganho.

Os estudos de Feijó de Sá (2003) apontam que a ideia de cativos no Cariri foi predominante, pois, segundo essa autora, não houve um escravismo no território caririense. Para ela, a história sociológica dos africanos e seus descendentes no Cariri inicia-se de fato com a chegada dos retirantes que fugiam das secas em busca de um lugar para se instalar, levando os donos de engenhos caririense agregar as famílias desses retirantes e em troca eles prestavam serviços nas lavouras de cana-de-açúcar e na produção de rapadura e aguardente. Outra regra nessa configuração cativa era que todo filho que nascesse no seio familiar instalado nas fazendas, este filho, obrigatoriamente se destinava ao trabalho nos canaviais na função de cambiteiros¹⁰.

Percebe-se que o estudo de Feijó de Sá delinea-se na negação da presença africana no Ceará, colocando os donos das fazendas e escravizadores em um lugar de pessoas gentis e bondosas, deixando de pautar o escravismo criminoso e a importância dos conhecimentos técnicos e tecnológicos de matriz africana nos engenhos de cana-de-açúcar caririense, especialmente na produção da rapadura. A crítica a pesquisa dessa autora é necessária uma vez que seu estudo buscou compreender as sociabilidades dos trabalhadores negros no engenho Tupinambá que está localizado no município de Barbalha. Sobre os retirantes, é importante problematizar que eles não eram pessoas livres e sim escravizadas e a palavra cativos é apenas um nome que substitui escravismo criminoso.

A história do Ceará continua arraigada no eurocentrismo a medida que evidenciar que os africanos eram despossuídos de uma racionalidade e não sabiam como se organizar em comunidade e instalar equipamentos urbanísticos, bem como executar as atividades laborais nos engenhos de cana-de-açúcar, isto é, a história cearense-caririense nos ensina que o mestre de açúcar e/ou de rapadura aprendeu as técnicas e tecnologias do fazer a rapadura e o açúcar com um europeu, entretanto, isso não passa de uma falácia do pensamento eurocêntrico. Não é do interesse dos eurocêntricos enaltecer os conhecimentos de base africana, pelo contrário, a preocupação do eurocentrismo é justamente negar a existência africana e/ou apagar na história o processo de africanização caririense.

Por mais que a história eurocêntrica continue a propagar desinformação sobre a presença africana no Cariri, acreditamos que seja importante olhar criticamente para o espaço geográfico a fim de apreender como essa população empreendeu comunidades quilombolas

¹⁰ “Cambiteiro é um homem negro, possuidor de um conhecimento africano altamente sofisticado. O Cambiteiro é chamado por esse nome em razão de um equipamento conhecido por cambites que é acoplado nas cangalhas, estas, são fixadas nos lombos dos animais, geralmente o burro (mula) ou jumento. Os cambites tinham a funcionalidade de dividir o peso de forma equilibrada no lombo dos animais que em geral transportava as cana-de-açúcar cortadas, as madeiras e produtos” (Silva. R; Silva, Cunha Junior, 2025, p. 208).

nesse território, construíram os equipamentos arquitetônicos e organizaram as funções dos trabalhadores nos engenhos de cana-de-açúcar, constituindo sociedade que se relaciona com a matriz africana e que se ressignificou durante e o pós escravismo criminoso.

Um exemplo de resistência/existência afrodescendente no espaço geográfico caririense é a comunidade quilombola Souza localizado no município de Porteiras-Ceará e tem como liderança a mestra Maria de Tiê. Os estudos de Nunes (2021, p. 1079) tem apontado que a mestra “Maria Josefa da Conceição, mais conhecida como Maria de Tiê, [...] exerce liderança política importante na sua comunidade e carrega um saber ancestral expressado na fala, na dança, na expressão corporal, que se manifesta, em especial, através da dança de coco.” Nessa comunidade, assim como em outras, existe um processo de ressignificação cultural das técnicas e tecnologias, na organização comunitária, na transmissão dos valores comunitários e dos conhecimentos, na preservação de valores sociais e culturais e na formação urbanística, constituindo um pensamento pan-africanista.

Segundo Ticiano Linard da Silva e Teresinha Arlindo de Souza (apud, Santos 2023, p. 36) a comunidade quilombola de Souza no município de Porteiras-Ceará:

organiza-se na Chapada do Araripe entre 1695 e 1696, nesse período chegam à cidade negros, vindos de cidades vizinhas do Estado de Pernambuco, para trabalharem nos engenhos, colheita do cafezal e na criação bovina. Um agrupamento se instala na chapada do Araripe, formando a comunidade de Souza, cultivando seus hábitos e costumes ancestrais entre os que se destacam a religiosidade de matriz africana, através dos terreiros de Umbanda, a casa de farinha e a dança do coco.

Os quilombos são territórios marcados pelas sociabilidades, cultura e economia próprias e protagonizadas por africanos e afrodescendentes. Essas comunidades são espaços de encontro onde se reuni os mais velhos para ensinar aos jovens o sentido das filosofias de vida, a manifestação religiosa e a dança. A mestra Maria de Tiê, recebe em seu quilombo, durante o Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra¹¹, estudantes, professores e demais pessoas interessadas em conhecer a sua história e a do seu povo. A mestra gentilmente abre as portas da

¹¹ Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra é um evento que existe a 15 anos e ocorre em terras caririense e no corrente ano completa a sua 16ª edição. Tem como idealizadores a professora Cicera Nunes e o professor Henrique Cunha Junior e recentemente se tornou um programa extensionista permanente no departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA. Vários outros coletivos apoiam o desenvolvimento do evento e amplia as bases dos conhecimentos sobre a presença negra no Estado do Ceará, especialmente no Cariri cearese.

sua casa e nos ensina que juntos somos mais fortes para enfrentar as dificuldades cotidianas, as violências contra a cultura negra e suplantar o eurocentrismo. Ela mostra como é a organização comunitária, as técnicas e tecnologias que são empreendidas nas arquiteturas de taipa de mão, nas rodas de conversa e na dança do coco. O seu terreiro se torna uma escola ao ar livre e temos a oportunidade de experimentar momentos de conexão com a nossa ancestralidade, além de conhecer, conversar e praticar a escuta aos ensinamentos dos mais velhos, detentores de um conjunto de conhecimentos complexos nos mais diversos setores onde se inclui os trabalhos realizados nos engenhos de cana-de-açúcar.

Os mais velhos da comunidade Souza ao nos receber em seu terreiro, eles se sentem felizes, assim, somos acolhidos e privilegiados em escutar suas histórias. Nas sociedades africanas, os mais velhos são vistos como guardiões de um saber ancestral, reconhecidas como griots¹², transmissores de conhecimentos e sabedorias filosóficas. Nesse contexto de guardiões dos saberes, nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri, o mestre de rapadura, um dos protagonistas da história africana e afrodescendente no território caririense e guardião dos conhecimentos das técnicas e tecnologias do saber-fazer a rapadura, transmite aos seus aprendizes as técnicas e tecnologias necessária à produção da rapadura, aguardente e outros produtos.

Segundo Nunes e Cunha Junior (2011) “o cariri cearense, durante o Brasil Colônia, não foi produtor de açúcar, no entanto, a cultura canavieira foi, durante os séculos XVIII e XIX, a principal atividade econômica da região”. Essa economia alcançava outros Estados vizinhos, como o Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, concordamos com Silva M. e Silva (2021) que a economia do Cariri é marcada também pelas sociabilidades africanas nos espaços comerciais ao ar livre (feiras livres) cuja finalidade era a comercialização de diversos produtos onde se inclui o comércio da rapadura produzidos nos engenhos do Crato e de Barbalha. Nesse espaço reunia-se pessoas de variados territórios-localidades, inclusive pessoas dos supracitados Estados que vinham em busca da rapadura caririense.

O município do Crato foi um dos locais que mais teve concentração de engenhos no Cariri, um território com inúmeras fontes d’água da Chapada do Araripe, com uma terra fértil e propícia ao desenvolvimento da cana-de-açúcar, sendo possível ser cultivado variadas

¹² “Se as ciências ocultas e esotéricas são privilégio dos “mestres da faca” e dos chantres dos deuses, a música, a poesia lírica e os contos que animam as recreações populares, e normalmente também a história, são privilégios dos griots, espécie de trovadores ou menestréis que percorrem o país ou estão ligados a uma família (Hampaté Bâ, 2010 p. 193).” Guardiã dos segredos da Gênese cósmica e das ciências da vida, o tradicionalista, geralmente dotado de uma memória prodigiosa, normalmente também é o arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos (Hampaté Bâ, 2010, p. 175).

espécies de canas onde se inclui a cana caiana, cana roxa, cana preta, Bambu e Carangola, além do plantio, desenvolveu-se também uma criação do gado zebu¹³. Os estudos de Silva R., Silva e Cunha Junior (2023) destaca a importância dos engenhos cratense na economia do Estado do Ceará, em especial o antigo engenho do Sítio Fundão¹⁴ e o que existia no sítio Lagoa Encantada, como pode ser visto na figura 9, 10 e 11, ambos localizados em bairros de maioria afrodescendente e datados do final do século XVIII e o XIX.

Figura 9 – Engenho do Parque Estadual Sítio Fundão



Fonte: <https://institutoculturaldocariri.com.br>

¹³ Os estudos de Devisse e Vansina (2010 apud Silva; Cunha Junior, 2024, p. 9) reforçam que o comércio de gado no Quênia era expansivo para todo continente africano, especialmente em direção a Núbia e ao Egito. A raça do boi comercializado nessa rota era o Zebu e o Sanga, os quais resistiam grandes jornadas e se adaptavam a qualquer tipo de solo e ao calor seco. A raça de boi Zebu é uma genética específica do Quênia.

¹⁴ O Estado do Ceará amparado na Lei nº 29.307 de 5 de Junho de 2008 publica no Diário Oficial do Estado que “Fica criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral denominada Parque Estadual Sítio Fundão, localizada no Município do Crato, no Estado do Ceará, com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais e aos sítios históricos nele existentes, bem como para garantir sua utilização com objetivos educacionais, recreativos e científicos”

Figura 10 – Engenho do Parque Estadual Sítio Fundão



Fonte: <https://viajenachapada.wordpress.com/>

Figura 11 – Engenho do Sítio Lagoa Encantada



Fonte: <https://www.gazetadocariri.com/2018/>

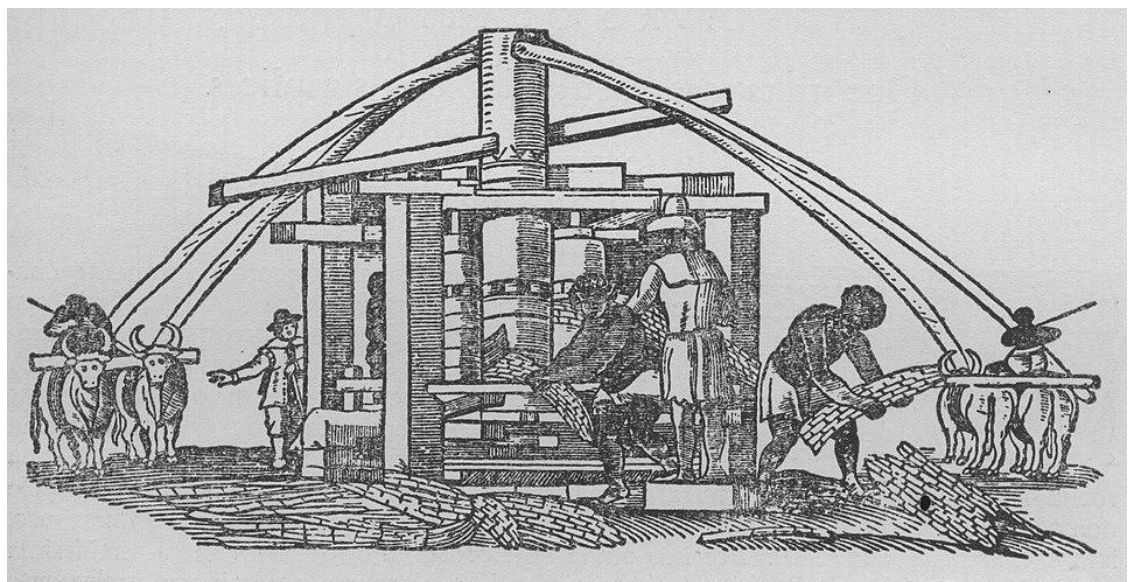
Segundo Gonçalves (2011) o engenho do Sítio Fundão teve suas atividades iniciadas no século XVIII cujo maquinário era todo de madeira e a para a sua força motriz era necessário utilizar algumas levas de bois. Com o advento da revolução industrial e a chegada de uma família de origem europeia na região do Cariri, os conhecidos Linards, trouxeram consigo, durante o século XIX alguns equipamentos fabricados de ferro, onde se inclui as engrenagens e as prensas de cana-de-açúcar de 2 e 3 rolos. Com a chegada desses maquinários, as fazendas locais os aderiram, substituindo os maquinários de madeira no intuito de aumentar a produção da rapadura e aguardente e “modernizar os engenhos”.

Um dos muitos detalhes que chama atenção no maquinário do engenho do sítio fundão é a sua engrenagem e as astes de madeira. A roda pequena perfeitamente encaixada na roda central, cuja função da roda central com a ajuda da força dos animais, uma vez que as

hastes estão acopladas nas cangas que fica no lombo desses animais é depositar uma força para que a roda menor seja girada. Os animais mais utilizados nos engenhos de madeira são os bois, no caso dos engenhos de rapadura do Cariri, inferimos que os bois os quais eram destinados a movimentar engrenagem dos engenhos sejam os de origem Zebu devido ao histórico dessa raça em terras caririense.

Na figura 12 é possível observar como seria essas transferências das forças motrizes e como os trabalhadores se organizavam.

Figura 12 – Engenho de Madeira do século XVII



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Guilherme_Piso_engenho_1648.jpg

O animal seguia as ordens do cambiteiro e do vaqueiro, dependendo da ocasião do trabalho e da demanda de mercadoria a ser produzido, o cambiteiro assumia essa atividade, além de ser o responsável em transportar as canas aparelhadas para as moendas. Segundo Figueiredo Filho (2010) reforça dizendo que o cambiteiro assumia diversos trabalhos onde se incluía atividades laborais nos interiores dos engenhos, isto é, na moagem, no preparo da rapadura e no encaixotamento dessas rapaduras.

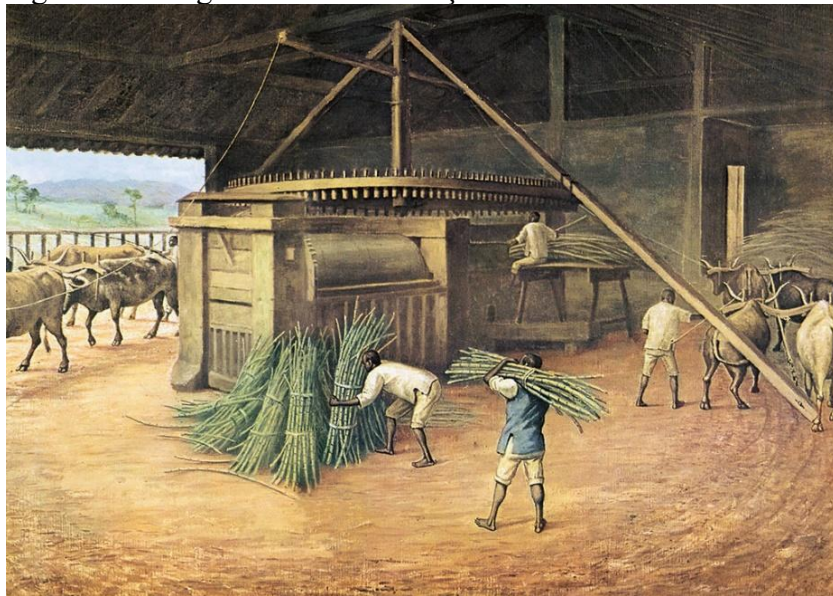
Os estudos de Silva R. Silva e Cunha Junior (2025) afirma que mesmo diante da mudança na forma como se trabalhava nos engenhos dos séculos XVI e XVII, observamos que atualmente o trabalho foi reprocessado, ou seja, o cambiteiro continua executando várias atividades, o mestre de rapadura é a pessoa responsável em averiguar o ponto correto da fervura do caldo e o preparo da rapadura e os outros profissionais executam suas atividades em sincronia com as orientações e regência do mestre de rapadura. O que modificou foram os equipamentos e algumas ferramentas de trabalho, sendo que o maquinário de moagem antes era

o de madeira e foi substituído pelo de ferro e sua motricidade se deve a um motor ligado na energia.

Ainda sobre a imagem 4 e 5 que trata do engenho do Sítio Fundão, chamamos atenção para o pino central de madeira que se encaixa em 2 grandes rolos, que antes era de madeira e foi substituído pelos rolos de ferro, cuja função é prensar as canas e extrair o caldo que era depositado diretamente nas cadeiras através de uma canalização. Considerando que este engenho é do século XVIII e os equipamentos de ferro só passa a chegar no Cariri no século XIX, inferimos que o engenho do Sítio Fundão tenha passado por uma adaptação, sendo que sua estrutura tenha permanecido de madeira e apenas as prensas tenham sido substituídas pelas de ferro.

O engenho do Sítio Fundão se aparenta com os grandes engenhos das cidades do sudeste brasileiro, cuja configuração é a mesma descrita acima, como pode ser observado na figura 13.

Figura 13 – Engenho de cana-de-açúcar



Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/>

A imagem 13 nos dá uma dimensão de como era executado o trabalho no interior dos engenhos, bem como a organização dos trabalhadores. Compreendemos essa sociabilidade do trabalho como uma tecnologia de convivência e de troca de conhecimento técnico e tecnológico. Cada grupo assume uma função diferente, sendo que alguns ficam responsáveis por aparelhar as canas (cambiteiros), um mestre regente do gado (cambiteiro ou vaqueiro) e a pessoa responsável em colocar as canas para moer. Esse passo a passo e a divisão dos

trabalhadores no momento das atividades laborais é apenas um dos muitos executados nos engenhos.

Além das funções demonstrada nas supracitadas figuras, existe tantas outras atividades executadas nos engenhos onde envolve o trabalho dos tacheiros¹⁵, cambiteiros, o mestre de açúcar ou rapadura, os responsáveis em transportar as gamelas¹⁶ para as tinas de resfriamento do caldo ou até mesmo aqueles que transportam as caldeiras para as grandes gameleiras de madeira.

George Gardner quando saiu a serviço da Europa em expedições pelas Américas, com objetivo de registrar a fauna e a flora, chega na cidade do Crato durante o final do século XIX e descreve como era a floresta da Chapada do Araripe, as inúmeras fontes d'água e como os trabalhadores locais executavam suas atividades nos engenhos de cana-de-açúcar, além de afirmar que o Crato possuía uma paisagem natural com vista para a Chapada do Araripe. Em suas descrições eles nos informa que além da beleza florestal, existia um grande plantio de cana-de-açúcar “ao passo que o norte, mais plano, era principalmente plantado de cana de açúcar, vendo-se a pequenos intervalos diversas casas, cada qual com um engenho e uma caldeira ao lado para converter em rapadura o suco da cana” (Gardner, 1942, p. 149)

Tive aqui frequentes ocasiões de vêr como se faz rapadura. A moagem e o cozimento do suco da cana se processam ao mesmo tempo. O engenho é de **construção tosca (o engenho é tecnologia africana e não há nada de toco ou rústico)**, compondo-se de uma armação com três moendas de pau, entre as quais a cana passa para se lhe exprem o suco que se lança num receptor em baixo, donde escorre para um cocho feito do tronco escavado de grande árvore. Passa-se a cana três vezes para que se extraia toda a garapa. Deste cocho parte do líquido é levado, de tempos em tempos, a peque nos tachos de metal, dos quais havia nove, juxtapostos em pequenas aberturas sobre uma fornalha arqueada. Nas diferentes fases do processo, à medida que se faz a evaporação, o suco é despejado de um tacho em outro, até adquirir a desejada consistência. Transfere-se então para uma cuba excavada em sólida madeira e que se chama gamela. Aí fica algum tempo para que se resfrie, sendo então lançado em fôrmas de madeira do tamanho do tijolo comum, embora, algumas se façam

¹⁵ Tacheiro é uma função extremamente importante dentro do engenho. Quando o caldo da cana está no ponto para ser despejado nas pequenas bacias, chamada de tacho, elas são transportadas para uma banquetta cheia de água para o resfriamento do caldo da cana para o preparo da rapadura mole – conhecida como batida que é outro processo importante para a consistência e qualidade do produto. Para o preparo da rapadura dura é preciso que o caldo da cana seja despejado em um recipiente de madeira conhecidas como gamelas, geralmente esse recipiente fica a altura da cintura do trabalhador tacheiro para que ele com uma colher de pau consiga mexer o caldo da cana até atingir uma consistência ideal para que esse caldo seja despejado em outro recipiente (gameleira) para que o segundo tacheiro continue o trabalho. O tacheiro portanto é aquele trabalhador que fica responsável em mexer o caldo da cana até atingir o ponto perfeito da consistência desse caldo, sendo possível em um outro processo o encaixamento das rapaduras, atividade que necessita de outro profissional, conhecido como encaixador.

¹⁶ Gamelas são recipientes de madeiras no formato quadrado que tem a funcionalidade de receber o caldo da cana para o preparo da rapadura ou outros derivados da cana-de-açúcar.

com a metade deste tamanho. Tiradas das formas, ficam a endurecer ainda por dias e estão prontas para o mercado. As grandes vendem-se em Crato por dois vintens, em Icó por oito e em Aracati por quatro. As principais, produções de Crato são a cana de açúcar, a mandioca, o arroz e o fumo (Gardner, 1942, p. 155). **(Grifo nosso).**

Ainda sobre o Crato, existe uma feira livre que acontecia/acontece as segundas-feiras na antiga rua do folgo, atual Senador Pompeu, no centro da cidade. Sendo que atualmente a referida feira livre se encontra ao final do canal do rio Granjeiro. Na referida rua em anos precedentes possuía um setor dedicado à venda da rapadura como pode ser observado na figura 14.

Figura 14 – Feira antiga do Crato



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/>

Dentre os inúmeros comerciantes, as mulheres negras tinham/têm um papel fundamental nas feiras livres do Cariri, porque são elas as grandes detentoras do conhecimento da tecnologia social das feiras, o qual foi transferido na diáspora forçada. Ao visitar as feiras ainda podemos sentir a efervescência do lugar, o cheiro, a paisagem e o sentimento de pertença. Cada banca de fruta, ervas medicinais, pote e filtro de barro, as bancas de rapadura e mel desperta uma memória do passado. Ao caminhar pela feira de Barbalha que acontece aos sábados e a feira do Crato que ainda acontece as segundas-feiras, observarmos que as mulheres negras ainda são maioria, portanto, as protagonistas desses espaços. Na feira antiga do Crato e de Barbalha, as mulheres negras vendiam comida, doce e verduras, os mestres cambiteiros também se fazia presente no local, vendendo mel, farinha e rapadura.

O cambiteiro tanto assumia a função de transportador das canas aparelhadas para a moagem nos engenhos, como também transportava produtos para as feiras livres e em outras

ocasiões transmitia mensagens de uma fazenda a outra da localidade cratense ou até mesmo a outros Estados, como é o caso das fazendas de Pernambuco que tinha interesse em comercializar com as fazendas do Crato.

Segundo Gardner (1942, p. 155-56) a feira do Crato era efervescente e agregava em seu comércio “as frutas comuns das regiões tropicais, a laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o papaia, a jaca, a fruta do pão e o cajú; não são raras as uvas sananases, melões e melancias”. Acrescentamos a essa comercialização frutífera, a mamona, amplamente utilizadas nos engenhos de cana-de-açúcar, cuja função era extrair as impurezas do caldo da cana e melhorar o sabor da rapadura (Feijó de Sá, 2003).

Ainda sobre a feira livre do Crato é possível notar na figura 15 a sociabilidade africana e afrodescendente. A feira livre cratense se assemelha com as feiras realizadas na Etiópia e com as de Moçambique na África como pode ser observado na figura 16. A forma de organizar os produtos em um pano diretamente no chão e outros organizados em cima de um balcão.

Figura 15 – Feira livre do Crato



Fonte: <https://blogdosanharol.blogspot.com/2017/04/052-o-crato-de-antigamente-por-antonio>.

Figura 16 – Feira Livre na Etiópia



Fonte: <https://www.instagram.com/quimfabregas/>

Entendemos que as relações sociais africanas e afrodescendentes nos engenhos remodelou o espaço geográfico caririense, além disso, instituíram um novo modo de vida e uma relação com os objetos geográficos. Santos (2014, p. 64) nos diz que “objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos”, isto é, um sistema de objetos e um sistema de ações sociais que dialeticamente são indissociáveis.

O eurocentrismo coloca na história que os donos dos engenhos do Cariri são os responsáveis pela constituição da economia caririense e do Estado do Ceará, entretanto, os trabalhadores africanos e afrodescendentes fora os responsáveis pela formação da base econômica do Ceará, especificamente da região caririense. Os estudos de Pinheiro (1950 apud

Farias Filho, 2007) aponta que em 1738 o capitão-mor Francisco Pinto da Cruz envia uma carta ao governador do Ceará afirmando que as terras caririense eram férteis, propicia a criação de animais onde se inclui a cria do gado. Um dos locais de aparição das primeiras crias de gado foi nos Riachos dos Porcos, local onde cultivava a cana-de-açúcar, expressando um futuro de riqueza econômica da região. Em momento algum se encontra atestado nessa carta quem era as pessoas responsáveis em executar as atividades laborais nos canaviais e na criação do gado, deixando a entender que os donos das terras era quem trabalhava nas lavouras e na criação do gado.

Mesmo que essa carta tenha sido enviada por um dono de fazenda, devemos fazer uma reinterpretação, observando que os responsáveis pela economia local foram os africanos e seus descendentes, pois não eram os escravizadores que trabalhavam nas lavouras e na lida com o gado. Os estudos de Silva (2023, p.56) nos diz que:

A história do Estado do Ceará segue o ideário brasileiro de limitar as realizações negras a fase do escravismo criminoso, referenciando africanos/as e afrodescendentes pela força de trabalho pura e simples, descontextualizado do pensamento social e da especialização técnica. Junta-se a esse fato a ideia de um escravismo brando, com pouca significância para transformação espacial local. Entretanto, a crítica à historicidade mostra uma tentativa elitista de negar a presença negra e como consequências os seus artefatos culturais.

Nunes (2014, p.122) fala sobre a forte presença dos africanos no Ceará, afirmando que “as marcas culturais apontam as africanidades como o Maracatu, o Boi-bumbá, cortejo e coroação de reis de Congo onde se originou os reisados, a capoeira; são elementos que expressam bem essa realidade”. É nesse contexto que se forma as Irmandades Negras do Rosário no Ceará e no Cariri, a exemplo da Irmandade Negra do Rosário dos Homens Pretos de Aracati-Ceará e a Irmandade Negra do Rosário dos Homens Pretos de Milagres-Ceará-Cariri. Essas organizações surgem como forma de retomada as bases civilizatórias africanas através do processo de ressignificação das manifestações religiosas e culturais. Diante do que foi exposto sobre a presença africana no Cariri e a organização dos engenhos de cana-de-açúcar, adentramos ao nosso espaço de estudo, a saber, a história dos engenhos de rapadura do município de Barbalha-Ce.

4.1.1 Barbalha: sociedades africanas e afrodescendentes, técnicas e tecnologias nos engenhos de rapadura

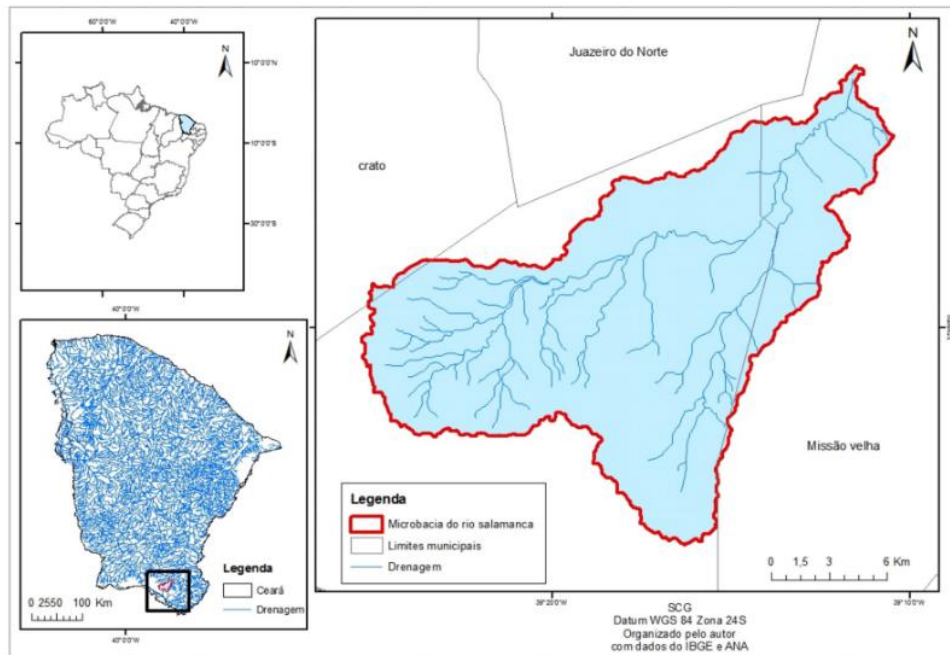
A história do município de Barbalha se relaciona diretamente com o município vizinho, o Crato. Antes dos escravizadores chegarem, as terras caririense era habitada pelos povos indígenas, existindo relações sociais, culturais e econômicas, não havendo divisão de terras ou cercamento. O que de fato existia em terras caririense era comunidades indígenas organizadas, as quais passaram a ser saqueadas e as terras roubadas após a chegada desses mesmos escravizadores. Pouco se sabe onde os invasores europeus iniciaram e finalizaram o cercamento de uma terra no Cariri.

Segundo os estudos de Gurgel (2012, p. 56) o município de Barbalha é cortado por um dos principais rios, a saber, Salamanca, local propício ao desenvolvimento do cultivo da cana devido a existência do massapê. O então município tornou-se “freguesia pela Lei provincial número 130 de 30 de agosto de 1838 (subordinado administrativamente à Vila do Crato)”. Antes disso foi erguida uma capela em 1790 em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro da cidade. Logo depois de se tornar freguesia, Barbalha passa a ser considerada vila em 1846, desmembrando-se da cidade do Crato e 1860 inicia a construção da igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos¹⁷.

No mapa da figura 17 podemos vislumbrar o rio Salamanca, cortando as margens da cidade, cercado em uma propriedade privada. Os estudos de Silva, et al., (2017, p.37) aponta que o município de Barbalha está localizado na maior parte da Bacia do rio Salamanca, exatamente na microbacia do referido rio. No mapa geomorfológico a seguir é perceptível que Crato é banhado pelas águas do rio, propiciando um clima ameno. As unidades estruturais desse rio são formadas por alguns elementos geomorfológicos importantes, a saber, planalto sedimentar e depressão periférica, algo que permite sua drenagem. “A microbacia hidrográfica em seu alto e médio curso percorre espaços geográficos predominantemente rurais, passando pela cidade de Barbalha em seu médio-baixo”. Sobre a formação dos solos é predominante os Latossolo, Argissolos e os Neossolos, propício ao desenvolvimento da agricultura.

¹⁷ Sobre a datação da construção da Igreja do Rosário dos Homens Pretos necessita maiores investigações, inferimos que essa construção tenha ocorrido antes.

Figura 17 – Geomorfologia do Rio Salamanca em Barbalha-CE



Fonte: <https://revista.ufr.br/rga/article/view/4128>

Na figura 18 percebemos seu curso e a importância para o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Os estudos de Feijó de Sá (2003) apontam que as margens desse rio eram cultivadas com canas-de-açúcar e diversas espécies de milho, onde se inclui a cana-de-açúcar, cana-de-mela e cana-de-preta, todas destinadas à moagem no engenho Tupinambá e aos engenhos dos arredores. Esse rio fica às margens da antiga estrada da rapadura que liga Barbalha a Missão Velha – CE, do Casarão Grande Hotel (local que atualmente funciona a secretaria de cultura do município) e a igreja Matriz de Santo Antônio.

Embora os supracitados equipamentos urbanos e outros que compõem a urbe barbalhense fiquem às margens do rio, cabe ressaltar que a topografia desses equipamentos em relação ao referido rio é elevada, isto é, as casas, casarões e igrejas ficam acima do rio Salamanca, em razão dessa posição topográfica é possível visualizar o engenho Tupinambá que fica ao sul onde funciona a secretaria de cultura barbalhense e ao norte fica o engenho Padre Cícero e o engenho Santo Antônio no Sítio Venha-Ver.

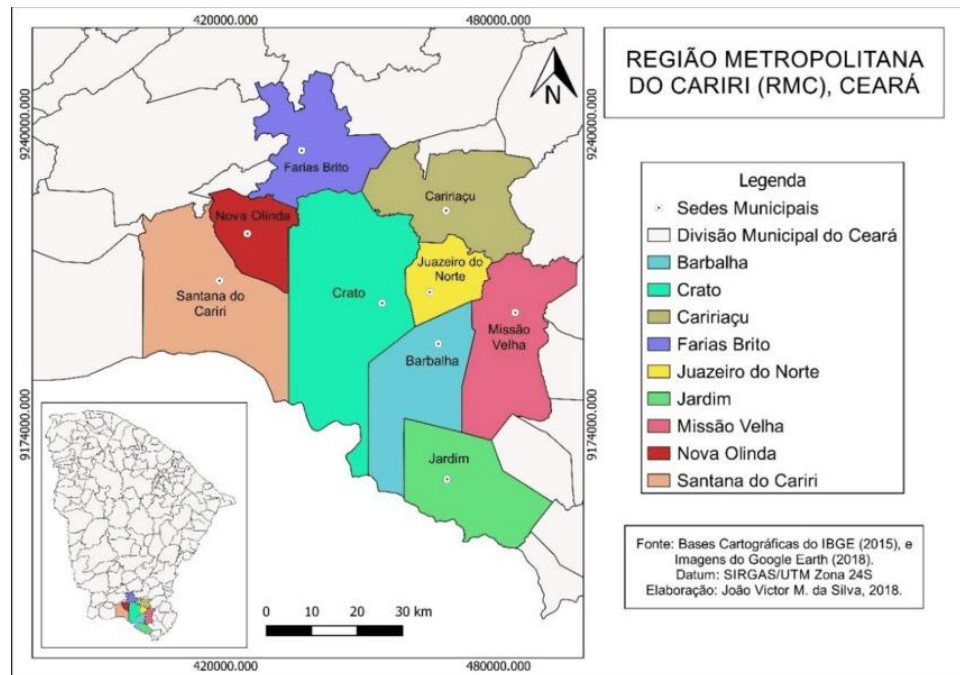
Figura 18 – Rio Salamanca em Barbalha-CE



Fonte: Arquivo Pessoal (2025).

O município de Barbalha se insere na meso região do Cariri cearense e forma a microrregião do cariri cearense, também conhecido como Região Metropolitana do Cariri-RMC. Esse município se encontra delimitado pelas cidades de Crato ao Leste, Juazeiro do Norte ao Norte, Missão Velha ao Oeste e Jardim ao Sul, como pode ser observado no mapa da figura 19. O município de Juazeiro do Norte, atualmente, possui uma concentração comercial, industrial e uma manifestação religiosa marcante durante as romarias em devoção a Padre Cicero, reunindo pessoas dos mais diversos Estados do Nordeste, especialmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A movimentação de pessoas em Juazeiro influencia o comércio da rapadura produzida nos engenhos de Barbalha, especialmente no engenho Padre Cicero, local de visitação dos romeiros, cuja intenção   comprar rapaduras e outros derivados da cana, fortalecendo a economia local.

Figura 19 – Região Metropolitana do Cariri- RMC/ Município de Barbalha



Fonte: <https://www.researchgate.net/figure/>

O trabalho dos africanos e seus descendentes responsável pela economia canavieira, a produção da rapadura nos engenhos e a criação do gado fomentou as transformações na urbe barbalhense, metamorfoseando o espaço geográfico com novas instalações dos equipamentos urbanísticos, como, os casarões, as casas, mercearias e a construção das igrejas. As pesquisas de Feijó de Sá (2003) apontam que em 1765 já existia em funcionamento 37 engenhos de madeira movido a água, força de animais e humana. Em 1858 Barbalha possuía 72 engenhos, dentre eles, estava o do Tupinambá, um dos maiores engenhos de rapadura da região caririense, salvaguardando particularidades semelhantes aos engenhos do litoral brasileiro, a saber, a casa de engenho acoplada ao casarão de moradia dos proprietários.

O espaço geográfico barbalhense possui uma riqueza de conhecimentos técnicos e tecnológicos de matriz africana que podem ser vislumbrados nos equipamentos urbanísticos. Os estudos de Silva (2023) têm evidenciado uma afroarquitetura nos municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte devido às inúmeras semelhanças que os desenhos arquitetônicos dessas cidades possuem com o conjunto arquitetônico de países africanos, a exemplo das técnicas de taipa de pilão e taipa de mão, telhados em duas quedas d'água e a produção dos tijolos de adobe, além de existir portas e portões de ferro que evidenciam os conhecimentos dos ferreiros.

Esses objetos geográficos formam as africanidades caririense e transmite para o espaço um significado filosófico da matriz bantu e ntu, estabelecendo uma relação de

pertencimento social dos afrodescendentes pelo lugar, resguardado pela materialidade e imaterialidade dos equipamentos urbanísticos e o respeito aos elementos da natureza que estão imbuídos na própria materialização urbanísticas, a exemplo da produção de tijolos crus, cozidos e na madeira dos telhados e no fechamento das casas, casarões e igrejas. Enquanto o pensamento eurocêntrico-modernista propaga ideias de que casarões e casas de taipas de mão ou a produção do tijolo de adobe é um conhecimento rústico e/ou sustentável (lógica de ecologia-sustentável), para os africanos as arquiteturas são modos de vida que se sustentam nas bases filosóficas supracitadas e que se ressignificou e reprocessa na lógica do pensamento pan-africanista durante e pós escravidão criminoso.

A arquitetura ou melhor a “Afroarquitetura” de Barbalha não se relaciona com a ideia de colonialidade europeia, ou seja, precisamos suplantarmos a ideia de que o urbanismo brasileiro se constitui a partir de uma suposta colonização europeia, falas como “prédios coloniais”, “casarões do tempo colonial” precisam ser substituídos por africanidades, até porque os europeus não foram os responsáveis em transferir conhecimentos necessários a constituição desses objetos geográficos. Se a essa ideia de colonialidade europeia persistir, dificilmente compreenderemos e reconheceremos as africanidades brasileira.

Dentre os inúmeros edifícios que permanecem existindo no centro histórico de Barbalha, chamamos a atenção para alguns que se localiza na rua da matriz como é o caso de um casarão em duas quedas d’águas datadas de 1840, como pode ser observado na figura 20. Nesse casarão acontecia o encontro dos escravizadores – donos das terras e dos engenhos de rapadura da região caririense e de outros Estados para discutir preços da rapadura e possíveis negociações desse produto entre os municípios vizinhos e outros Estados, a exemplo de Pernambuco e Paraíba.

Figura 20 – Casarão do centro de Barbalha



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Segundo Weimer (2008) os telhados em duas quedas d'águas é comum nas sociedades bantus da África oriental e da África Ocidental. Geralmente os telhados são cobertos com palhas e a estrutura feita de taipa de mão, com aberturas de portas e uma janela na parte da frente. Nas pesquisas de Silva (1996) nas sociedades núbias existe construções arquitetônicas com configurações de aberturas de portas laterais e inúmeras portas e janelas na parte da frente das casas. Segundo Silva (2023) as configurações dos casarões rurais e do centro das cidades do Cariri atende as mesmas configurações citadas pelos supracitados autores, viabilizando repensarmos a ideia de “edifícios coloniais modernistas” amplamente divulgado pelos arquitetos e pela historiografia eurocêntrica do Ceará, especialmente do Cariri.

O casarão Grande Hotel também datado do século XIX mostra as mesmas configurações do anterior no que se refere ao telhado, com uma diferença, a saber, ser maior e possuir dois andares superiores, sendo o primeiro com um sobrado na frente e na parte detrás, cuja visão se volta para o rio Salamanca e o engenho Tupinambá.

Figura 21 – Casarão Grande Hotel – Atual Secretária de Cultura de Barbalha



Fonte: Dossiê apresentado ao Conselho Consultivo do IPHAN (2015).

Uma equipe de pesquisadores vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, produziu em 2015 um documento intitulado “DOSSIÊ DE REGISTRO FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA” no intuito de reunir vestígios sociais-históricos-culturais que permitisse salvaguarda alguns equipamentos urbanísticos e manifestações culturais que conta a história da cidade a fim de mostrar a importância cidadina para a história nacional. Dentre esses equipamentos, se destaca

os casarões, a exemplo do casarão Grande Hotel, os grandes armazéns e as igrejas, além de alguns casarões rurais, como é o caso do casarão do engenho Tupinambá.

Ainda sobre a urbe barbalhense, o dossiê (2015, p. 22) atesta que em “1888, o número de casas em Barbalha chegava a 738, das quais 6 eram sobrados; em 1910, o número chegava a 1.000 casas e 16 sobrados”. Essas casas carregam inúmeras mensagens deixada por nossos ancestrais africanos e afrodescendentes pedreiros, carpinteiros e ferreiros. A cada casa, sobrado ou armazém encontra-se uma mensagem que nos diz que ali foi empreendido um conjunto de conhecimentos técnicos e tecnológicos que nos permite se reconectar com o passado e compreender o presente para que possamos produzir uma história pautada na ancestralidade africana. Isso é possível quando superamos o eurocentrismo, deixando de ser míopes no momento de ler as escritas do espaço geográfico.

Ao deixar de ser míopes perceberemos que na materialidade de cada equipamento existe um conhecimento específico de matriz africana, desde a produção de um tijolo, construção de ruas, equipamentos dos engenhos de rapadura até a manifestação religiosa e cultural dançante e de cânticos, como é o caso do reisado e a formação da Irmandade Negra do Rosário dos Homens Preto.

Durante um percurso urbanístico na cidade de Barbalha no corrente ano ao lado de 3 pesquisadores, a professora Cicera Nunes, a professora Meryelle Macedo da Silva e o professor Henrique Cunha Junior, nos deparamos com um tijolo jogado na calçada de um casarão que fica à esquerda do Casarão Grande Hotel, com cerca de 15 centímetro de comprimento, 7 de largura e 5 de espessura e ainda permanecia em sua feição marcas de dedo. Percebemos que aquele equipamento urbanístico estava passando por uma reforma, sendo possível levar conosco o tijolo a fim de estudá-lo melhor suas composições, sendo que à primeira vista ele possui colorações diferentes, sendo por fora um vermelho e na parte interna uma coloração escura, aparentando ser um tipo de solo argiloso escurecido e por fora um tipo de solo mais conhecido como laterítico ou latossolo vermelho.

Além do patrimônio histórico arquitetônico existe em Barbalha todos os anos a festa do Pau da Bandeira em devoção ao padroeiro da cidade, a saber, Santo Antônio. Essa festa é marcada por uma sociabilidade, pela relação com o sagrado e pelo simbolismo de um pau que é erguido na frente da matriz da cidade. As pessoas fazem uma ritualidade em torno do pau da Bandeira, desde corte da madeira em um sítio que fica distante cerca de 5 a 10 km do centro da cidade, são as mesmas que realizam o tratamento da madeira e em seguida o cortejo pelas ruas até chegar na frente da igreja Matriz Santo Antônio (Ver figura 22).

Figura 22 – Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio



Fonte: <https://www.ceara.gov.br/>

Em 2015 a festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Observamos que diante da forma como a festa acontece nas ruas, a conexão estabelecida com o sagrado e a natureza, as sociabilidades negras e a relação filosófica e tecnológica de vida, se processa da mesma forma na matriz filosófica africana do Ntu¹⁸ onde as pessoas se relaciona com a cultura, as tecnologias de vida, com a natureza e a espiritualidade (fé no simbólico) e no caso o simbólico na festa de Santo Antônio de Barbalha seria o Pau da Bandeira que recebe a força das energias sociais (população afrodescendente-Barbalhense) e transmite para o território – lugar uma relação de pertencimento ressignificado a partir da relação do pensamento pan-africanista que se reprocessa no tempo-espço.

Incorpora-se à essa festa a manifestação do Reisado de Couro e de Congo de Barbalha e as caminhadas dos vaqueiros. Essa complexidade social e cultural presente na festa do pau da bandeira de Santo Antônio que se concretiza no mês de junho, é reconhecido pelos historiadores como uma cultura popular ou cultura do povo. Cunha Junior (2010) afirma que os

¹⁸ NTU é a força do universo, que sempre ocorre ligada à sua manifestação em alguma coisa existente no campo material ou do simbólico ou do espiritual, nomeados nas formas de muntu, kintu, hantu e kuntu. O NTU, embora não exista por si próprio, transforma tudo que existe com elementos tendo uma mesma natureza em comum. Tudo tem o seu NTU. O NTU não expressa a força da natureza em si, mas a sua existência. Importante que Deus é a única categoria à parte que não tem necessidade de se expressar pelo NTU. O Deus é único é não é um NTU, mas os ancestrais e Inquices são parte de um dado NTU. O NTU é uma expressão de energia. Tudo é composto da combinação ou de transformações da energia em qualidades diversas. Cada categoria tem um NTU em determinada qualidade ou modalidades (Cunha Junior, 2010, p. 25-6).

intelectuais brasileiros contam a história afrodescendente no Brasil com uma visão míope, pautado em uma hegemonia cultural, isto é, a ideia de cultura popular deslegitima o processo de africanização brasileira e a existência de uma cultura própria das populações negras, na qual foi ressignificada durante e o pós escravismo criminoso.

Nesse sentido, a festa do pau da bandeira não pode ser entendida como uma cultura popular, mas, como cultura negra, marcadas pelas filosofias e sociabilidades de matriz africana. A forma como as pessoas se relaciona com a natureza para o corte da madeira que simbolizará um tipo concreto da relação com o sagrado da população e como se deposita uma energia sob essa simbologia, todo esse processo é africano. Uma vez que essa festa é entendida como cultura popular ou cultura do povo, invisibiliza a presença negra no Cariri e homogeneiza a cultura caririense, impossibilitando identificar as especificidades culturais da matriz indígena, africana e até mesmo europeia, mesmo que essas culturas possuam confluências, ser entendida como cultura popular é o mesmo que juntar todas as culturas em um mesmo lugar e afirmar que são todas iguais, dificultando entender o que cada pessoa ou grupo carrega de historicidade.

Além da festa do pau da bandeira, consideramos a feira livre como outro patrimônio histórico barbalhense, embora a feira não esteja no livro de patrimônios históricos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ela carrega uma importância na formação social, econômica e cultural de Barbalha. Essa feira acontece aos sábados de cada semana, diferente do Crato que como já foi dito, acontecia as segundas-feiras de cada semana.

Na figura 23 observa-se uma organização das pessoas e de seus produtos por setores.

Figura 23 – Feira livre de Barbalha-Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

No primeiro plano da imagem observa-se um animal carregando 2 balaies acoplados em um cambite, certamente guiado por um cambiteiro. Inferimos que esse cambiteiro, um homem afrodescendente, esteja transportando produtos para ser comercializado na feira, acreditamos que seja rapadura e outros produtos onde se inclui doces de gamela, farinha e mel. No segundo plano da imagem observa-se mulheres comercializando vestimentas, nesse mesmo plano tem um homem próximo a uma cangalha, comprando ou vendendo algo. Mais ao fundo da imagem, em um terceiro plano, observa-se um aglomerado de barracas, nos levando a imaginar a existência de uma variedade de produtos e frutíferas.

Devido ao processo de ampliação das ruas para atender o fluxo de veículos e a construção de novas casas e prédios, a feira foi afetada, sendo reduzida a apenas uma rua, antes ela ocupada 3 ruas. Ainda continua acontecendo aos sábados e divididas por setores, entre vestimentas, utensílios domésticos, frutífera e o setor alimentício com vendas de comidas e rapadura. Nas figuras 24,25, 26, 27 e 28 é possível observar essa dinâmica.

Figura 24 – Feira livre de Barbalha-Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

Figura 25 – Feira Livre de Barbalha-Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

Figura 26 – Feira Livre de Barbalha-Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

Figura 27 – Feira Livre de Barbalha-Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

Figura 28 – Feira Livre de Barbalha – Ceará



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/04/historico-da-feira-em-barbalha/>

Cada setor da feira carrega um conhecimento específico de relações comerciais e no processo de produção dos produtos e a forma como essas pessoas se relacionam com o ambiente – território – lugar. A atuação das mulheres é de extrema importância para a dinâmica e funcionamento das feiras. Os estudos de Silva M. Silva (2022) e Silva (2023) se debruça sobre as feiras livres do município do Crato constatando que as mulheres feirantes, principalmente as vendedoras de doces e as de verduras – frutíferos plantavam esses alimentos em terras arrendadas após o escravismo criminoso e em outras ocasiões nos quintais urbanos durante o êxodo rural do século XIX com a formação dos bairros negros¹⁹. São realidades que se estende pela formação social do município de Barbalha, considerando que esse município era anexado a Crato em anos precedentes.

A economia de Barbalha foi formada a partir da produção e comercialização da rapadura, principalmente com os Estado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Tanto a rapadura era enviada pelas estradas de Missão Velha, mais conhecida como “estrada da rapadura”, como também comerciantes transitavam por tal local que dá acesso ao Estado da Paraíba (Feijó de Sá, 2003). A estrada de Missão Velha liga os municípios de Cajazeira na Paraíba, local de grande concentração de engenhos de rapadura. Segundo Santos (1986) Cajazeira – PB em 1972 possuía 277 instalações para produção de rapadura e 20 instalações para destilaria. Em 1983 esse número teve uma redução expressiva, sendo que apenas 17 ainda

¹⁹ O conceito de bairros negros é parte de uma ruptura de paradigmas científicos, produzido pelos movimentos pan-africanistas e também faz parte das grandes mudanças conceituais e de paradigmas científicos estabelecidos no final do século passado na ciência do ocidente devido a teoria da complexidade sistêmica e da transdisciplinaridade. Essas mudanças de conceitos e paradigmas científicos são explicados ao longo do texto (Cunha Junior, 2023, p. 275)

continuava existindo, desse número apenas 3 estava em funcionamento. Essa redução se deve principalmente a modificação econômica local devido a chegada das usinas e a venda das canas em grandes escalas para essas indústrias açucareiras.

Além de existir uma estrada da rapadura que ligava Barbalha ao Estado da Paraíba, os estudos de Feijó de Sá (2003) e de Irineu Pinheiro (2010) nos informa que no final do século XIX e início do XX a linha férrea ocupou um lugar importante na mobilização social e no traslado de mercadorias onde se inclui a rapadura. Mais uma vez a economia com base na comercialização da rapadura foi preponderante nesse período, fortalecendo a rede comercial do Cariri e de outros Estados nordestinos.

As linhas férreas brasileira, em especial caririense, nas quais transitavam os trens de cargas e transporte de pessoas em tempos remotos, atualmente amplamente utilizadas pelos Veículo Leve sobre Trilhos (VLTS), foram construídas pelas populações negras durante e pós escravidão criminoso. Esse trabalho de construção de linhas férreas necessitava de um conhecimento especializado onde envolvia domínios sob a cartografia do terreno, solo e domínios com ferramentas e materiais apropriadas ao trabalho, como pregos, marretas, reguladores de trilhos, adormecedores dentre outros. Além disso, o processo de fabricação de algumas ferramentas não se concentrava apenas na indústria do aço, necessitando do conhecimento especializado das populações negras, especialmente dos ferreiros, pois, eram eles quem dominava as técnicas e tecnologias da fundição do aço onde incluía os minerais do manganês, silício, fósforo e enxofre e outros minerais se necessário à fabricação de qualquer objeto de aço ou ferro.

A linha férrea foi bastante importante para o município de Barbalha durante a primeira metade do século XX, pois fortaleceu a economia local. Essa linha férrea tanto ligava-se à linha férrea de Missão Velha²⁰, como também o do município de Juazeiro do Norte e do município de Crato. A linha férrea cratense iniciava exatamente em torno da praça Cristo Reis, um prédio que funcionava como estação ferroviária, mais conhecida como **Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA**. Os trens que saía do Crato com pessoas seguia em direção a Baturité no Ceará e para Fortaleza, capital cearense, enquanto os transportes de cargas realizavam uma rota por Juazeiro do Norte e Missão Velha. Ao visita as referidas cidades no corrente ano, percebemos resquícios da linha e a permanência dos prédios das RFFSAs. Alguns

²⁰ **Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA** de Missão Velha foi tombado através da PORTARIA N. 407, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico, devido ao seu valor histórico e por salvaguarda a memória coletiva e individual da população local (IPHAN, 2010).

desses prédios foram tombados como patrimônio históricos e aberto à visitação e outros funcionam como ponto de partida para os transportes coletivos – ônibus de grande porte e transporte de pequenos portes, como as “topiques” e carros que transporta pessoas para os interiores das cidades, especificamente para os sítios aos arredores, como é o caso dos sítios do Crato, a saber, Monte Alverne, Vila Padre Cicero, Sítio Coco, Sítio Belmonte e os de Barbalha, como o sítio Venha-Ver, sítio Estrela, sítio Cabo Verde entre outros.

No percorrer do século XX o município do Crato foi perdendo lugar de grande produtor de rapadura do Cariri cearense para a produção nos engenhos de rapadura de Barbalha. Dentre os maiores engenhos de Barbalha, destacamos mais uma vez o do Tupinambá que segundo Feijó de Sá (2003) funcionou até o final do século XX, sendo que a produção de rapadura foi encerrada e passou-se a vender a cana-de-açúcar para a usina Manoel Costa Filho. A usina comprava toda produção de cana da região a fim de produzir açúcar e etanol., sendo que as atividades nessa indústria açucareira foram encerradas no ano de 2005, restando apenas os resquícios da estrutura e os maquinários que ainda permanecem no mesmo local e a área de terras de cultivo, atualmente, foi transformada em um grande plantio de milho e cafezal.

No ano que a usina encerrava suas atividades, os proprietários do engenho Tupinambá não tiveram mais interesse em reativar a produção de rapadura, levando a transformar o espaço em museu particular-familiar e ao mesmo tempo funciona como *Buffet*. Cabe ressaltar que a história dos engenhos de rapadura e o motivo pelo qual levou a parar de funcionar não é tão linear como consta na historiografia eurocentrada. Cabe ressaltar que antes da chegada da usina Manuel Costa Filho a região caririense, existia durante o século XX uma grande manifestação dos trabalhadores negros nos engenhos em busca de melhorias salarial e nas condições de trabalho no ambiente dos engenhos, fato que culminou em uma luta trabalhista dos trabalhadores negros de Barbalha com apoio de outros trabalhadores dos engenhos dos municípios aos arredores.

As pesquisas de Feijó de Sá (2003) mostram que o Sindicato dos trabalhadores de Barbalha tinha um papel fundamental no processo de revisão das jornadas de horas de trabalho e no reajuste salarial dos fazedores de rapadura, plantadores das lavouras canavieira, os mestres do gado e outras funções exercidas pelos trabalhadores nas fazendas. Com o Sindicato e a revolta dos trabalhadores rurais, obrigou os proprietários de engenhos a pagarem salários e os que já eram assalariados pediram reajuste em seu dinheiro, além disso, foi preciso ajustar as horas trabalhadas, principalmente com o advento das fortes fiscalizações trabalhista na região caririense.

Esse fato culminou na proibição de trabalho infantil nas lavouras, levando a reverter

a lei estabelecida pelos latifundiários que versava a obrigatoriedade de extensas jornadas de trabalhos para crianças, filhos dos trabalhadores negros. A lei dos latifundiários funcionava da seguinte forma: todo filho nascido no seio familiar dos “cativos das fazendas” era destinado a função de cambiteiro como primeira função laboral nos engenhos, primeiro porque os proprietários já ofereciam casas e comida as famílias, por isso, na concepção desses latifundiários escravizadores racistas-elitistas, eles mereciam retribuição dos trabalhadores negros de modo que os filhos desses trabalhadores eram obrigados a trabalhar longas jornadas diárias nas lavouras canavieiras sem qualquer remuneração e ainda eram proibidos a estudar.

Os estudos de Feijó de Sá (2003) apontam que uma das discussões dos trabalhadores em reuniões fechadas no Sindicato era reverter a situação dos seus filhos de maneira que propiciasse outras oportunidades onde se inclui o estudo, isto é, o direito a frequentar a escola. Dentre outros debates, emergi a discussão sobre os equipamentos de segurança necessário a realização dos trabalhos tanto nas lavouras como nos interiores dos engenhos, principalmente quem trabalhava nos fornos, os “botadores de fogo” e os mestres de rapadura que trabalhavam nas caldeiras auxiliando no preparo do caldo para a produção da rapadura.

Foram inúmeros os debates dos trabalhadores do Sindicato durante a década de 1970, alcançando algumas conquistas, a saber, diminuição das jornadas de trabalho, equipamentos adequados a realização das atividades, melhoria salarial e o direito dos filhos dos trabalhadores ao acesso à escola (Feijó de Sá, 2003). Outras não tiveram êxito devido as ações dos latifundiários escravizadores. Esses latifundiários ao perceber que os trabalhadores estavam em busca de melhorias, criam regras contra a população que trabalhavam para eles, sendo uma dessas regras a de que qualquer trabalhador que participasse de forma efetiva do Sindicato, esse trabalhador e sua família seriam expulsas da propriedade, imposição que amedrontou os trabalhadores dos engenhos, alguns resistiram, e outros foram levados a fazer a escolha de continuar a trabalhar em condições subumanas para manter suas famílias com casa e comida.

Os Sindicatos foi mais uma das muitas organizações de enfrentamento das populações afrodescendentes aos crimes dos descendentes de europeus, proprietários de extensas terras e donos das casas de engenhos de rapadura. Durante o ano de 2024 foi ofertado dentro do ciclo formativo intitulado “a presença negra no Cariri cearense” coordenado pelo Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC uma palestra, cujo título era “Os conhecimentos técnicos e tecnológicos nos engenhos de cana-de-açúcar do Cariri cearense”, ministrada pelo pesquisador/professor Rafael Ferreira da Silva. Aquele momento aconteceu no Centro Cultural do Cariri no município do Crato Ceará. O objetivo central da palestra era

dialogar sobre a importância das populações africanas e afrodescendentes na constituição da economia brasileira, sobretudo caririense, com enfoque para o reconhecimento dos domínios técnicos e tecnológicos africanos amplamente presente nos engenhos de rapadura da região do Cariri, momento que reuniu professores, estudantes e outros grupos interessados no debate. No decorrer da palestra, foram abertos momentos de perguntas dos participantes ao palestrante, uma delas chamou atenção de todos, porque não se tratava apenas de uma pergunta, mas de um relato racista.

A pergunta iniciou da seguinte maneira: professor, por que quase 90% dos engenhos de rapadura do Cariri deixaram de funcionar? Prontamente o palestrante respondeu dizendo que os engenhos deixaram de funcionar primeiro porque escravismo criminoso tinha acabado oficialmente e em segundo lugar os proprietários de terras e dos engenhos não aceitaram as revoltas dos trabalhadores negros que buscavam melhores condições de trabalho. A participante, não contente com a resposta, levantou-se de sua cadeira e sob o domínio do microfone começou a romantizar a situação dos trabalhadores nos engenhos, relatando que sua família era dona de engenho no município de Barbalha e que os trabalhadores estavam mais preocupados em trabalhar do que propriamente conseguir alguma renda com o seu trabalho, sendo que muitos apenas queria rapadura e um prato de refeição. O trabalho dos fazedores de rapadura na fala daquela pessoa fora importante para que ela, seus irmãos e primos conseguissem estudar nas universidades de Recife, capital pernambucana, local onde a maioria dos filhos donos de engenhos eram enviados para estudar.

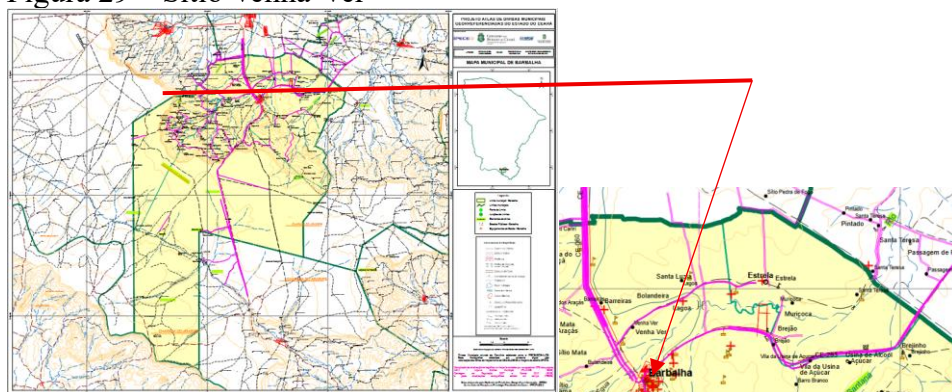
Esse relato torna-se relevante para que possamos entender e refletir criticamente que os trabalhos das populações negras ao fazer as rapaduras, aguardente e outros derivados da cana nos engenhos de rapadura do Cariri não só enriqueceram os proprietários de terras, mas também foi condicionante para que se formasse uma elite agrária racista que se beneficiou do trabalho escravizado das populações africanas e afrodescendente durante e pós escravismo criminoso. As gerações da elite do passado já programaram as gerações do futuro a continuar seus atos criminosos racistas e a como se beneficiar das terras e do trabalho mal pago aos trabalhadores.

A mentalidade social dessa elite atual, filhos dos antigos donos de terras, sendo elas atuais donas de extensas propriedades, não é a de se preocupar em reparar a história social dos africanos e seus descendentes, especialmente a história dos trabalhadores negros dos engenhos. A ideia da elite vigente racista caririense é continuar explorar o trabalho e os conhecimentos das populações negras, invisibilizando a cultura negra e as africanidades que constitui o território.

No intento de reconhecer as africanidades nos engenhos de rapadura, suplantando a ideia de que os trabalhadores apenas possuía a força braçal desprovida de uma racionalidade, o nosso estudo que ocorre no engenho Padre Cicero localizado no sítio Venha-Ver, aproximadamente 3,5 km do centro da cidade de Barbalha e próximo ao engenho Tupinambá, mostra que nesse engenho possui uma complexidade sistêmica do pensamento africano e nos permite vislumbrar outra história sobre as populações africanas e de seus descendentes, diferente da que comumente é contada pelos escravizadores ou apoiadores de escravistas.

Tanto a produção de rapadura no engenho Padre Cicero como a produção dos engenhos vizinhos, a exemplo dos engenhos Santo Antônio e outro localizado ao norte deste citado, especificamente no sítio Estrela, mantém parte do funcionamento do comércio da rapadura no município do Crato e Juazeiro do Norte. No mapa da figura 29 é possível visualizar a localização geográfica do Sítio Venha-Ver, onde também se encontra os engenhos Padre Cícero e Santo Antônio.

Figura 29 – Sítio Venha-Ver



Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/upload> (Adaptação nossa).

Ao frequentar os comércios do Crato e de Juazeiro do Norte, especialmente nas mercearias, bodegas²¹ e nas feiras livres, encontraremos as rapaduras embaladas em sacos plásticos, como também embalados na palha da bananeira, técnicas e tecnologia das populações negras nos engenhos de rapadura. No engenho Padre Cicero a embalagem da rapadura é mais comum na palha da bananeira e a outra forma é deixar ao ar livre para a comercialização. Nas feiras livres do Crato, tanto encontramos as rapaduras na palha da bananeira como sem embalagem alguma. Os tamanhos das rapaduras e a cor delas variam de acordo com a fôrma e

²¹ Bodegas é um termo muito comum e bastante utilizado pelas pessoas no Cariri, sobretudo designados aos pequenas casas de comércios que vendem produtos diversos, como rapaduras, mel, farinha, ervas medicinais, biscoitos, utensílios domésticos entre outros.

o tipo de cana moída. Na figura 30 podemos vislumbrar um trabalhador embalando a rapadura na palha da bananeira.

Figura 30 – Rapadura embalada na palha da bananeira



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Ao visitar o engenho Padre Cicero observamos a organização dos trabalhadores onde cada um assume funções específicas e ao mesmo tempo dominam todas as etapas da produção da rapadura. O mestre cambiteiro se responsabiliza em cortar e transportar a cana para o galpão das moagens, o trabalhador responsável em colocar a cana, seleciona as melhores e aparelha para colocar no motor de prensa, movido a eletricidade, com três moendas. O caldo extraído da cana escorre por uma calha, sendo depositado em um recipiente que logo é sugado por um cano que está direcionado à casa do engenho, local de fervura, resfriamento do caldo e preparo da rapadura, sendo ela tanto a batida²² (uma espécie de rapadura mole) e a rapadura dura.

O processo de produção da rapadura é envolvido por uma sincronia e tempo correto a cada etapa, desde corte da cana até a finalização da rapadura. Esse tempo é gerenciado pelo mestre de rapadura, homem negro e detentor de um conhecimento transferido do continente

²² Esse tipo de rapadura possui esse nome devido ao processo na qual ela é fabricada. Um trabalhador senta-se ao chão ou em um banco pequeno e coloca a vasilha (tachos pequenos) entre as pernas e com uma colher de pau começa a bater o mel da rapadura até que ganhe uma consistência necessária para ser despejada nas formas de rapadura, cujos tamanhos variam.

africano durante o período afrodiaspórico. Os trabalhos no engenho Padre Cicero iniciam por volta de 04:00h da manhã, quando o dia ainda está sendo clareado pelo sol. O café, a biscoito e frutas fazem parte das primeiras refeições dos trabalhadores. Os botadores do fogo iniciam a colocar a madeira para a queima, aquecendo os tachos como pode ser observado na figura 31. Após o fogo aceso, trabalhadores se organizam em seus postos de trabalho e assim as primeiras canas são moídas e o caldo começa a ser despejado nas caldeiras aquecidas, uma fervura necessária para a retirada das impurezas e a consistência correta para o preparo da rapadura.

Figura 31 – Mestre botador de fogo – Engenho Padre Cicero



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

O mestre de rapadura logo pela manhã começa a verificar se todos os equipamentos estão coerentes, verifica também a qualidade da cana e observa se o fogo está aceso correntemente. Porventura o fogo estiver baixo, isto é, desregular, significará que o cozimento do caldo da cana será lento, afetando negativamente a produção e a qualidade da rapadura. O mestre do fogo nos engenhos exercer uma tarefa fundamental no processo de produção, a madeira para queima é selecionada de forma que não cause tanto fumaça e forneça fogo constante. O controle do fogo é feito pelo mestre do fogo, sendo que a madeira escolhida para queima é selecionada por ele. Essa madeira é colocada próximo a fornalha, facilitando que esse mestre desloque os troncos até a boca da fornalha e com um gancho acoplado em um cabo de madeira ele possa empurrar a madeira em queima o mais próximo possível do fundo das caldeiras a fim de manter a temperatura correta para a fervura do caldo. Uma técnica que exige conhecimento de madeira, equipamentos corretos de trabalho e um forte diálogo com o mestre de rapadura, responsável, como já dissemos, em averiguar se o caldo está fervendo corretamente.

A madeira é uma das principais matérias primas para a produção da rapadura nos engenhos. Com uma forte degradação das florestas do Araripe, a retirada da madeira tem sido impedida com as restrições das leis ambientais, especialmente do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) que visa criar Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 que busca criar Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Os fiscais ambientalistas, amparados nessas leis tem monitorado a retirada da madeira, especialmente das áreas de proteção ambiental, gerando de certa maneira uma escassez dessa matéria para a utilização na queima dos engenhos de rapadura.

As fiscalizações nas áreas de proteção ambiental da chapada do Araripe contra o desmatamento têm gerado insatisfação dos trabalhadores ao passo que se perguntam o porquê que existem inúmeros loteamentos em processo de expansão no Cariri, desmatando as florestas e afetando o habitat da vida silvestre e ninguém relacionado a esses crimes ambientais está sendo responsabilizado, mas, quando se trata dos trabalhadores negros retirar madeira para a queima nos engenhos a mesma fiscalização costuma aplicar multa? Favorecem alguns e outros não? A lei só atende aqueles que tem maior poder político e econômico? Esses são alguns dos questionamentos dos trabalhadores dos engenhos.

Os trabalhadores mesmo sabendo que estão inseridos em um ambiente cujas terras e os equipamentos – (moendas) não os pertencem, eles sentem que tudo que faz referência ao engenho conta uma parte de suas histórias sociais, materializada sobretudo na produção do trabalho, pois, são eles que detêm/produz conhecimento técnico e tecnológico nesses ambientes de trabalho, além de serem responsáveis em manter o sistema econômico da rapadura

funcionando na região do Cariri.

Temos observado que os engenhos de rapadura do Cariri, especificamente o engenho Padre Cicero, agrega um contingente de profissionais que em nossa concepção, dificilmente, em um ambiente de trabalho, se encontra tantas pessoas com ofícios diversos, tornando esse espaço ainda mais importante para a história caririense e para o fortalecimento da economia local. Nos engenhos encontraremos os mestres cambiteiro, ferreiros, eletricitas, carpinteiros, mestres de rapadura, mestres do fogo, mestres das moendas, mestres dos alambiques de madeira e de ferro, cozinheiras, lavadeiras, comerciantes, tratoristas, encaxiadores, mestres gameleiros, tacheiros, embaladores de rapadura com palha de bananeira entre outros ofícios.

Ainda sobre os questionamentos dos trabalhadores dos engenhos sobre as leis ambientais, entendemos esse processo como resultado da construção de uma consciência crítica à medida que percebem que existe um favorecimento à elite local, isso não significa que os donos dos engenhos não façam parte dessa elite, pelo contrário, eles já não têm tanto interesse em expandir a produção da rapadura, se por acaso a produção finalizar por motivos da inexistência da madeira, eles ainda permanecem donos das terras, podendo cultivar outros alimentos e expandir a cria de gado. A questão elencada aqui é o direito de quem pode ou não desmatar áreas florestais, fato que os trabalhadores têm observado.

Uma vez que a madeira antes amplamente utilizada para manter o fogo, quando proibida o uso dela na dinâmica do engenho, logo, esses trabalhadores terão que procurar outros meios de fazer o fogo. É justamente nesse contexto que o uso da borracha passa a ocupar o lugar da madeira para acender e manter o fogo funcionando. O problema é que as borrachas queimadas que se mistura com os poucos trocos de madeira e o bagaço da cana ocasiona uma nuvem de fumaça que a longo prazo pode vir a gerar problemas de saúde quando inalado, prejudicando as correntes cardiorespiratórias dos próprios trabalhadores e da vizinhança aos arredores da propriedade.

Em conversa com o Mestre de rapadura Zé Carlos sobre as proibições da retirada da madeira e a utilização da borracha para queima, ele nos diz que:

Olha o negócio é o seguinte, ninguém pode trabalhar com aquilo ali não (**a borracha**), porque faz mal à saúde, prejudica nós. A gente usa só pra acender o fogo, amanhã mesmo vamos usar só o bagaço da cana. Aí quando queimamos o bagaço não precisa de borracha não. Antigamente ali, eu lembro que nós ia na serra e tinha muita lenha, vinha era de carregada de lenha (**para o engenho**), eu trazia angico aqui pra casa, os rolos aqui em casa pra usar no fogão e fazer a comida, eu rachava no meio e tinha um monte ali em casa e a minha mulher usava, ela era sadia naquele tempo (Mestre Zé Carlos) (Grifo nosso).

Percebe-se nesse contexto que as leis ambientais pouco se importam com o desmatamento para a construção de casas e condomínios fechados, um tipo de urbanismo exclusivo para as elites, incluindo os próprios donos das terras onde se encontra os engenhos, enquanto os trabalhadores dos engenhos que buscam se manter ativos na produção de rapadura passa a ser criminalizado. Se já não podem mais retirar a madeira diretamente da floresta devido a proibição das leis ambientais, a queima da borracha ocasiona uma nuvem de fumaça, ou seja, um poluente tóxico. Daí surge um questionamento, por que não orientar quais tipos de madeiras podem ser retiradas da floresta ao invés de queimar a borracha e criar poluentes no ar?

Existem dois extremos nessa situação que devem ser analisados como consequências de uma política racista de Estado que busca apagar as histórias das populações negras no Brasil, especialmente no Cariri; o primeiro deles é a de que se os trabalhadores afrodescendentes dos engenhos são acusados de serem os grandes responsáveis em desmatar a floresta, logo, os engenhos devem parar de funcionar. O outro extremo é se existe uma fumaça que polui o ar, os trabalhadores dos engenhos podem ser acusados e/ou criminalizados em destruir a vida silvestre e afetar a saúde da população aos arredores dos engenhos. São duas situações que envolve diretamente os trabalhadores e os coloca em uma situação de apreensão diária.

Com essas restrições e a diminuição do comércio da rapadura no Cariri, o trabalho de produção de rapadura no engenho Padre Cicero que antes possuía uma jornada de trabalho semanal, ou seja, executado durante a semana inteira, tendo apenas um ou dois dias de descanso para os trabalhadores, atualmente funciona apenas duas ou no máximo três dias na semana, sem ter dias fixo, podem variar entre segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras. A produção maior é nos meses de maio (festa do pau da bandeira de Barbalha), junho (mês de São João) e setembro (mês das romarias). Essas três datas são importantes para o fortalecimento econômico citadino, principalmente na venda de produtos derivado da cana-de-açúcar. É comum nesse período encontrar caravanas de romeiros no engenho, comprando sacas de rapaduras, doces e aguardente.

Quando os romeiros vão chegando ao local e comprando as sacas de rapaduras, eles acabam por fortalecer a economia de uma feira livre dentro do engenho, na qual é organizada por mulheres negras, como pode ser visto na figura 32. Existe nessa feira bancas de frutas, ervas medicinais, goma, amendoim, plantas para jardins, doces e água mineral. No corrente ano estivemos presente no momento que acontece a feira, fomos recebidos por uma das pessoas que tanto cozinha para os trabalhadores do engenho, como também organiza e assume a função de

guia para os interessados em conhecer a estrutura do engenho Padre Cicero.

Figura 32 – Feira livre no Engenho Padre Cicero



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Durante uma atividade itinerante do Grupo de Valorização Negra – GRUNEC pelo município de Barbalha no ano de 2024, o grupo composto por estudantes e pesquisadores visitaram o supracitado engenho, fomos recebidos pela referida cozinheira, conhecida como “Dona Vila”, reforço, mulher negra e consciente da sua importância para a dinâmica e funcionamento do engenho. Quando o referido grupo chega ao engenho, as cozinheiras, mestres de rapadura, os mestres cambiteiros, encaxeadores e outros receberam o GRUNEC com alegria, aquele momento aparentava ser uma festa, logo em seguida foi montado uma mesa debaixo de uma árvore, ofereceram água e a comida começou a chegar à mesa, era o momento de almoço.

Quando olhamos em volta, surge uma reflexão, vocês percebem que esse momento se assemelha com o que acontece em um quilombo. Estávamos tão bem acolhidos pelas pessoas, feliz por estar entre os nossos, pessoas que salvaguarda nossa história social e que carregam consigo o poder da ancestralidade, energias vitais que nos conecta àquilo que realmente é importante, a saber, história, memória e sociabilidades negras.

Existe dois grandes equipamentos arquitetônicos no engenho Padre Cicero que chamaremos de casas de engenho, local onde se fabrica a rapadura e outros derivados da cana-de-açúcar, além de abrigar os materiais de trabalho onde se inclui o motor de moagem da cana. O primeiro equipamento arquitetônico é construído com telhado em duas quedas d’águas, várias aberturas para entrada de ar, um salão para as gameleiras, quarto das rapaduras e sala da fôrnalha com saída de fumaça em um grande túnel vertical construído de tijolos, semelhante as saídas

de fumaça de cozimento de tijolos. Na lateral desse equipamento arquitetônico, ao ar livre, debaixo de uma pequena cobertura fica o motor de ferro, responsável em moer as canas, ligado em um pequeno motor elétrico. A máquina do engenho é da marca Rousselots e foi fabricado em 1907. (ver figura 33).

A configuração desse motor chama atenção devido as suas engrenagens e rodas de diferentes tamanhos, posicionadas na horizontal, responsáveis pela movimentação dos três grandes rolos. A tração do engenho acontece por meio de duas grandes rodas, a primeira acoplada ao motor com uma correia de borracha e o pino dessa roda se acopla através de outra correia de borracha à roda maior e essa roda maior em seu pino existe uma catraca pequena que se acopla a engrenagem maior forçando a movimentação dos rolos para que possam prensar as canas colocadas pelos botadores de canas, o suco extraído escorre por uma espécie de bica, caindo em recipiente e transportado por um cano até a segunda casa de engenho onde é depositado nos grandes tachos para que ocorra o processo de fervura (ver figura 33, 34 e 35).

Figura 33 – Engenho de ferro (engenho Padre Cicero)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Figura 34 – Rodas do engenho de ferro (engenho Padre Cicero)



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Figura 35 – Data de fabricação do motor do engenho (engenho Padre Cicero)



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Na segunda casa de engenho, cuja arquitetura é formada com telhado em duas quedas d'águas (ver figura 36), três colunas centrais, dez aberturas laterais entre 50 centímetro

e 1 metro de largura para circulação de vento, um quarto para as rapaduras (quarto das rapaduras), duas grandes prateleiras de ferro para guardar as fôrmas das rapaduras, um balcão para a forma das rapaduras, dois grandes tanques para resfriamento dos tachos, outro tanque para lavagem das formas de rapadura, as formas são confeccionadas de madeira com tamanhos simetricamente calculados entre o local de colocar a rapadura e outro, quatro gameleiras, colheres de madeira, duas grandes caldeiras, um tacho grande, um fogão a lenha, um recipiente para despejo das impurezas do caldo da cana cozido, colheres com grandes hastes para mexer o caldo da cana entre outros equipamentos necessário ao processo da rapadura.

Na figura 37 e 38 podemos observar o mestre de rapadura Zé Marcos (José Marcos) preparando o caldo da cana, sendo que ao fundo da imagem é perceptível uma espécie de mangueira saindo o caldo da cana, sendo que esse caldo é transportado da primeira casa de engenho onde se encontra o motor da moagem. O caldo está sendo despejado na primeira caldeira para que se faça a fervura inicial e a retirada das impurezas para então seguir para uma segunda caldeira, também retirando as impurezas para então ser despejado em um tacho maior, local onde o mel ganha consistência.

Figura 36 – Casa do Engenho Padre Cicero



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Ao longo do processo de produção da rapadura o mestre verifica como o mel está sendo cozido, levantando o mel a uma altura de um metro e meio para visualizar a qualidade e consistência, em caso as impurezas não ter saído o suficiente no primeiro cozimento, é

importante ir revezando o caldo entre um tacho e outro como pode ser visto na figura 37. Somente o mestre têm o conhecimento específico para essa função. Ao perceber que o caldo não atingi o ponto ideal, ele orienta o que o trabalhador do primeiro tacho deve fazer, a saber, mexer e adicionar sacas de açúcar para que o processo de produção não atrase.

Figura 37 – Mestre de Rapadura – Mestre Zé Carlos



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

O mestre Zé Carlos nos diz que:

A gente adiciona açúcar porque as vezes a cana não é da boa, ela já ta lá faz muito tempo e não presta pra cozinhar. Ai precisa adicionar açúcar para ficar com boa qualidade, se não fizer isso a rapadura não presta não. Junta muita escuma e vamos adicionando produtos para retirar, a gente usa o óleo de mamona, se não usar não presta, só não usa mais cal porque prejudica a saúde e a rapadura fica ruim. Eu fiz ontem e a escuma a gente faz o melaço, usada como comida pro gado (Mestre Zé Carlos, 2025).

No processo de produção de rapadura existe uma terceira etapa, necessária a produção da batida (espécie de rapadura mole). O mestre Zé Marcos coloca os caldos em pequenos tachos para que seja transportado para as tinas de resfriamento. O trabalhador organiza os tachos, também conhecida como varsilhas de mel de rapadura, em sequências para que se tenha uma noção da produção (Ver figura 38). À medida que esses tachos vão ficando cheios de mel, imediatamente são levados para as referidas tinas, nas quais já devem estar cheias d'água.

Figura 38– Trabalhadores no engenho Padre Cícero – Tachos de rapadura



Fonte: Acervo Pessoal do autor (2025).

Depois do caldo atingir o processo de resfriamento ideal os tachos são novamente transportados para perto dos batedores de rapadura. Por esse motivo que a batida – espécie de rapadura mole, ganha esse nome. Os trabalhadores responsáveis por esse processo sentam-se em um banco ou no chão, apoia entre as pernas o tacho e aos poucos vão misturado ao mel a farinha para que ganhe consistência para então ser despejado nas fôrmas onde o encaxeador com uma pequena espatalo consiga preencher os espaços que divide um bloco de rapadura e outro. Observe esse processo na figura 39.

Figura 39 – Produção de Batida – Rapadura mole



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Após o processo de desencaixote das batidas, algo que leva em torno de 2 minutos, as rapaduras são colocadas em uma mesa para então ser organizada e a posteriori sejam embaladas na palha da bananeira. Algumas rapaduras ganham formatos diferente das quadradas, sendo elas em formato de cubos pequenos ou amontoadas, isto é, o encaxiador ao entrar em contato com o mel sendo despejado nas fôrmas, ele pega um tablete de rapadura e sobrepõe contra outro. Quando o processo de encaxiamento começa acontecer o mestre Zé Marcos vai até a bancada e confere a qualidade da rapadura, como pode ser observado na figura 40.

Figura 40 – Mestre Zé Carlos – Mestre de Rapadura



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

O mestre Zé Carlos confere a qualidade, comenta que não está ficando da forma que ele deseja e logo em seguida argumenta que a qualidade da batida poderia melhorar caso as canas-de-açúcar não fossem envelhecidas, o que significa dizer, que as canas foram reaproveitadas para aquela produção em específico, ou seja, a produção do dia 25 de abril de 2025, data que fizemos os registros fotográfico da dinâmica do trabalho no processo do fazer a batida.

Ao visitar o engenho no dia 25 de abril do corrente ano, o mestre Zé Carlos me

ensinou cada processo e explicou a importância de utilizar a mamona para retirada das impurezas do caldo da cana no processo de cozimento. Ele relata que o pai dele, um senhor de 96 anos, infelizmente falecido no ano em que essa pesquisa estava sendo realizado, utilizava óleo de coco, entretanto, na percepção do mestre Zé Carlos, o óleo de coco não era eficiente como a mamona, além disso o óleo de coco deixava o ambiente com mal cheiro, enquanto a mamona amenizava o cheiro e agia com rapidez na limpeza do caldo da cana.

Em conversa com o mestre Zé Carlos ele nos diz que:

Meu pai foi quem me ensinou a trabalhar nos engenhos, lá nos engenhos da Paraíba, aí depois nós venho morar aqui no sítio Bolandeiro. Lá nos engenhos da Paraíba a comida era boa, mas a comida que dava a gente no engenho União (**Engenho em Barbalha, próximo ao engenho Padre Cicero**) não era boa, eles ofereciam pé de galinha, eu não queria e nem meus trabalhadores. Pelo menos deviam oferecer comida boa. Aquele homem era uma pessoa ignorante, não sabia conversar com os trabalhadores, eu disse que ia sair dali e levar meu sobrinho (Mestre Zé Carlos, 2025) Grifo nosso.

A comida é uma das muitas reivindicações dos trabalhadores negros nos engenhos, os donos devem oferecer no mínimo três refeições diárias, sendo que a refeição do almoço precisa ser reforçada porque os trabalhadores iniciam as jornadas de trabalho por volta das 04:00h da manhã e só param por volta do meio-dia, tendo um gasto de energia corporal elevado. No engenho Padre Cicero, cada trabalhador busca senta-se embaixo de uma árvore para fazer sua refeição.

Entre a primeira e a segunda refeição do dia, existe uma pausa alternada entre eles para fazer uma merenda. É alternada porque as caldeiras e o fogo não devem jamais parar, porque o caldo pode ferver mais do que o ideal e assim perder toda a produção. Os primeiros a realizar as refeições são os cambiteiros, encaixeador e os gameleiros, logo em seguida são os mestres do fogo e o mestre de rapadura.

Quando realizamos uma imersão dentro do engenho Padre Cícero durante mais de 8 meses, percebemos que aquele espaço era uma escola ao ar livre, sendo possível ensinar e aprender sobre história, geografia, sociologia, matemática, física, biologia, engenharia e entre outras áreas da produção do conhecimento. Nos engenhos tanto podemos reconhecer as africanidades e afrodescendências e nos conectando ao passado ancestral, como também podemos sistematizar uma educação pautada nos valores sociais de matriz africana, ou seja, os engenhos é um espaço-educação do estudo das africanidades e afrodescendências e da história de África.

A educação dita não formal sempre foi negligenciada pelo Estado, sendo que a

educação só é aceita quando os escravizadores jesuítas chegam ao Brasil e implementam o processo violento das catequeses e impõe nas primeiras instituições escolares o método *Ratio Studiorum*. Após mais de 200 anos de atuação eles são expulsos pelo Marquês de Pombal para dá lugar as reformas pombalinas. Os escravizadores não satisfeitos com o modelo de educação jesuíticas e com as cartas régias pombalinas, no segundo império e na república brasileira buscam refazer todo o modelo de educação, impedindo que as populações negras acessem escolas formais. Observamos que esse processo de transição, os documentos orientadores do período escravista é reflexo do modelo de educação formal que temos atualmente.

Para romper com essas dicotomias implementadas na educação pelos escravistas europeus, propomos a educação nos engenhos, espaço propício ao reconhecimento das africanidades caririense – brasileira, local onde salvaguarda um patrimônio histórico cultural das populações negras. Nos engenhos existe conhecimentos que alcança dimensões complexas-sistêmicas as quais professores e pesquisadores engendrados na educação eurocêntrica dificilmente entenderá. Devemos suplantar essa ideia limitada e o primeiro passo é aceitar que espaços fora dos muros institucionais são locais da produção do conhecimento e do ensino-aprendizagem. No capítulo seguinte faremos um debate em que é possível sim educação nos engenhos e em outros espaços não institucionais.

5 ENSINANDO E APREDENDO GEOGRAFIA NO ENGENHO PADRE CÍCERO EM BARBALHA-CE: RECONHECIMENTO DAS AFRODESCENDÊNCIAS E AFRICANIDADES

Por muito tempo a Geografia ocupou um lugar de ciência que se pautava especificamente na descrição das paisagens e nas determinações sociais, sendo assim utilizada pela Europa durante séculos para propagar desinformação das histórias das sociedades africanas, centralizar os europeus como os grandes intelectuais e os responsáveis pela produção material e imaterial (urbanismo, religião, filosofia dentre outros), divulgar falaciosas histórias de que eles foram os primeiros navegadores e os grandes responsáveis em construir os primeiros mapeamentos dos mares e mediterrâneos de forma a favorecer a Europa como centro irradiador da formação social e econômica do mundo, desconsiderando os conhecimentos de outras sociedades.

Só então no final do século XX que essa ciência passa por uma renovação, com novos paradigmas contemplado pela criticidade das coisas existentes no espaço geográfico onde se inclui a interpretação de como as sociedades elaboraram o espaço. Essa proposta de renovação tivera como idealizadores intelectuais comprometidos em mostrar que a Geografia estava além da descrição e do determinismo social no espaço geográfico. Dentre os intelectuais, temos o Milton Santos (Santos, 2012, p.17-18) o qual propõe em seu livro intitulado “Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica” que “a verdade, porém, é que tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, descobre-se.” Portanto, de acordo com a reflexão do referido autor, consideramos que a Europa foi uma invenção e a sua história pautou-se em destituir a história dos africanos em razão da prática do escravismo e da expropriação dos conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Essa pesquisa sobre os engenhos de rapadura caririense, especificamente o engenho Padre Cícero, se insere nessa concepção de Geografia Crítica. Aqui buscou-se reinterpretar o espaço em sua complexidade sistêmica, identificando especificidades técnicas e tecnológicas pertencentes à matriz africana, tais como a agricultura e a pecuária, setores de formação econômica brasileira, especialmente do território do Cariri em séculos precedentes. Além de reinterpretar o espaço geográfico sentimos a necessidade de que essa discussão chegasse aos espaços educacionais, propiciando ao aluno no processo do ensinar-aprender uma visão crítica sob a história da formação dos engenhos, suplantando o eurocentrismo de forma sistemática e eficaz.

Para que o ensinar-aprender das Geografias do mundo aconteça de fato é

imprescindível que o ensino geográfico esteja alinhado a crítica da dinâmica espacial, considerando os conhecimentos prévios dos alunos sobre a vida social e a produção material e imaterial. Acreditamos que a escuta do professor e as trocas das experiências cotidianas dos alunos em sala de aula gera significados importantes na vida de cada um envolvido no ensinar-aprender, entendendo que “o conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação dos indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais” (Calvacanti, 2013, p. 11).

O professor não deve em hipótese alguma chegar em sala de aula e depositar no aluno uma carga de informações, transferido para esse aluno uma responsabilidade individual de interpretar e construir uma visão crítica, sem quaisquer orientações. Se o conhecimento é construído coletivamente, haverá mais chances de compreender a complexidade do espaço e os intercâmbios dos objetos geográficos.

Segundo Santos (2020, p. 18) o espaço apresenta elementos intrinsicamente ligados as diversas interações entre objetos e sociedade, fato que possibilita a análise sistêmica das sociedades e das formas como elas se relacionam e produzem o espaço geográfico. “Na medida que a função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos.” “Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social”.

A formação e transformação do espaço geográfico são resultados dos processos de materializações dos objetos resultantes do empreendimento das técnicas e tecnologias das sociedades. Esses processos são definidos por Santos (2006, p.39) como “sistemas de objetos e sistemas de ação”. “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”, ou seja, são indissociáveis.

As casas, os edifícios, os engenhos de rapadura entre outros objetos, historicamente materializado no espaço geográfico caririense, estão imbuídos dos conhecimentos técnicos e tecnológicos dos africanos e afrodescendentes, portanto, devemos vislumbrá-los de forma indissociáveis. O Cariri possui intercâmbios geo-históricos e social com o continente africano. Existem unidades culturais diversas onde se inclui as culturas africanas difundidas durante o processo de colonização africana nas Américas refletida em terras caririense desde meado do século XVII (Silva F.; Silva M.; Cunha Junior; Monteiro, 2025). No território do Cariri encontraremos conhecimentos africanos de origem Bantu, Sudanesa, magrebinos, Suaílis dentre outros grupos étnicos de origem africana.

Mas afinal o que os conhecimentos africanos em terras caririense tem a ver com o ensinar-aprender geográfico? Castellar e Vilhena (2010, p.9) vai nos ensinar que a educação

geográfica deve se pautar em construir uma visão ampliada do mundo de modo que os alunos possam conhecer as culturas diversas, os grupos sociais de outros lugares, os grandes feitos materiais e imateriais, outras religiões e a dinâmica das sociedades com a natureza totalizante que se incorporam a vida e as relações sociais. “Isso porque a vida em sociedade é dinâmica, e o espaço geográfico absorve as contradições em relação aos ritmos estabelecidos pelas inovações no campo da informação e da técnica”.

Para que possamos de fato reinterpretar a atuação das populações africanas e afrodescendentes no espaço e reconhecer as suas produções materiais e imateriais, Silva (2023) nos diz que é preciso que as áreas da produção do conhecimento, especialmente “o ensino de geografia cumpra o seu papel de formação cidadã”, para tanto, o professor e o Estado devem assumir a responsabilidade de formar mentes críticas da realidade social. O professor ao mostrar para os alunos uma nova forma de se perceber no mundo e o quanto a materialidade produzida pelos africanos está incorporada à sua vida social cotidiana, haverá mais possibilidades desses mesmos alunos terem a chance de conhecer uma nova versão da história, distante da que é propagada pelo eurocentrismo.

Os educandos ao se perceber no mundo e compreender os objetos geográficos associando-os aos conhecimentos africanos, certamente haverá uma intervenção no espaço por meio desses alunos. Existem várias formas de ler a escrita do espaço, dentre essas formas apresentamos a metodologia denominada “percursos urbanísticos” pensada pelos intelectuais Silva e Cunha Junior (2019) que visa orientar os alunos, pesquisadores e demais pessoas interessadas em aprender sobre a história das cidades caririense e das populações africanas a vislumbrar nos espaços as técnicas e tecnologias de origem africana. Essa metodologia se converte em andar pelas ruas e associar o urbanismo das cidades brasileira ao urbanismo africano e reconhecer as africanidades. Ou seja, para essa autora o ato de andar pelas ruas, observando atentamente os prédios, as sociabilidades nas praças e nas feiras livres, na organização comercial, as casas e formação cartográfica das ruas, ajuda a conhecer/reconhecer as técnicas e tecnologias africanas.

No contexto educacional, esse andar pelas ruas deve propiciar novas formas de aprender sobre a história das sociedades africanas, buscando reconhecer as africanidades na materialidade e na imaterialidade. Isso só é possível se o professor souber sobre história africana e afrodiáspora, pois, se o professor ao articular aulas de campo com alunos pelos centros e pelos bairros das cidades sem quaisquer compromissos com a história africana, isso dificultará a superação do racismo e consequentemente os alunos envolvidos no processo do ensinar-aprender terão sua visão limitada sobre as geografias africanas. Ao visitar um bairro é

importante não mostrar apenas problemas de infraestrutura, devemos mostrar para os alunos que no local vivem uma sociedade em constante insurgência e organizada em seus territórios, mesmo diante dos problemas historicamente produzido pelo racismo antinegro.

Vejamos um exemplo interessante de como uma educação pautada na superação do racismo e no reconhecimento das africanidades pode contribuir para que o aluno consiga ter um olhar crítico sobre a formação do espaço geográfico: Ester (nome fictício) uma jovem de 14 anos, estudante que ao voltar para casa se depara com uma casa de taipa de mão ou taipa de pilão. Em sala de aula foi problematizado que essa casa está imbuída de conhecimento técnicos e tecnológico de origem africana, ela, por sua vez, encontra Gabriela (nome fictício) uma jovem de mesma idade que Ester, a qual estuda em outra escola, logo em seguida, Ester mostra a casa a colega, Ester, lembra do que estudou em sala e apropriando-se do ensinar-aprender mostra a Gabriela detalhes importantes da casa, associando as técnicas e tecnologias envolvida na materialidade ao que existe no continente africano e problematiza com a Gabriela que aquela casa é de origem africana. Cabe ressaltar que Gabriela não teve aula sobre os conhecimentos africanos em sua escola. A Gabriela, possivelmente encantada, compartilha com a amiga Ester que casa como aquela é construída pelos seus pais, avós e outros familiares em seu bairro ou na zona rural. Perceba que partir de uma aula que aconteceu em uma escola pode alcançar outros espaços escolares e não-escolares de modo que também contemple as histórias sociais de cada pessoa envolvida nesse processo ensinar-aprender.

Entender as africanidades na materialidade e na imaterialidade não só possibilita uma nova história sobre africanos como também possibilita que as pessoas associem os objetos geográficos as suas vidas e as das suas famílias. Além disso, uma das ideias centrais da situação supracitada é a de que possamos entender que o saber sistematizado em sala de aula pelo professor e aluno sobre a história dos conhecimentos técnicos e tecnológicos alcança outros espaços de produção do conhecimento, ultrapassando os muros institucionais, ou seja, uma educação voltada ao reconhecimento da diversidade na unidade cultural, especialmente quando se trata das populações africanas, aproximando nossa história à da nossa ancestralidade.

Da mesma forma que Ester e Gabriela (nomes fictícios) reconheceram no urbanismo as técnicas e tecnologias africanas, isso pode a vim acontecer nos engenhos de rapadura, ou seja, se o aluno está orientado a reinterpretar aquela sociabilidade do trabalho, as técnicas e tecnologias envolvidas no fazer da rapadura, os mesmos, também poderão associar o que existe naquele espaço aos conhecimentos existentes em África, além de conectar o que eles observam as histórias dos seus grupos familiares ou pessoas que fazem parte da vida cotidiana de cada um.

Mas para que isso aconteça na educação de forma efetiva, a formação docente deve se pautar em conhecer os feitos dos africanos na África e na diáspora e reconhecer que africanos possuíam domínios técnicos e tecnológicos nos quais foram fundamentais à formação de uma sociedade (Silva M.; Silva R.; 2022). Cabe ressaltar que a responsabilidade do ensinar-aprender não é apenas do professor, mas do Estado também, portanto, as instituições educacionais, sobretudo as que formam professores devem propiciar a superação do eurocentrismo, inserindo nos currículos da educação disciplinas que discuta a história africana e afrodescendente, como orienta a Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Só assim os professores poderão atuar de forma mais comprometida, revisando a história das populações africanas e dos seus descendentes, desprendendo-se da ideia de que África se resume a fome e a miséria e de que a história brasileira se limite apenas ao escravismo criminoso.

Os engenhos de rapadura do Cariri é um espaço importante para realizar o estudo da história africana, isso porque esse espaço salvaguarda as afrodescendências e as africanidades. O engenho não é só um espaço de produção de rapadura ou uma propriedade de um escravizador ou de família de escravizador, ou simplesmente local responsável pela economia caririense. Os engenhos são locais de encontro ancestral, de produção e ressignificação do conhecimento africano, de conexão com a nossa história e com a memória dos trabalhadores afrodescendentes. O cheiro do mel da cana sendo cozida, as sociabilidades dos trabalhadores e as técnicas e tecnologias envolvidas no fazer da rapadura é parte das histórias das populações africanas, nas quais foram transferidas forçadamente da África para as terras caririense.

Nesse sentido, a nossa proposta enquanto educador é tornar os espaços dos engenhos de rapadura um local onde professores e alunos possam construir a sua prática educativo. Essa proposta emerge da necessidade de reconhecer as africanidades caririense. A escola não pode ficar presa apenas aos muros institucional, os docentes precisam realizar movimentos de renovação no ato de ensinar-aprender. Levar os educandos para conhecer outros espaços que faça parte da história social deles, buscando mostrar outros caminhos de reinterpretar a história social dos africanos, mudando a mentalidade de que africanos e seus descendentes eram despossuídos de conhecimentos. Os alunos precisam se perceber no mundo e entender que sua existência está ligada pelo fio condutor da ancestralidade das sociedades africanas.

Na Tabela 1 propomos uma sequência didática, orientando como os professores poderiam trabalhar as Geografias-africanidades do engenho de rapadura em sala de aula de

modo a reconectar a história social dos afrodescendentes ao continente africano. No quadro 2 mostraremos como isso pode ser replicado no próprio engenho, tornando o local um espaço educativo ao ar livre. Essa sequência didática alcança não só a Geografia, como também disciplinas de História, Sociologia, Física, Química, Biologia entre outras. Cada área da produção do conhecimento pode aplicar de forma diferente, desde que todas estejam comprometidas em reconhecer a história das técnicas e tecnologias de origem africana.

Tabela 1 – Sequência didática em sala de aula

SEQUÊNCIA DIDÁTICA	OBJETIVOS	CONCEITOS	ATIVIDADES
Uma sequência de fotografias dos trabalhadores, as ferramentas de trabalhos e as sociabilidades nos engenhos de rapadura do Cariri cearense Com duração de 2 aulas	<ul style="list-style-type: none"> -Observar quem são os trabalhadores Identificar as ferramentas de trabalho -Perceber a organização social e o ofício de cada um -Refletir sobre as técnicas e tecnologias no fazer a rapadura 	<ul style="list-style-type: none"> -Espaço; território; paisagem cultural -Africanidade e afrodescendências -Técnicas e tecnologias 	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolver de forma escrita e dialogada uma reflexão acerca do que se ver nas fotografias -Catalogar quais as ferramentas de trabalho se conectam com a história africana -Montar um painel fotográfico que relacione a história dos engenhos de rapadura com as experiência individual e coletiva-familiar de cada um dos sujeitos envolvidos na atividade educacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para essa primeira atividade sugerimos os seguintes textos orientadores: *Memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense*, de autoria dos pesquisadores Rafael Ferreira da Silva, Meryelle Macedo da Silva e Henrique Cunha Junior, publicado no ano 2025. O outro texto é: *Da construção dos engenhos de cana-de-açúcar à espacialidade negra: geografizando sobre o Crato-CE*, de autoria Rafael Ferreira da Silva, Meryelle Macedo da Silva e Henrique Cunha Junior, publicado no de 2024.

Tabela 2 – Sequência didática nos engenhos de rapadura do Cariri

SEQUÊNCIA DIDÁTICA	OBJETIVOS	CONCEITOS	ATIVIDADES
Andar pelo local do engenho, vislumbrando os equipamentos, as funções de cada trabalhador e os produtos finalizados para comercialização	-Compreender as africanidades e as afrodescendências dos engenhos de rapadura -Refletir sobre as técnicas e tecnologias nas etapas do processo de produção e relacionar com a história dos africanos	-Geografias das afrodescendências e as africanidades -Técnicas e tecnologias africanas -Espaço, tempo, território e paisagem cultural História e memória	-Fazer uma roda de conversa em que todos estejam sentados no chão do engenho e de preferência embaixo de uma árvore -Cada aluno deve ter em mãos um objeto do engenho ou um produto, nesse caso o mais apropriado seria a rapadura ou o mel de rapadura -De forma sequencial cada aluno vai contar como ele se relaciona com aquele objeto ou produto -Produzir um texto escrito relacionando aquele objeto ou produto a história das suas famílias e as histórias dos africanos e afrodescendentes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No corrente ano realizamos duas atividades com uma sequência didática semelhante, sendo a primeira na pós-graduação em educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, especificamente na disciplina de SEMINÁRIO TEMÁTICO IV - Aspectos Operatórios da Pretagogia, ministrada pela professora Sandra Haydeé Petit, cujos alunos participantes foram os da graduação em Pedagogia da mesma universidade. Foi uma tarde marcante para a formação acadêmica daqueles alunos, um despertar das memórias individuais e coletivas de cada, sendo possível o compartilhamento de experiência através do diálogo sobre a importância cultural e econômica da rapadura e da cana-de-açúcar para o Brasil, especialmente para o Cariri cearense. Ainda foi possível mostrar para os referidos alunos envolvidos na atividade um novo lado da história das técnicas e tecnologias do cultivo da cana, da produção do açúcar e da rapadura de modo a refletir o protagonismo social dos africanos e dos seus descendentes.

A outra atividade que realizamos nessa mesma perspectiva aconteceu na Universidade Regional do Cariri – URCA com alunos do curso de história. A ideia de aplicar essa sequência surgiu na semana de história dessa mesma universidade através de um minicurso ofertado pelo professor Rafael Ferreira da Silva. No primeiro momento da atividade realizamos problematizações sobre história africana na África, realizando um passeio pelas fotografias e mapas do continente, mostrando os conhecimentos técnicos e tecnológicos. Posteriormente conectamos a história africana a do Cariri cearense, mostrando semelhanças e ressignificações

que se incorporaram na vida social de africanos e afrodescendentes em terras caririense. Encerramos o momento com algumas perguntas norteadoras, a exemplo de como reconhecer as africanidades nos engenhos de rapadura do Cariri? Como a educação não formal contribui para a construção de uma nova história social dos trabalhadores negros nos engenhos? De que maneira podemos relacionar os conhecimentos nos engenhos as diversas áreas da produção do conhecimento?

Os questionamentos foram respondidos no segundo encontro, o seja, na semana seguinte. Nesse encontro realizamos uma atividade prática em sala de aula, sentados ao chão, em círculo, colocamos um pano de tecido africano no chão e em cima dele vários objetos que representava os engenhos, dentre os objetos estavam a rapadura, batida, mel de rapadura e uma espátula como pode ser visto na figura 41. Mas antes de tocar em cada objetos ou degustar as rapaduras e mel, realizamos coletivamente a leitura dos seguintes textos: *Memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense*, de autoria dos pesquisadores Rafael Ferreira da Silva, Meryelle Macedo da Silva e Henrique Cunha Junior. O outro foi: *Feira livre e tradicional do Crato-Ce: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia* de autoria de Meryelle Macedo da Silva e Rafael Ferreira da Silva.

Figura 41 – Oficina: Memória dos trabalhadores negros nos engenhos de Rapadura



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Essas sequências didáticas podem ser readaptadas dentro de cada disciplina, na biologia, por exemplo, podem ser trabalhados a dimensão do plantio da cana-de-açúcar, solo, nutrientes e as espécies de canas. Na física podem ser trabalhados a temperatura do fogo para fervura do caldo, a força necessária para extrair o caldo, tempo em que cada cana pode ficar exposto ao ar livre, reações físicas-químicas dos produtos adicionados no caldo, como é o caso da mamona, óleo de coco ou o cal. Na história podem ser discutidas dimensões de memória, socialização e relações culturais, características estas que também devem ser refletidas na área de sociologia. Sobre os dialetos dos trabalhadores se relaciona com a área da gramática (disciplina de português). São inúmeras possibilidades nos engenhos de cana-de-açúcar ou rapadura que permite que os alunos consigam estabelecer com a aprendizagem. A história dos engenhos ocupa um lugar de transdisciplinaridade na produção do conhecimento educacional.

A proposta educativa deve ser contemplada por diversos espaços onde o aluno consiga se envolver de fato ao ensinar-aprender. Muitas vezes os alunos têm mais possibilidade em aprender sobre as referidas disciplinas quando experencia e vislumbrar o espaço de uma forma diferente. Aqui não estamos defendendo o fim das instituições escolares, mas, propondo novas formas de enxergar o mundo e conectar esse mundo e o que existe nele a vida social. Mais uma vez reforçamos que os professores não devem simplesmente realizar uma aula de campo sem quaisquer objetivos concretos.

Ao chegar aos engenhos de rapadura os professores devem orientar os alunos a refletirem que tudo que existe ali conta parte da história africana. Professores e pesquisadores não devem iniciar a história dos engenhos pelo sobrenome dos donos das propriedades ou limitar e/ou associar o local ao sofrimento e exploração do trabalho africano e afrodescendentes. É fundamental vislumbrar as técnicas e tecnologias e a forma como os trabalhadores transmitem seus conhecimentos e como eles socializam. Quando chegamos na casa de alguém a primeira coisa que perguntamos é pelo nome daquela pessoa. Devemos fazer o mesmo nos engenhos de rapadura, ao chegar perguntem quem é o mestre de rapadura ou de açúcar, quem é a cozinheira, o cambiteiro, os botadores de cana, os tacheiros, os gameleiros, os ferreiros, os pedreiros, os eletricitas, as vendedoras (es), as lavadeiras, batadores de fogo e os vaqueiros. Essas pessoas possuem nome e conhecimento.

Os professores e pesquisadores jamais devem chegar à casa (engenho de rapadura) dessas pessoas ensinando teorias sociais ou técnicas e tecnologias modernistas para a produção da rapadura e de produtos derivados da cana-de-açúcar. A escuta é uma das principais ferramentas humanas que devem ser levadas para os engenhos, senta-se embaixo de uma árvore ou mesmo andar dentro da casa dos engenhos observando e escutando os ensinamentos do

mestre de rapadura. Ele ensinará espontaneamente como fazer rapadura, mas para compartilhar seu conhecimento, é necessário um diálogo prévio. Como um griot dos engenhos de rapadura, ele também contará que aprendeu o ofício com seu pai, e este, por sua vez, com o avô e bisavô. Quando menos esperar o professor, pesquisador e os alunos estarão envolvidos com as histórias transmitidas através da oralidade e da memória do mestre de rapadura.

Diante do que foi exposto, entendemos que a educação, especialmente geográfica deve assumir o papel de formar mentes críticas, sobretudo buscando reconhecer as histórias africanas e afrodescendentes nos engenhos de cana-de-açúcar ou de rapadura e vislumbrar as técnicas e tecnologias africanas empreendidas durante a colonização africana no Cariri. O engenho é um espaço educativo para o ensino das africanidades e não apenas locais de produção da economia e a prática criminosa do escravismo.

6 CONCLUSÃO

A história das populações africanas e afrodescendentes no Brasil ainda está sendo contada. Nós, pesquisadores preocupados em pautar uma versão histórica da África e dos africanos em terras brasileiras temos mostrados caminhos possíveis de suplantarmos o pensamento eurocêntrico que mantém lacunas abertas as quais têm dificultado o reconhecimento das africanidades. O estudo do urbanismo, da economia, dos reisados e congadas, das irmandades negras e agora dos engenhos de rapadura do Cariri mostra que africanos transferiram consigo um conjunto de conhecimentos técnicos e tecnológicos que foi fundamental ao processo de civilização e constituição de um pensamento pan-africanista.

Os engenhos de cana-de-açúcar ou de rapadura no Cariri são parte do acervo cultural produzido e pertencente às populações africanas e afrodescendentes. O mestre de rapadura, o gameleiro, o cambiteiro, o tacheiro, a cozinheira, o encaxiador e o mestre do fogo têm consciência da importância do seu trabalho e sabem que não são valorizados como deveriam. Seus conhecimentos são colocados em posições de desvalorizações e desqualificações pelos proprietários das terras e dos engenhos.

Os engenhos de cana-de-açúcar ou de rapadura ocupam um lugar muito importante na história da economia e contribuíram para a educação quando nos permitem pensar inúmeras atividades possíveis de realizar no local. O ensino-aprendizagem nos engenhos alcança o campo da transdisciplinaridade e abre um leque de oportunidade de compreendermos sobre a história e memória dos trabalhadores negros. Os engenhos são espaços que nos conectam a nossa história e a memória, permitindo também criar laços de pertencimento e estabelecer contato com a nossa ancestralidade ou seja com as nossas afrodescendências.

Para que possamos superar a desinformação sobre a importância dos engenhos para o reconhecimento da história africana em diáspora, a educação precisa atuar com olhar crítico, valorizando o conhecimento técnico e tecnológico africano e desprendendo-se da ideia de que os engenhos estão relacionados apenas com o escravismo criminoso. Essas são orientações da Lei 10.639/03 quando alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 para a inserção do ensino de história e cultura africana e afrodescendentes nos currículos escolares. Portanto, educadores devem visitar os engenhos e tornar aquele espaço uma escola ao ar livre para o ensino das africanidades e afrodescendências.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR SILVA, F. M de.; Brito, D. da S.; Ribeiro, S. C.; Bandeira, A. P. N. Mapeamento Geomorfológico da microbacia do rio Salamanca em Barbalha/CE. **Revista Geográfica Acadêmica**, Roraima, v. 11, n. 1, p. 35-46, 2017.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2010. (Coleção ideias em ação).
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2013.
- CEARÁ. Governo do Estado. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Panorama do setor mineral do Estado do Ceará**. Acesso em: 8 jan. 2025. Disponível em: file:///C:/Users/CASA/OneDrive/Documentos/REFERENCIAS%20DA%20DISSERTA%C3%87%C3%83O/VF-Panorama-do-Setor-Mineral-do-Estado-do-Ceara-1.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CEARÁ. Governo do Estado. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal**: Crato. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal/>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFFI, Guilherme Diniz. Escravidão, núcleos familiares e mestiçagem: uma análise do cariri cearense no século XIX. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011. **Anais eletrônicos** [...]. CODE. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area6/area6-artigo7.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CUNHA JUNIOR, H. A. O escravismo criminoso no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 23, n. 241, p. 72-88, out. 2023.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 23, v. 2, n. 42, p. 1-11, 2001.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: A forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 11, p. 65-86, abr. 2019. Ed. Especial: Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Urbanismo africano: 6000 anos construindo cidades (uma introdução ao tema). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 371–382, 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes** (FAFICA. Online), Caruaru, v. 1, p. 14-24, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologias africanas e educação**. DPAAE. Salvador: EDIFBA, 2023. v. 7. (Coleção Pedagógica do Programa Asé Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas).

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. *In*: KI-ZERBO (ed.). **História geral da África**, I: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

EHRET, Christopher. O interior da África Oriental *In*: FASI, Mohammed El (ed.). **História geral da África**, II: África antiga. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 2 v.

FARIAS FILHO, W. A. **Crato**: evolução urbana e arquitetura 1740-1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenho de rapadura do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. (Coedição Secult, Edições URCA).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1942. (T.1, 135).

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **"O fogo não está morto"**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GURGEL, Ana Paula C. **Entre serras e sertões**: a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) na Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO (Editor). **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de registro Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha**. Fortaleza: Ministério da Cultura, 2015.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. *In*: KI-ZERBO (Editor). **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. 4. ed. revisada e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MASAO, Fidel T.; MUTORO, Henry W. A costa da África Oriental e as ilhas Comores. *In*: FASI, Mohammed El (ed.). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 1056 p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019.

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão manden. *In*: FASI, Mohammed El (ed.). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 1056 p.

NUNES, Cicera. **Reisado cearense: uma proposta para o ensino das africanidades**. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2014.

NUNES, Cicera. Narrativas de mulheres negras: cultura de base africana e educação no Cariri cearense. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 6, n. 19, p. 1070-1083, set./dez. 2021.

NUNES, Cicera. **O reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2007.

NUNES, Cicera; CUNHA JUNIOR, Henrique. Os congos de milagres: a escola e o ensino da cultura de base africana no Cariri cearense. *In*: CUNHA JUNIOR, H. *et al.* (org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 41-45.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo.; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Rev Bras Psiquiatr** p.178-9, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo. **A Cosmovisão africana no Brasil** – elementos para uma filosofia afrodescendente. 1.ed. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores**. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: edições UFC, 2010.

PINHEIRO, Marília Pulquério Futre. A atracção pelo Egipto na literatura Grega. **Hvmanitas**,

Lisboa, v. XLVII, p. 441-468, 1995.

POSNANSKY, M. As sociedades da África subsaariana na Idade do Ferro Antiga. *In*: MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África**, II: África antiga 2.ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 1008 p.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização Brasileira**. 1918. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/81x11vn>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RIAD, H.; DEVISSE, J. O Egito na época helenística *In*: MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África**, II: África antiga 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1008 p.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer**: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). 2007. 362f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SANTOS, Ana Paula dos. **Educação escolar Quilombola na Lagoa dos Crioulos no Cariri cearense**: uma perspectiva curricular de afroaquilombamento. Orientador: Henrique Antunes Cunha Júnior. 2023. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

SANTOS, Madalena Herculano dos. **Fabricação da rapadura na Paraíba**: estudo sócio-econômico. 1986. 191 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Economia, Campina Grande, 1986.

SANTOS, Milton . **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 2006.

SHERIF, Nagm -El -Din Mohamed. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã). *In*: GAMAL, Mokhtar (ed.). **História geral da África**, II: África antiga 2.ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 1008 p. 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**. 1992. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/81x11vn>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SILVA, Meryelle Macedo. **Patrimônio cultural afrocratense**: implicações educativas. Curitiba: CRV. 2023.

SILVA, Meryelle Macedo. SILVA, Rafael Ferreira. Feira livre e tradicional do Crato-Ce: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 106, p. 138-152, 2022.

SILVA, Meryelle Macedo; CUNHAJUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 199-215, dez. 2019.

SILVA, Rafael Ferreira da; SILVA DA. Meryelle Macedo; CUNHA JUNIOR, Henrique. Engenhos de Cana-de-açúcar do Cariri Cearense: africanidades e potencialidades. In: SOUSA, Carlos Erick Brito de *et al.* (org.). **Educações em movimento**: entretecendo saberes. Curitiba: CRV, 2024. p. 249-162.

SILVA, Rafael Ferreira da.; SILVA, Meryelle Macedo.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 38, n. 62, p. 123-132, jun. 2025

SILVA, Rafael Ferreira; CUNHA JUNIOR, Henrique. O COURO E O VAQUEIRO ENQUANTO LEGADO AFRICANO NO CARIRI CEARENSE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 18, n. 46, 2024.

VALDEMARIN, Vera Teresa. A construção do objeto de pesquisa. In: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

WAI-ANDAH, B. A África ocidental antes do século VII. In: GAMAL, Mokhtar (ed.). **História geral da África, II: África antiga** 2.ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 1008 p.

WEIMER, Günter. **Interrelações arquitetônicas Brasil África**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 28 maio 2008. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20%20Interrela%C3%A7oes%20Arquitetonicas%20Brasil-Africa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.